

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras



O impacto da cultura e sociedade europeias em Timor-Leste: aspectos de transculturação e de globalização

Luis Miguel Pinheiro da Cunha

Mestrado em Cultura e Sociedade na Europa

2012

Universidade de Lisboa
Faculdade de Letras



O impacto da cultura e sociedade europeias em Timor-Leste: aspectos de transculturação e de globalização

Luis Miguel Pinheiro da Cunha

Orientação: Prof.^a Doutora Margarita Correia
Prof.^a Doutora Maria Alexandre Lousada

Mestrado em Cultura e Sociedade na Europa

2012

RESUMO

Timor-Leste tem sido, ao longo da sua história, um território de passagem e de chegada de populações oriundas de diferentes regiões. Nesta dissertação, integrada no Mestrado em Cultura e Sociedade na Europa, propusemo-nos estudar o impacto que a cultura e a sociedade do Velho Continente tiveram e têm ainda hoje na cultura e na sociedade leste-timorenses.

Desde o século XVI, a sociedade timorense tem vindo a ser europeizada e ocidentalizada, com objectivos diversos, por entidades diferentes, recorrendo a estratégias distintas e a ritmos variados. Porém, ontem como hoje, o impacto que a cultura e a sociedade europeias têm tido sobre a cultura e a sociedade leste-timorenses tem-se traduzido sobretudo numa espécie de missão civilizadora, através da qual se tem procurado ocidentalizar aquele país, facto que tem contribuído para a desagregação das sociedades nativas e para uma cultura timorense transculturada.

A investigação levada a cabo sustenta-se em dois conceitos fundamentais: o conceito de transculturação, proposto por Ortiz, em 1991, e aplicado ao estudo da sociedade cubana, e o conceito mais abrangente de globalização, que neste estudo se alicerçou nas perspectivas de Ianni (1996), Giddens (2000) e Murteira (2003).

Na primeira parte, descrevem-se os principais períodos da história leste-timorense em que ocorreram encontros civilizacionais relevantes – o período que antecedeu a chegada dos Portugueses, o período de colonização lusa, o período da invasão indonésia e o período actual, desde a restauração da independência até aos nossos dias.

Na segunda parte, estudamos os efeitos da globalização contemporânea em Timor-Leste, aos níveis económico e monetário, social, político e, ainda, ao nível da definição e determinação do que é a pobreza em Timor. Iremos também descrever os impactos que o encontro com os Portugueses primeiro, com os indonésios depois e com as organizações transnacionais na atualidade tiveram e têm ainda sobre a arquitectura tradicional timorense.

Palavras-chave

Timor-Leste; cultura europeia; transculturação; globalização; modernização.

ABSTRAT

Across its history, Timor-Leste has been a passage point and fixation territory for many people from different regions. Throughout the present investigation, integrated in the Masters on Culture and Society in Europe, we propose to study the true impact of the Old Continent's cultural and social canons over the cultural and social development of this Southeast Asia country.

Since the 16th century, the native Timor-Leste society has been constantly Europeanized and even Westernized, with various aims, by different entities, under different strategies and through varied rhythms. Although, in the past and in present days, the true impact of European cultural and social standards over the native prospect has been faced as a kind of civilizing mission that, in fact, has contributed to the cruel disaggregation and transculturation of the whole native social model.

This work is essentially focused on two fundamental concepts: the concept of "transculturation", firstly proposed by Ortiz in 1991 and applied to the study of the Cuban society, and the more embracing concept of "globalization", concerning the various conceptual perspectives of Ianni (1996), Giddens (2000) and Murteira (2003).

The first part, reports the most relevant civilizational meetings and interactions occurred along Timor-Leste history – the period before the Portuguese arrival, the subsequent colonization phase, the Indonesian invasion and the present times, since the country's restoration of its independence.

On second part we debate the actual effects of globalization in Timor-Leste nowadays concerning the economic and monetary, social and politic levels, besides the definition and determination of what is poverty in this country. We also focus turns to the impact over the traditional Timor-Leste architecture, resulting from the meeting with the Portuguese, followed by the Indonesians and, more recently, the various international organizations there.

Key words

Timor-Leste, European culture, transculturation, globalization, modernization.

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	13
1.1. Objetivos, motivação e questões metodológicas	20
1.2. Conceitos operativos	22
1.3. Estrutura da dissertação	32

PRIMEIRA PARTE

2. OS QUATRO MOMENTOS HISTÓRICOS DE IMPACTO NAS CULTURAS E SOCIEDADES DE TIMOR-LESTE	34
2.1. O primeiro período: da pré-história ao século XVI	34
2.2. O segundo período: o período português	39
2.2.1. Processos de construção do colonialismo: estratégias de controlo colonial. Guerras de conquista e domínio	43
2.2.2. A teoria «luso-tropicalista»	47
2.2.3. Quem eram os colonos e o que motivou a presença portuguesa em Timor?	49
2.3. O terceiro período: o período Indonésio	54
2.4. O quarto período: o período internacional	57
2.5. Consequências linguísticas da história de Timor: o multilinguismo timorense	58
2.6. Síntese	65

SEGUNDA PARTE

3. EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO EM TIMOR-LESTE	67
3.1. Globalização e etnicidade	67
3.2. A globalização e o sistema monetário leste-timorense	70
3.3. A globalização e a aplicação da democracia	72
3.4. A globalização e a ideia de modernização	74
3.5. A globalização e a estrutura familiar	76
3.6. A globalização e a pobreza	78
3.6.1. A percepção da pobreza	79
3.6.2. Pobreza, cultura e tradição	86
3.6.3. Pobreza e passado histórico	88
3.6.4. Pobreza e modernidade	90
3.7. Síntese	94

4. TRANSCULTURAÇÃO NA ARQUITECTURA VISUAL TIMORENSE	96
4.1. Ideias prévias	96
4.2. Definindo a arquitectura tradicional timorense	100
4.3. Arquitectura e simbolismo: representação identitária e etnicidade	102
4.4. Trânsito e cruzamento de culturas na arquitectura timorense	107
4.5. Imagens da Arquitectura timorense na actualidade	108
4.5.1. Transculturação (visual): A influência Indonésia na arquitectura	117
4.5.2. Transculturação (visual): A influência “internacional” na arquitectura	121
4.6. Síntese	128
 CONCLUSÕES	 131
 BIBLIOGRAFIA	 136

Aos meus pais

AGRADECIMENTOS

A dissertação que agora se apresenta não teria sido possível sem o auxílio e colaboração de um conjunto de pessoas a quem quero agradecer.

As primeiras palavras vão para a minha orientadora, a Professora Doutora Margarita Correia, a quem quero de um modo muito especial expressar o meu agradecimento pela orientação científica, pela disponibilidade, pelo apoio, por todo o esforço, sem os quais este trabalho não teria sido concluído. As conversas que temos mantido têm contribuído para o meu crescimento enquanto investigador. Quero frisar que reservo para mim a responsabilidade dos erros ou omissões que este trabalho certamente inclui. Obrigado.

À Professora Doutora Maria Alexandre Lousada, pela amabilidade e disponibilidade em ter aceitado co-orientar-me tão em cima da hora. O meu obrigado pelas valorosas sugestões e conselhos para melhorar este trabalho e pelas opiniões prestadas durante o Seminário de Associativismo e Cultura Cívica.

Uma palavra especial é devida à Professora Doutora Teresa Alves, minha co-orientadora. Quero agradecer a atenção, o estímulo, as sugestões, a cedência de bibliografia e o acompanhamento que me dispensou enquanto teve a seu cargo a minha co-orientação. Agradeço também por, aquando da minha partida para a missão da ONU em território timorense, me ter incentivado a desenvolver uma possível dissertação de Mestrado que versasse sobre a minha experiência de trabalho em Timor-Leste. Obrigado também pelos ensinamentos durante os Seminários de Investigação e no de A Europa na Era da Globalização e pela enorme confiança manifestada.

Ao Luís Costa pelos relevantes conhecimentos que me facultou sobre Timor e que constituíram um grande suporte para as minhas ideias. Quero agradecer a sua disponibilidade e amabilidade em ter aceitado encontrar-se comigo a fim de debatermos os assuntos relacionados com a presente dissertação. Estou agradecido pelas horas de conversa que tivemos. As suas opiniões foram uma verdadeira mais-valia e constituíram uma notável orientação.

Aos meus professores dos seminários do mestrado em Cultura e Sociedade na Europa: à Professora Doutora Lucinda Fonseca e à Professora Doutora Jennifer McGarrigle, do Seminário de Migrações e Identidade, ao Professor Doutor Fernando Grilo, do Seminário de Museu e Sociedade, à Professora Doutora Luísa Soares, do Seminário de Cultura Visual e Transculturalidade, que verdadeiramente contribuíram

com algumas úteis sugestões, com apoio e incentivo. Obrigado a todos pela aprendizagem que me proporcionaram.

Quero agradecer ao Francisco Peixoto e ao Nelson Ferreira do Centro de Documentação António Alçada Baptista da Fundação Oriente por terem sido tão diligentes, pela prontidão manifestada no atendimento e pela fantástica simpatia e apoio prestado às minhas solicitações. Obrigado.

A ti Kon, Konstantinus Iliadis, meu professor, mestre e protector durante a minha estadia em Timor-Leste. Deste-me sábios conselhos, que me ajudaram a sobreviver na selva e em todos os locais por onde andei no imenso Sudeste-Asiático. Pela fantástica hospitalidade que tu, a Gaby, o Alex e o Lucas me ofereceram em Camberra, muito obrigado.

Ao Carlos Santos, obrigado pela revisão de muitos dos meus textos de Seminários, pelos excelentes conselhos que me deste nas tardes em que nos encontrávamos na biblioteca da nossa faculdade e que proporcionaram que eu comesse a evoluir na escrita. Obrigado pelas tuas tutorias e pela valiosa ajuda na tradução, amigo Carlos.

À Susana Martins, pelas consideráveis informações que me deste, baseadas na tua experiência de dez anos de vivência em Timor-Leste. Êxito para o teu Doutoramento.

Ao Joao Simões e ao José Monteiro, meus camaradas de aventuras por Timor, obrigado pelos momentos únicos e irrepetíveis que por lá passámos e às saudosas anomalias mecânicas que surgiam do “nada” e que tivemos com alguma frequência no Suai e em Díli.

À Bia e à Jane, minhas amigas, e companheiras de viagem na Indonésia, obrigado pelos momentos que passamos juntos.

Ao João (Lentini) Gouveia, obrigado pela tua amizade. Pelo orgulho que em ti sinto. Ao teu êxito académico em Évora.

Ao Jorge e à Cláudia, obrigado pelo incentivo e apoio que me têm dado.

À Mena, à Marisa e à Elizabete, obrigado pelo profissionalismo, diversão, sentido de humor e sobretudo pela amizade que nutrimos desde que cheguei a esta faculdade. Obrigado também ao David e a toda a equipa da reprografia verde.

Ao Dino Duro pela auspiciosa coincidência que levou a que, de algum modo, eu fosse para Timor.

Ao André Alencar, Gonçalo Barata, Guilherme Monteiro, Fernanda Granja, Ricardo (Mike) Soares, Francisco (Kiko) Gomes, Miguel Amigo, Paulo Caldeira, Sérgio Rosa, Tiago Faria, Tiago Pignatelli, Cristina Grilo, Alexandra Amoroso, Isabel Matos, Sofia Cardoso e Sofia Saraiva, pelo companheirismo que ao longo destes anos fomos estabelecendo, pelo convívio que tivemos uns com os outros, pelas noitadas e noitadas de estudo na casa do Paulo e do Gonçalo. Essas longas horas foram fulcrais para o sucesso acadmico de todos nós – quem diria! Obrigado pela vossa ajuda durante a licenciatura e durante parte do mestrado. Não me esqueço de que sem vocês teria sido difícil chegar até aqui.

 Sofia Raposo, pelas ideias e projecções que ajudaste a lançar na minha mente.

Também uma palavra de apreço aos meus colegas de turma de Mestrado, Raúl Avelar, Snia Santos, Andreia Prino Pires, Cristina Gameiro, Sabrina Maceiras, pelo incentivo, o estímulos e as sugestões que me foram dando.

Ao meu amigo Paulo Sousa, pelos longos anos de amizade e camaradagem desde que nos conhecemos na tropa. Obrigado pelo teu apoio.

 Patty, pela sua paciência e amizade.

 Miffy e  Beka minhas leais e fiéis companheiras.

 minha família, aos meus amigos e amigas, pela tolerância para com as minhas ausências e pelo apoio que me têm dado.

Aos meus meninos, Carolina e João, obrigado pelas muitas alegrias que têm trazido à minha vida e pela companhia. Carolina, a tua ajuda na organização da minha papelada e aqueles dias em que vínhamos os dois  biblioteca foram para mim uma assistência preciosa. Daqui a uns anos espero ver-te a ti e ao mano por c.

LISTA DE ABREVIATURAS, SIGLAS E ACRÓNIMOS

IIGM	Segunda Guerra Mundial
AMCAIC	Report of Allied Mining Corporation to Asia Investment Company, Limited
APODETI	Associação Popular Democrática de Timor
CEA	Country Environmental Analysis
CPCN	Combate à pobreza como causa nacional
DNE	Direcção Nacional de Estatística – Timor-Leste
FRETILIN	Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente
HRTJS	Human Rights and Transitional Justice Section
KOTA	Klibur Oan Timor Asuwain. “Filhos dos guerreiros das montanhas”. Partido político
ONG	Organização Não Governamental
ONU	Organização das Nações Unidas
PED	Plano Estratégico de Desenvolvimento
PIB	Produto Interno Bruto
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
STLCR	A Segurança de Timor-Leste no Contexto Regional
UE	União Europeia
UDT	União Democrática Timorense
UN	United Nations
UNAMET	United Nations Mission in East Timor
UNDP	United Nations Development Program
UNFPA	United Nations Population Found
UNMIT	United Nations Integrated Mission in Timor-Leste
UNPOL	United Nations Police
USD	United States Dollar

ÍNDICE DE MAPAS

Mapa 1	Localização geográfica de Timor-Leste	16
Mapa 2	Divisão administrativa de Timor-Leste	17
Mapa 3	A distribuição das línguas	59

QUADRO

Quadro 1	Quem eram os colonos?	53
-----------------	-----------------------	-----------

ÍNDICE FOTOGRÁFICO

Foto 1	_____	108
Foto 2	_____	109
Foto 3	_____	109
Foto 4	_____	110
Foto 5	_____	110
Foto 6	_____	111
Foto 7	_____	111
Foto 8	_____	112
Foto 9	_____	112
Foto 10	_____	113
Foto 11	_____	113
Foto 12	_____	113
Foto 13	_____	114
Foto 14	_____	114
Foto 15	_____	114
Foto 16	_____	115
Foto 17	_____	115
Foto 18	_____	115
Foto 19	_____	115
Foto 20	_____	116
Foto 21	_____	116
Foto 22	_____	117
Foto 23	_____	117

Foto 24		118
Foto 25		118
Foto 26		118
Foto 27		119
Foto 28		119
Foto 29		120
Foto 30		120
Foto 31		120
Foto 32		120
Foto 33		120
Foto 34		120
Foto 35		121
Foto 36		122
Foto 37		122
Foto 38		123
Foto 39		123
Foto 40		123
Foto 41		123
Foto 42		123
Foto 43		123
Foto 44		124
Foto 45		124
Foto 46		124
Foto 47		125
Foto 48		125
Foto 49		126
Foto 50		126
Foto 51		127
Foto 52		127
Foto 53		127
Foto 54		128
Foto 55		128

1. INTRODUÇÃO

Há cerca de 500 anos aportou à ilha de Timor a cultura europeia, veiculada pelos Portugueses, e quase um século depois, chegaram os Holandeses. Eram duas culturas oriundas de um tronco comum, mas que se distinguiam: uma por ser de cariz atlântico-mediterrânico, que espiritualmente se alicerçava nas raízes do Catolicismo Romano, e a outra de cariz germânico e de inspiração litúrgica protestante. Historicamente, a presença das duas nações europeias iniciou processos de aculturação e de transculturação em Timor, que iriam obscurecer a personalidade dos Timorenses que se tinham posto ao alcance da influência dos Europeus.

A partir de 1508, dá-se uma sucessão de descobertas feitas pelos navegantes portugueses que irão conduzir à descoberta da ilha de Timor. Nesse ano, Diogo Lopes de Sequeira descobre a ilha de Sumatra (VIANA, 2008: 2) e em 1509 os Portugueses chegam às Pequenas Sundas e a Malaca (GARCIA, 2001: 4). Dois anos depois, em 1511, na demanda por rotas comerciais alternativas, Afonso de Albuquerque empreende a conquista da cidade de Malaca (DURAND, 2006: 43; ROWLAND, 1992: xxiii), a qual será mais tarde, em 1641, tomada pelos Holandeses (GARCIA, 2001: 4). Ainda em 1511, os monges da Ordem de S. Domingos estabelecem-se em Solor (arquipélago de Sunda) (VIANA, 2008: 3). Durante esse ano, dá-se igualmente a descoberta das Ilhas Molucas (ROWLAND, 1992: xxiii), do Bornéu, Sunda e Java, por António de Abreu (VIANA, 2008: 2).

«Timor» era um nome genérico usado para se designar várias ilhas do arquipélago das Sundas (DURAND, 2006: 47). Não se tem bem a certeza de a quem pertencerá a descoberta da ilha de Timor. As opiniões não são totalmente consensuais. Para alguns investigadores poderá ter sido António de Abreu quem fez o primeiro avistamento ocidental de Timor (ROWLAND, 1992: xxxix). A única certeza documental que existe é de que terá sido no ano de 1512 que a ilha de Timor é pela primeira vez cartografada por Francisco Rodrigues (DURAND, 2006: 44; SOUSA, 1997: 2). Em 1514 (a 2 de Janeiro), Rui de Brito Patalim menciona a ilha de Timor numa carta enviada ao rei D. Manuel (DURAND, 2006: 44) e terá sido só nesta ocasião que os Portugueses formalmente tomaram posse da ilha (FIUZA, s/d: 3). Em 1515, os marinheiros portugueses iniciam-se no comércio da madeira de sândalo (PÉLISSIER 2007: 28; SOUSA, 1997: 2).

O interesse comercial pelo sândalo não era novidade: já antes, no século XII, os Chineses da dinastia Yuan mencionavam viagens a uma Ilha farta em madeira de sândalo com a qual transaccionavam – Timor (ROWLAND, 1992: xxiii, xxxix). Também os Javanese por lá passaram em épocas anteriores à dos Europeus na demanda por cera de abelha e por sândalo, segundo refere o *Nagara Kertagama* (ROWLAND, 1992: xxiii).

Assim que os Holandeses apareceram em cena na região, de imediato começaram as contendas que se desenrolariam por mais de três séculos. Em causa estava o domínio do comércio do sândalo e o controlo das numerosas riquezas naturais da região.

Os dois Estados, português e holandês, distinguiam-se pelas suas línguas e culturas, mas também pelas políticas coloniais que aplicavam nas respetivas possessões (SHOUTEN, 2011: 1). O que divergia eram as decisões que ambos os reinos tomavam na maneira como exerciam a dominação sobre os indígenas, aplicando cada uma a seu modo o peso da influência europeia.

Os Portugueses empenharam-se em estabelecer políticas de interferências nas estruturas sociais das populações, como forma de controlo social, e na implementação de agressivas táticas belicistas, como estratégia de domínio territorial (RIZZI, 2010: 55 – 56; SOUSA, 2001a: 184). Era assim que a autoridade portuguesa era mantida, através da imposição de violentas campanhas militares de conquista (SHOUTEN, 2011: 1) e da manipulação das estruturas mentais dos nativos. Para o reino português, Timor tinha um valor especialmente simbólico, representativo da glória dos Descobrimentos e das Conquistas portuguesas, enquanto território no Sudeste Asiático, pelo facto de ter sido a essa imensa região onde os lusos tinham sido os primeiros Europeus a chegar (SHOUTEN, 2011: 1 – 3).

Por outro lado, os Holandeses aparentemente preferiram uma política de não interferência. A presença holandesa era, tal como a portuguesa, constituída por um escasso número de funcionários administrativos e militares que se concentravam na cidade de Kupang (SHOUTEN, 2011: 1). Aos Holandeses interessava mais investir em termos de energias e recursos em Batávia (actual Jakarta), situada na ilha de Java. Era lá que estava sediado o centro económico holandês na região do Sudeste Asiático e por esse motivo também todo o interesse estratégico e militar.

Depois da quebra do comércio do sândalo, o território de Timor, apesar de emblemático, deixou de ter interesse. O reino português não via vantagens em investir

numa terra tão longínqua e já sem potencial económico. Neste ponto as duas potências imperiais tocavam-se: Timor pouco interessava. Por esse facto, durante muito tempo apenas serviu para manter uma presença de domínio para ambos os países.

Descoberta e colonizada a ilha por Portugal desde o séc. XVI, com a chegada dos Holandeses que ocuparam a sua parte ocidental, Timor-Leste ficou conhecido durante séculos como o Timor Português. Em 1941, em plena IIGM (Segunda Guerra Mundial), é invadido pela coligação australiana e holandesa e, em 1942, como resposta, os Japoneses expulsam da ilha os ocupantes aliados. Com o fim da IIGM a administração do território retornou para as mãos dos Portugueses.

Em 1975, depois do golpe de Estado que se deu na Metrópole, a Revolução dos Cravos ditou o abandono de todas as colónias portuguesas. No rescaldo desse acontecimento, a FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente), no dia 28 de Novembro, proclama a independência do Timor Português (ROWLAND, 1992: xl; FIUZA, s/d: 6). Uma vez abandonado pelas novas autoridades de Lisboa, o território é invadido, nove dias depois, pela Indonésia, que o ocupou até 1999. Após o acto da autodeterminação patrocinado pelas Nações Unidas em 1999, ainda nesse ano, a Indonésia renunciou ao controle do território. Timor-Leste tornou-se pela segunda vez independente em 20 de Maio de 2002. Foi o primeiro novo país do século XXI e é o único Estado soberano na Ásia que incorpora o português como uma das suas línguas oficiais¹.

Geograficamente a ilha de Timor situa-se no Hemisfério Sul, no extremo sul do grande arquipélago indonésio. O território alonga-se no sentido SO-SE, entre os 8° 17' e os 10° 22' de latitude SUL e 123° 25' e 127° 19' de longitude LESTE de Greenwich. É a maior e a mais oriental das ilhas que constituem as Pequenas Sundas, a meio caminho entre a Ilha de Bali e a costa norte do continente australiano, do qual dista 600 km. A ilha tem na sua totalidade uma extensão de quase 500 km de comprimento por 100 km de largura e uma superfície de 33.600 km², extensão algo similar à região do Alentejo.

A ilha de Timor encontra-se dividida em dois territórios político-administrativos distintos. A única fronteira terrestre existente é a que conflui entre a parte oriental da Indonésia e o lado ocidental do Estado de Timor-Leste. A parte da ilha que cabe à Indonésia, Timor-Ocidental ou Nusa Tenggara Timur, cobre uma área de 19.000 km². Por sua vez, Timor-Leste ocupa uma área um pouco inferior, com cerca de 14.600 km²,

¹ A Região Administrativa Especial de Macau, na República Popular da China, terá o português como língua oficial pelo menos até 2049, data em que se completam 50 anos da transferência do território para a soberania chinesa.

mais ou menos o equivalente à área conjunta do Algarve e do Baixo Alentejo (cerca de 14 000 km²). Fazem também parte do território de Timor-Leste: a ilha de Ataúro (também conhecida por *Pulau kaming* em língua bahasa Indonésia, ou *Pulau Atauro* na língua local), com 144 km²; o ilhéu de Jako, com 5 km², situado a oriente e separado da ilha principal por um pequeno estreito de pouco mais de 1 000 m e o enclave de Oecússi, com 850 km², localizado na parte norte de Nusa Tenggara Timur. A capital de Timor-Leste é a cidade de Díli, a maior e a mais populosa urbe timorense segundo os censos mais recentes (UNFPA, 2010).

Localização geográfica de Timor-Leste



Mapa 1 – Fonte: (FERNANDES, 2007).

http://www.cultura.gov.tl/sites/default/files/MSFernandes_Processo_descolonizacao_timor_portugues_2005.pdf

[illegible]

http://www.worldmapfinder.com/Map_Detail.php?MAP=79109&FN=tl01pol.gif&MW=1412&MH=1000&FS=132&FT=gif&WO=0&CE=2&CO=165&CI=0&IT=0&LC=9&PG=2&CS=utf-8&FU=http%3A%2F%2Fwww.ezilon.com%2Fmaps%2Fimages%2Fasia%2Ftl01pol.gif&SU=http%3A%2F%2Fwww.ezilon.com%2Fmaps%2Fasia%2Feast-timor-maps.html

O clima é tropical húmido e sob o ciclo dos regimes das monções. Contudo, o padrão das chuvas não é uniforme, variando de região para região devido à topografia acidentada e a factores que se prendem com os períodos dos ventos de sudeste. A

humidade média anual do ar oscila entre os 70% e os 90%. Os tufões não são estranhos e esta região.

Contrariamente ao que é comum em zonas tropicais húmidas, as formações vegetais de grande envergadura não são predominantes, sobressaindo a vegetação arbustiva densa e os extensos mangais ao longo das linhas de água salobra. A fauna também não possui a riqueza de espécies que seria de esperar para um clima tropical e vegetação de selva densa. O búfalo de água é o maior animal terrestre que pode ser encontrado em Timor. As espécies animais mais abundantes que constituem a fauna são porcos selvagens, veados, macacos, morcegos e a mêm, espécie marsupial (THOMAZ, 2008: 266). O crocodilo de água salgada e os tubarões são comuns, especialmente na parte sul da ilha. Existe também uma grande variedade de cobras, destacando-se a jiboia entre essas espécies (OLIVEIRA, 2004: 25).

A população leste-timorense tem registado um aumento quase constante desde o período do domínio português. Em 1904, achavam-se recenseados 2 307 cidadãos, dos quais, 67 eram de raça branca, 7 de raça amarela e 2 233 eram de raça euro-oceânica, segundo a catalogação usada na época (FIGUEIREDO, 2007: 39). O relatório datado de 1937 de exploração ao Timor Português emitido pela *Allied Mining Corporation* mencionava que Timor tinha uma população de 700 000 habitantes, das quais 500 000 viviam no Timor Português (AMCAIC, 1937: 10). Pouco antes da primeira independência de Timor-Leste, em 1974, estimava-se que o número de habitantes rondaria os 650 000 (DUNN, 1983: 3). Já sob domínio indonésio, em 1980, o número de residentes timorenses estava estimado em cerca de 700 000 (ROWLAND, 1992: xvii). Posteriormente, em 1999, durante o agitado período de desanexação da Indonésia, a UNAMET (United Nations Mission in East Timor) registava que a população leste-timorense andaria perto dos 800 000 habitantes (SILVA e SOUSA, 2001: 1). Contrariamente à tendência do aumento, os dados estatísticos de 2001 indicavam uma ligeira diminuição, contabilizando um total de 787 342 habitantes (UNDP, 2002: 13). Em 2006, a população já era estimada em 970 000 habitantes (CPCN, 2006). Os dados referentes a 2009 contabilizavam a existência de 1 130 000 habitantes (RIZZI, 2010: 51 – 52). O último censo realizado em 2010 anunciou que o total da população leste timorense cifrava-se nos 1 066 409 habitantes (DNE, 2012).

Conforme os períodos históricos, o mesmo território foi tendo diferentes denominações – «Timor», «Timor Português» e «Timor-Leste». O nome «Timor» só por si reportava-se ao período em que os Portugueses eram os únicos senhores da ilha.

Com a chegada dos Holandeses e consequente tomada de posse do lado ocidental do território, começou a adoptar-se o termo «Timor Português» para se diferenciar a região que era pertença dos Portugueses. Só muito posteriormente, depois da queda do regime de Marcelo Caetano, é que a denominação «Timor-Leste» foi adoptada pela coligação FRETILIN / UDT (União Democrática Timorense), a 20 de Janeiro de 1975, dando-se início ao seu uso aquando da divulgação do comunicado conjunto, que contou com o apoio das autoridades pós-revolucionárias de Lisboa e de Díli (PIRES, 1981: 77-78 *apud* FERNANDES, 2007: 92), ainda antes da FRETILIN ter declarado e a independência e proclamado a República Democrática de Timor-Leste em 28 de Novembro de 1975 (ROWLAND, 1992: xxxix; FIUZA, s/d: 6). Curiosamente, a mesma designação foi também reivindicada pelas forças pró-integracionistas na Indonésia, a APODETI, a UDT, a KOTA e a PT, em 4 de Setembro de 1975 (PIRES, 1981: 341 *apud* FERNANDES, 2007: 92). As transições denominativas justificaram-se pela inerência dos contextos e pelo desenrolar dos acontecimentos históricos.

A actual fronteira terrestre com a Indonésia é coincidente com a que foi formalmente estabelecida em 20 de Abril de 1859. Nesse ano foi firmado o Tratado de Lisboa que anuiu a divisão da ilha de Timor entre os reinos de Portugal e da Holanda (ROWLAND, 1992: xl). No mesmo tratado, os Portugueses cederam ainda os direitos que insistiam possuir sobre as ilhas de Solor e das Flores². Na verdade, a presença portuguesa nessas duas ilhas já era desde há muito tempo residual e resumia-se meramente à presença de alguns vestígios do Catolicismo nesses locais (GARCIA, 2001: 7; VIANA, 2008: 5; FIUZA, s/d: 5). Depois de séculos de rivalidades e inúmeras escaramuças entre os dois reinos dividiu-se geograficamente a ilha ao meio. O actual Timor-Leste ficou, a partir de então, conhecido como «Timor Português», designação que perdurou até à proclamação da independência em 1975. Com a anexação pela Indonésia, de 1975 a 1999, Timor-Leste passou a ser designado pela nova potência administrante como a sua «27ª província», integrada no território de Nusa Tenggara Timur. Após o referendo realizado em 30 de Agosto de 1999, sob o patrocínio das Nações Unidas, que lhe granjeou pela segunda vez a independência, passou

² Em 1851, as Flores e Solor foram vendidas por 200 000 florins pelo governador Lopes de Lima à coroa holandesa de maneira a colmatar as dificuldades económicas do território e a poder pagar os salários em atraso aos funcionários estatais. No entanto, ainda permaneceu na ilha das Flores um padre dominicano de nome Gregório, de modo a evitar a revolta dos habitantes que recusavam o domínio dos seus novos administradores (DUARTE, J.B., *op. cit.*, pág. 32 *apud* VIANA, 2008: 22, 26, 27).

novamente a ser denominada «Timor Lorosa'e³» em língua tétum e «Timor-Leste» em língua portuguesa (SILVA e SOUSA, 2001: 1; UN, 2000: 66).

Nos dias de hoje, Timor-Leste, apesar da sua aparente insignificância no contexto geopolítico da região, diante dos dois gigantes económicos e militares que são a Austrália e a Indonésia, assume cada vez maior relevo para a compreensão do fenómeno da globalização e como “caso de estudo” de transições sociais abruptas que se operaram numa sociedade fechada, tradicional e subdesenvolvida. Timor-Leste é hoje um Estado-nação pressionado a modernizar-se, perante uma conjuntura quase totalitária a que sobretudo as nações mais desprotegidas e dependentes não podem escapar – a do fenómeno da globalização.

1.1. Objetivos, motivação e questões metodológicas

O principal objectivo desta dissertação é o de perceber-se como se deram os impactos da cultura e sociedade europeias no seio das culturas leste-timorenses e perceber, ainda, qual a sua relação com os fenómenos da globalização e da deslocação de pessoas. Concretamente, pretende-se perceber quais os impactos da cultura e sociedade europeias na emergência do moderno Estado Timorense, esclarecendo:

- a) Porquê e como é que se deram esses impactos?
- b) Quais os objectivos que contemplavam os processos de aculturação implantados pelos Portugueses em Timor?

Ao fazer uma reflexão acerca da importância dos fenómenos migratórios, culturais, sociais e políticos, pretende-se identificar quais foram os processos de aculturação que ocorreram no trânsito de umas culturas para as outras (leste-timorense, indonésia, europeia). Todos estes processos, ligados aos fluxos migratórios, têm-se mostrado preponderantes na modernização dos diferentes grupos etnolinguísticos ainda enraizados na tradição. Deste modo, o estudo sobre o impacto da globalização, em particular dos processos de “europeização” em Timor-Leste levantou algumas questões a serem examinadas, a saber:

- c) Quais foram os aspectos mais importantes que advieram do contacto entre os Europeus e as sociedades nativas na ilha de Timor?

³ Designação em tétum, equivalente a “Timor oriental”. *Lorosa'e* significa “nascente, oriente”, sendo, por seu turno, um composto constituído pelo nome *loro*, “sol” e o verbo *sa'e*, “subir”. Cf. Costa 2000.

- d) Quais os efeitos que a cultura e sociedade europeias em particular, e também ocidentais, tiveram e ainda estão a ter nas sociedades leste-timorenses ao serem veiculadas através dos processos da globalização?
- e) Como é que a cultura e sociedade europeias, com os seus valores e noções, alteraram as sociedades leste-timorenses?

Para a construção desta dissertação, a interdisciplinaridade foi determinante. No fundo é disso que se trata quando focamos assuntos como cultura e sociedade, não interessa se europeia ou se de outro âmbito regional ou cultural.

Particularmente, o estudo da sociedade timorense terá de passar pelo estudo do colonialismo, entroncado numa proposta de divisão dos momentos-chave que definem e balizam histórica e socialmente Timor-Leste. A periodização dos momentos-chave mais importantes relativos a Timor-Leste será alicerçada em dois vectores, um cultural e outro social, que pretendem constituir uma síntese funcional para os estudos nas áreas das ciências sociais e humanas relativamente aquele país.

A estruturação do presente estudo baseou-se também na experiência de campo adquirida previamente na ex-colónia portuguesa de Timor ao longo de um ano de serviço, entre Abril de 2010 e Abril de 2011, no âmbito das funções de trabalho exercidas na ONU. O desempenho dessa missão internacional foi fundamental para a compreensão do tema proposto e, sem ela, alguns dos aspectos dissertados ficariam mergulhados para sempre em dúvidas.

O trabalho de campo desenvolvido a nível operacional, com o contacto directo então obtido com as culturas e sociedades indígenas timorenses constituiu, sem dúvida, o principal ponto de partida, despertando o interesse pela temática da transculturalidade, migrações e deslocações de pessoas. Foi essa experiência que me impulsionou a trabalhar academicamente sobre estas questões.

Se, por um lado, residir e viver nos antípodas satisfaz uma parte da curiosidade e interesse desde sempre sentidos por culturas distantes e exóticas, por outro lado, ajudou a perceber que as diversas culturas timorenses foram até ao momento ainda pouco estudadas nos aspectos relacionados com cultura, identidade, património, transculturalidade, preservação, ou até mesmo considerando uma possível musealização da sua(s) cultura(s) e sociedade(s). Noutros aspectos, as etnoculturas leste-timorenses têm permanecido ainda insondáveis para as ciências sociais. Talvez por esse facto, por terem uma aura de mistério, estranheza e sedução, estas foram essencialmente as razões que levaram à escolha do tema desta dissertação.

Por inerência das funções de trabalho exercidas em Timor-Leste no âmbito da missão UNMIT (United Nations Integrated Mission in Timor-Leste) a metodologia usada nesta dissertação consistiu essencialmente em dois métodos: o da recolha de dados no terreno (obtenção de entrevistas, constituição de um vasto espólio fotográfico), onde se privilegiou a observação directa e participativa, e a pesquisa bibliográfica elaborada e organizada mais tarde, já em Portugal.

Em relação ao tratamento das fontes escritas, as pesquisas passaram pela consulta de autores consagrados aos temas leste-timorenses, bem como de temas relacionados com a globalização, cultura, aculturação, desculturação e transculturação, essenciais para o desenvolvimento deste trabalho. A contribuição de referências bibliográficas distintas assentou desse modo na procura de fontes históricas, de relatórios de segurança interna/externa de contexto geopolítico de várias agências e instituições internacionais, em pesquisas bibliográficas de carácter puramente antropológico e social, bem como de dados geográficos humanos.

Apesar de já existirem vários estudos sobre a ilha de Timor em geral e particularmente sobre Timor-Leste, como veremos mais adiante, existe uma carência de investigações especificamente orientadas para a relação dos movimentos de populações e globalização ou que abordem problemáticas relacionadas com sociedades tradicionais em processos de transição, em direcção à modernização *versus* ocidentalização. Salvo algumas excepções (FEIJÓ s/d; GUNN, 1997; SEIXAS, 2006; SOUSA, 2001; THOMAZ, 2008; VIEGAS, 1998), essa relação é discutida de forma algo circunstancial nos estudos existentes.

1.2. Conceitos operativos

Para a elaboração deste trabalho tornou-se indispensável definir os seguintes conceitos operativos: ‘globalização’, ‘modernização’, ‘cultura’, ‘aculturação’, ‘desculturação’ e ‘transculturação’.

O conceito de ‘transculturação’ é um neologismo cunhado pelo antropólogo social Fernando Ortiz. Foi definido e usado pela primeira vez no seu trabalho de análise cultural e social sobre a sociedade cubana (ORTIZ, 1991: 86 – 90) para caracterizar as transmutações culturais que ocorreram como consequência das sucessivas migrações que se foram dando em Cuba desde a pré-história até à actualidade. Desde então, este conceito começou a fazer parte do campo de acção dos

estudos culturais e sociais. É o próprio Ortiz que define o conceito de transculturação nestes termos:

Entendemos que el vocablo ‘transculturación’ expresa mejor las diferentes fases del proceso transitivo de una cultura a outra, porque éste no consiste solamente en adquirir una distinta cultura, que es lo que en rigor indica la voz anglo-americana ‘acculturation’, sino que el proceso implica también necesariamente la pérdida o desarraigo de una cultura precedente, lo que pudiera decirse una parcial ‘desculturación’, y, además, significa la consiguiente creación de nuevos fenómenos culturales que pudieran denominarse de ‘neoculturación’.

(ORTIZ, 1991: 90).

O conceito de ‘transculturalidade’ é pois recente; decorrente da modernidade. Tudo se passa nas margens ou nas fronteiras, na interacção das culturas. Essas fronteiras não são fixas, é o Homem que as faz. “As normas e os valores culturais mudam frequentemente ao longo do tempo” (GIDDENS, 2010: 23), a cultura é delineada pelos indivíduos, de modo que a construção de fronteiras estão sempre a redesenhar-se (acontecer), a ajustarem-se, a receber novos elementos, são dinâmicas mutáveis e, tal como as línguas, constituem um *continuum*.

Deste modo, é a interação entre duas ou mais culturas que está na origem dos processos da transculturalidade. Esta implica hierarquização e diferenciação: uma sobrepõe-se à outra. Há sempre uma negociação por parte do indivíduo que recebe a cultura do outro, que vai acabar por abdicar da sua (ou esquecê-la) para construir (adquirir) a cultura de chegada (hegemónica). É dessa maneira que a transculturação manobrada pelos Europeus fez uma viagem pelas culturas nativas timorenses. Os colonos europeus levavam a sua cultura (de partida), que absorveu as culturas autóctones, particularmente nos sítios das missões religiosas. O lugar onde se dá a transculturalidade é o espaço onde se dão os processos de negociação e se confrontam poderes. Uma das culturas é vista como superior (europeia), a outra como inferior (nativa). A transculturalidade é um factor de mudança, que pode inclusivamente conter contornos violentos, desequilibrados, onde se medem forças, tal como o demonstram os factos históricos (que iremos abordar no capítulo 2) ocorridos em Timor desde a chegada dos Europeus.

Doutro modo, a referência bem elucidativa que Ortiz faz no termo do seu texto a Malinowski legitima a pretensão quanto ao uso do termo ‘transculturização’. De uma maneira metafórica, o processo de transculturização resume-se ao encontro de culturas, ao cruzamento, à hibridação e à germinação de novos padrões culturais apenas minimamente fiel às das sociedades de onde procedem.

Al fin, como bien sostiene la escuela de Malinowski, en todo abrazo de culturas sucede lo que en la cópula genética de los individuos: la criatura siempre tiene algo de ambos progenitores, pero también siempre es distinta de cada uno de los dos. En conjunto, el proceso es una ‘transculturación’, y deste vocablo comprende todas las fases de su parábola.

(ORTIZ, 1991: 90).

Efectivamente, a nova cultura acaba sempre por se distinguir de cada uma das suas precedentes, é um produto único e distinto apesar de conter um pouco de uma e de outra, mas é em si diferente e única (ORTIZ, 1991: 90). No fundo, a transculturização constitui-se pela “inter-acção” de vários fenómenos, entre os quais as deslocações e migrações de pessoas, os consequentes trânsitos que levam ao encontro das culturas, a simbioses, ao aparecimento de sincretismos e às emergências identitárias. Em nossa opinião, sob este ponto de vista, a transculturização presente em Timor-Leste parece enquadrar-se como mais um aspecto ou fenómeno da globalização: de conjuntos multidimensionais de adventos culturais e civilizacionais que interagem entre si num determinado rácio, prolongado ou não, de tempo e espaço.

Precisamente, mediante as inúmeras influências culturais de que Timor se tem estado a revelar fértil, justifica-se o uso do conceito de transculturização por parecer o mais adequado ao estudo da cada vez mais multifacetada sociedade timorense. A sua conceptualização, por traduzir uma ideia de multiplicidade de migrações diferenciadas umas das outras, é o ponto de partida para a investigação e compreensão das sociedades timorenses em particular, mas também para o estudo do modo como os Europeus, apesar de terem tido desde sempre uma escassa representação em termos de número naquelas paragens, detiveram a capacidade de dominar “o outro”. No caso de Timor os processos de transculturização são uma irrefutabilidade observável nos traços físicos presentes entre os actuais timorenses e patente nos diferentes grupos étnico-linguísticos que subsistem na ilha. Quanto à presença europeia, é necessário ter em

atenção que algumas dissemelhanças desde sempre se encontraram presentes entre os próprios colonizadores, por estes terem tido as suas raízes em sociedades e regiões distintas na Europa.

O conceito de ‘aculturação’ nem sempre consegue explicar todos os comportamentos sociais e englobar todas as facetas culturais. Se estabelecermos como exemplo e tomarmos em conta a proposta de Ortiz relativamente a Cuba, o termo ‘aculturação’ só por si é insuficiente para explicar todos os conjuntos de fenómenos sociais semelhantemente surgidos em Timor – sobretudo quando falamos desta última etapa, o período internacional (de 1999 à actualidade):

Con la venia del lector, especialmente si es dado a estudios sociológicos, nos permitimos usar por primera vez el vocablo transculturación, a sabiendas de que es un neologismo. Y nos atrevemos a proponerlo para que en la terminología sociológica pueda sustituir, en gran parte al menos, al vocablo aculturación, cuyo uso se está extendiendo actualmente. Por ‘aculturación’ se quiere significar el proceso de tránsito de una cultura a otra y sus repercusiones sociales de todo género. Pero ‘transculturación’ es vocablo más apropiado.

(ORTIZ, 1991: 86).

É deste modo que sobrevém a consagração do conceito de ‘transculturção’, que surge nesta dissertação no sentido de complementar e de explicar a realidade da transculturção dos Timorenses, que vai buscar as suas raízes ao passado. A arqueologia confirma-o. As vagas humanas que chegaram à ilha separadas por grandes intervalos de tempo vieram de vários pontos do Sudeste Asiático, trazendo com eles línguas e culturas muito diferenciadas, bem como graus dissemelhantes de desenvolvimento civilizacional. As particularidades históricas de Timor encontram-se por isso desde a sua génese intimamente ligadas aos complexos processos sociais ocorridos durante os sucessivos fenómenos das migrações, que determinaram os processos de transculturção que foram ocorrendo e que podem explicar o presente. Porém, nem todos os processos de alterações sociais e culturais receberam estímulos exteriores a Timor. Muitos foram iniciados muito antes da chegada dos colonizadores europeus. As próprias sociedades mauberes desde sempre manobraram processos de mutação social. De facto, pensamos que, também à semelhança dos fenómenos

culturais sucedidos em Cuba, o primeiro grande processo de mudança social ocorrido em Timor deu-se com a passagem do paleolítico para a era neolítica, o que implicou uma dramática e profunda alteração no *modus vivendi* dos grupos humanos. Eventualmente essa transformação terá sido protagonizada por pequenos grupos de caçadores-recolectores que desenvolveram sociedades complexas, sedentárias e hierarquizadas como produtoras e transformadoras de alimentos e de bens secundários. Todavia, foi após a chegada dos Europeus em inícios do séc. XVI que ocorreram as mais profundas mudanças que iriam alterar definitivamente o equilíbrio dos habitantes. As transformações impostas traduziram-se em novos processos de transmutação cultural, de transculturação.

A fim de se perceber em sentido lato o que caracteriza cultural e socialmente as populações timorenses, convém também, analisar e distinguir alguns aspectos conceptuais, sobretudo, os conceitos de ‘cultura’, ‘aculturação’ e ‘desculturação’ (e que podem implicar outras questões como ‘etnicidade’ e ‘identidade étnica’) (JOHNSON, 2005: 109).

Linearmente, ‘cultura’ é entendida como conjunto de costumes, tradições e instituições que constituem a herança do grupo. É um sistema complexo e organizado de comportamentos, de códigos e padrões partilhados por uma sociedade ou grupo social, que se manifesta nas normas, crenças, valores, criações e memórias (cf. HORTON e HUNT, 1981: 39 – 44; GIDDENS, 2010: 22), também sinónimo de ‘nação’, ‘povo’, ‘raça’ e ‘etnia’ (JOHNSON, 2005: 249). A cultura não possui fronteiras estáveis. O que define uma cultura, para além do que está dentro da fronteira do Estado-nação é o que envolve as pessoas, é uma construção de vários processos. A cultura é tida como diferença e diversidade. Não podemos tentar pensar em realidades culturais como algo fixo, arrumado, devidamente catalogado. Há que equacionar mobilidades, deslocações, migrações e as diversidades daí advindas, para devidamente se perceber os panoramas culturais dos Timorenses. Se começarmos a pensar a cultura de uma maneira diferente, estamos a criar novos objectos de estudo.

É o cruzamento de culturas que origina os processos de interculturalidade. Não é propriamente uma mestiçagem, mas sim uma redefinição de fronteiras, de ideias, de representações gráficas (visuais), de organizações sociais e políticas. A ‘interculturalidade’ é a integração de um grupo num todo, que implica uma relação hegemónica e de poder, de processos de interacção, em que os indivíduos em

convivência modificam temporariamente o seu comportamento cultural enquanto dura o contacto (THINES e LEMPEREUR, 1984: 231, 513).

Do encontro de culturas surge o processo de aculturação. Basicamente é o processo de adaptação a uma cultura alienígena, que Ortiz define como sendo o processo de trânsito de uma cultura para outra (ORTIZ, 1991: 86). É a transmutação de uma sociedade por contacto com outra, da qual recebe um conjunto de traços (THINES e LEMPEREUR, 1984: 36). Para o caso dos habitantes de Timor-Leste, serão os procedimentos relacionados com a acomodação, de ajustamento, de apropriação e de integração perante o contacto contínuo com a cultura exógena (imposta ou não), de modo que a cultura de acolhimento ('hospedeira') prescinda de parte ou da totalidade das suas características e adopta os valores culturais vindos de fora. Poderá não implicar a pulverização da cultura precedente, mas sim a difusão da nova, que se lhe sobrepõe. Por seu turno, a 'desculturação' é o processo que ocorre quando a transmutação cultural conduz à perda de características que até aí constituíam traços distintos da cultura modificada (THINES e LEMPEREUR, 1984: 249).

Desde que os Europeus chegaram à ilha, os Timorenses foram sendo progressivamente invadidos pela cultura europeia (língua, sociedade, religião, hábitos alimentares e de vestuário, introdução de pessoas e de novos valores simbólicos e culturais). Os impactos produziram um autêntico choque de civilizações, modificando as sociedades nativas para sempre. Presentemente, o processo continua, agora veiculado pela globalização.

Definir o conceito de 'globalização' em poucas palavras é possível, mas depende dos contextos em que queiramos enquadrar a sua aplicação. Poderá pelo mesmo motivo ser extenso e complexo; porém, a definição será sempre de carácter subjectivo. Para o âmbito da presente dissertação o que mais importa reter é que a globalização é um fenómeno que afecta as sociedades contemporâneas, que se caracteriza pela internacionalização do capital pela total abertura dos mercados através da anulação dos obstáculos aduaneiros que, uma vez removidos, conduzem à livre circulação de bens. De um modo bastante linear, são estas as circunstâncias que, uma vez implementadas e consolidadas, primeiro nas alfândegas e consequentemente no esbatimento da noção de fronteiras de Estado, têm facilitado a veiculação de inúmeros outros fenómenos que, pela intensidade com que ocorrem, se têm tornado cada vez mais estandardizados por todo o planeta. A mundialização, o outro nome pelo qual é conhecida a globalização (LIPOVETSKY; SERROY, 2008 e MUCCHIELLI, 2008),

implica o total livre-câmbio de tudo o que a cultura humana possa criar ao nível material e abstracto.

A globalização é um fenómeno dinâmico, diversificado, que se desenvolve sob numerosas facetas, afigurações e dimensões. É um fenómeno que afecta as sociedades contemporâneas, devido à internacionalização do capital e à abertura dos mercados, com reflexos nas migrações, dada a diluição da noção de fronteira de Estado, e que está a alterar profundamente padrões e estilos de vida por todo o planeta (GIDDENS, 2000: 17). A globalização começou a ser identificada a partir do último quartel do século XX. Pela análise da história moderna e contemporânea compreende-se que é uma criação europeia e ocidental, intimamente ligada ao poder político e económico norte-americano (GIDDENS, 2000: 17), sobretudo a “uma fase do recente desenvolvimento histórico do capitalismo” (MURTEIRA, 2003: 53), olhada por muitos como uma americanização (COHEN, 2005: 25 – 35). Apesar de a globalização ter uma configuração estrutural e predominantemente anglo-saxónica, há autores que consideram que o processo terá tido início em finais do séc. XV com as Descobertas e Conquistas portuguesas (DEVEZAS e RODRIGUES, 2007).

Hoje, o planeta transformou-se num gigantesco tabuleiro de xadrez dos variadíssimos e muitas vezes indefiníveis fenómenos que compõem o grande fenómeno da globalização. Os principais intervenientes são as vigorosas economias da UE, da China, do Japão e sobretudo a dos Estados Unidos, que tem tido o principal protagonismo de dominação, influência e de tomada de decisões com reflexos em todo o globo (MURTEIRA, 2003: 53 – 55). Cada vez mais este complexo fenómeno encerra em si uma enorme capacidade de arrastamento de praticamente todos os países do Mundo para as esferas das múltiplas dependências e de interdependências, sobretudo dos mais fracos em relação aos mais fortes e poderosos, com consequências acentuadamente desiguais (GIDDENS, 2000: 17). É a interconexão das economias num todo, global e totalizante (MURTEIRA, 2003: 53 – 55), caracterizado por um alargado movimento de transnacionalização que se dispersa por todas as regiões do planeta.

‘Transnacionalização’ caracteriza-se por ser algo que supera o acto da nacionalidade, que pode por esse motivo, englobar de facto várias nacionalidades ou países, sem contudo afigurar especificamente uma nacionalidade em particular. Um organismo transnacional dificilmente se submete à noção da nacionalidade ou às regras do Estado-nação. ‘Transnacionalização’ é um termo inerente à modernidade na era da globalização, especialmente surgido após o último quartel do séc. XX para

designar as grandes empresas internacionais (e agora também ideias) que operam sem limites de regulação ou de regras e dificilmente são reguláveis pelos governos nacionais. Essas empresas inserem-se em redes amplas de conectividade e complexamente interligadas a centros de controlo ligados ao capital (liberal) disperso pelo mundo.

Os espaços económicos são agora difíceis de definir, a sua identificação está envolta em neblina, enquadrando-se no que é designado como a ‘mega-economia global’, distinta das macroeconomias ou economias nacionais, ou mesmo das economias formais internacionais que era comum estabelecerem-se entre empresas de diferentes nacionalidades ou de diferentes estados (MURTEIRA, 2003: 53 – 55). A expansão da mega-economia global no contexto mundial assenta na total e desregulada liberalização do comércio, de bens e serviços e na privatização dos sistemas produtivos vitais nacionais. O espaço de acção é informal, “não regulado e dificilmente regulável” (MURTEIRA, 2003: 54).

A globalização das economias mais não é do que a internacionalização do capital à escala global, autorizada pela abertura total e subsequente liberalização dos mercados (IANNI, 1996: 3), que lançou o Mundo numa «Nova Ordem Económica Internacional», o agora chamado ‘mercado global’ (MURTEIRA, 2003: 45). Essa internacionalização resulta da conjunção de várias tendências que de algum modo se relacionam (MURTEIRA, 2003: 45) e que reduzem o tamanho do planeta à ideia da aldeia global (IANNI, 1996: 74 – 91; McLUHAN *apud* FILHO e LIMA, 2009), plenamente interdependente, que em conjunto se move em direcção à modernidade.

O capital perdeu a sua característica dantes estritamente nacional. Actualmente, o seu espaço de circulação não conhece fronteiras nacionais e tanto as nações dominantes como as dominadas conferem conotação internacional, mundial ou global ao capital (IANNI, 1996: 3), facto que se generalizou com o fim da Guerra Fria e com o colapso do Bloco Soviético. O fim das áreas de influência que dividiam o mundo alinhado em Bloco Pró-ocidental e Bloco Pró-soviético ditaram o fim da rigidez das fronteiras físicas e ideológicas dos Estados que durante décadas se fizeram sentir. Esses acontecimentos fizeram também com que as correntes migratórias que até aí se mantinham relativamente estáveis e reguláveis comesçassem a mudar de configuração. O aumento dos fluxos migratórios começou também a caracterizar-se pelo acréscimo da capacidade laboral das mulheres, que irão convergir na direcção de novos modelos de sociedade, tornando-se verdadeiramente agentes de mudança. Os fluxos migratórios

começaram a desequilibrar-se e tornam-se uma preocupação crescente (IANNI, 1996: 3), que irá exigir políticas apropriadas, cada vez mais constantes na agenda pública mundial. A internacionalização do capital à escala global, chamada pela escola francesa de pensamento ‘mundialização da economia’ contribuiu enormemente para a mudança do cenário e das tipologias das migrações, não só no Continente Europeu e no alargamento do espaço da União Europeia aos antigos países de Leste, mas também a outras regiões do globo. A globalização e as migrações internacionais são fenómenos que se encontram intrinsecamente ligados: não se poderá falar de globalização sem deslocação de pessoas e bens (COHEN, 2005: 25 – 35).

O cariz essencialmente económico da globalização tem, por isso, acarretado consequências ao nível de interposições, mediações e de impactos culturais. Desenvolvem-se novas noções de hierarquias sociais, que se escudam por detrás de uma aparente democratização da disseminação de modelos ocidentais. São aliás a economia e a liberalização dos mercados a nível planetário que a impulsionam, alicerçada em estruturas transnacionais como as ONG, em diversificadas e complexas redes de relacionamentos, suportadas no grande desenvolvimento dos meios tecnológicos e de transporte (COHEN, 2005: 25 – 35).

A emergência de novos fluxos migratórios gerou processos de acção-reacção, de estímulos e de interacções capazes de influírem por sua vez intensamente na globalização, originando profundas alterações socioeconómicas em muitos locais do globo. De um modo geral, os fenómenos relacionam-se directamente, estimulando-se reciprocamente. Estabelecem-se forçosamente contactos entre recém-chegados e a cultura autóctone, que impulsionam a diversidade cultural, ocasionando, por sua vez, novas sociedades, estimulando relações sociais intergrupais, originando novas identidades e até mesmo múltiplas identidades dentro de um mesmo grupo ou conferidas a um único indivíduo (PNUD, 2004: 85).

As sociedades nacionais (que de certo modo podemos observar como tradicionais) alteraram-se. No entanto, elas constituem o indiscutível e indispensável alicerce para as novas, que entretanto emergiram alteradas, renovadas ou transmutadas (IANNI, 1996: 158 – 159). Ocorre que a sociedade global, baseada na total liberalização da economia e no fenómeno de interdependência de mercados, fundamenta-se em algo que sempre existiu. É um todo, inerente à modernidade, originada e constituída por várias partes das sociedades nacionais (IANNI, 1996: 162).

É deste modo que a sociedade global assume contornos e características únicas e muito próprias que a tornam singular face às sociedades nacionais.

Paralelamente, as sociedades nacionais são desafiadas e induzidas a pensar o Mundo como uma sociedade global. De um modo abrupto, as relações que estruturam os processos económicos, políticos, demográficos, geográficos, históricos, culturais e sociais adquirem, pela primeira vez, mais importância do que as relações processuais ocorridas a uma escala nacional (IANNI, 1996). A modernização veiculada pela globalização, com tudo o que essa ideia possa implicar é o grande desafio dos países subdesenvolvidos e das sociedades ainda actualmente arreigadas aos seus costumes e tradições. As mudanças que as afectam apesar de terem origem em lugares bastante distanciados da geografia terrestre, agem como se fossem ecos ou reflexos sobre outras sociedades, elas “não estão mais confinadas a nenhuma zona do globo, fazem-se sentir um pouco por toda a parte” (GIDDENS, 2000: 15).

Ideologicamente, os aspectos patentes na ideia da globalização ou mundialização que têm formatado os padrões culturais e a forma de agir são sobretudo o sentimento e o conceito de risco, cada vez mais presentes nas nossas vivências actuais. As alterações nas tradições e as mudanças nas instituições sociais seculares como a família, que são o alicerce basilar a todas as sociedades humanas do planeta, estão a induzir a alteração de comportamentos sociais. Doutro modo, a globalização age como um veículo propagador e introdutor de novos conceitos, até então desconhecidos e inexistentes na maior parte das sociedades tradicionais – particularmente, trata-se de imprimir nos “outros” a veiculação de modelos igualitários e a ideia de democracia (GIDDENS, 2000: 69 – 72). Trata-se também de redefinições dos sistemas sociais, ou seja, da reinvenção de muitas tradições (conceito que é uma invenção da modernidade europeia de há apenas cerca de dois séculos) e da elaboração de outras (GIDDENS, 2000: 47 – 49). Por outras palavras, a globalização é um fenómeno em que a modernização não é apenas apanágio das sociedades ocidentais; em vez disso, é extensiva e extrapola-se previsivelmente por todo o planeta:

(...) um mundo em que a modernização se não confina a uma área geográfica, que em vez disso se faz sentir a nível global – trazendo consequências para as tradições e demais instituições sociais que caracterizam as sociedades (...).

(GIDDENS, 2000: 50).

A globalização está a interferir sobejamente com o conjunto de doutrinas e práticas transmitidas geração após geração e com a forma de pensar ou de agir herdada de tradições, com os seus usos, hábitos e costumes, com tudo aquilo que lhe era anterior. A globalização assume-se cada vez mais como um conjunto de rupturas em relação ao passado recente e em relação à tradição, esta com raízes no passado profundo. A quebra de valores que cimentam os conjuntos sociais desestabiliza a confiança (FUKUYAMA, 2001: 283) e aumenta a percepção de risco (GIDDENS, 2000: 31 – 43) e de insegurança, realidades a que as sociedades tradicionais, por serem caracteristicamente conservadoras, nunca estiveram abertas, ficando por isso muitas vezes impossibilitadas de desenvolver atempadamente mecanismos que lhes permitam proteger-se e salvaguardar-se da desestruturação cultural e social. Este tem sido o grande impacto que a globalização opera em Timor-Leste.

1.3. Estrutura da dissertação

Além da presente Introdução, esta dissertação divide-se em duas partes principais.

A primeira parte, constituída pelo capítulo 2, centrar-se-á na apresentação genérica dos factos da história de Timor-Leste para justificar os propósitos sociais, de cultura, aculturação, desculturação e de transculturação previamente anunciados. Acredita-se que o entendimento dos factos da história é importante para se compreender os actuais processos que estão a transmutar a sociedade timorense. Será esse o objectivo do capítulo 2, de enquadrar os impactos das alterações culturais e sociais acontecidos no passado tendo como referência os contactos estabelecidos entre as sociedades nativas e os colonizadores europeus.

Na segunda parte, constituída por dois capítulos, serão apresentados casos concretos em que a globalização e a transculturação se manifestam de forma mais visível na sociedade timorense contemporânea, visíveis sobretudo depois da restauração da independência de Timor. No capítulo 3, serão apresentados aspectos em que a globalização está a desestruturar e a mudar para sempre o cariz tradicional da sociedade (tais como a estrutura familiar e a relação com os sistemas de produção), dedicando especial tenção ao tema da pobreza como problemática social e a sua relação directa com a modernização. Já no capítulo 4, abordar-se-ão as transformações surgidas na arquitectura tradicional timorense face à experiência urbana na modernidade. Elas são sinónimo da globalização modernizante, onde influem fortemente indícios

(expressos na cultura material e ao nível ideológico e simbólico) que são produto de sucessivas acções de aculturação, desculturação e de transculturação. Parte deste capítulo 4 é constituído por uma série de fotografias tiradas entre 2010 e 2011 pelo autor no terreno, que visam ilustrar as transformações visíveis na arquitectura timorense.

No final serão apresentadas conclusões, assim como a bibliografia relevante para este trabalho.

PRIMEIRA PARTE

2. OS QUATRO MOMENTOS HISTÓRICOS DE IMPACTO NAS CULTURAS E SOCIEDADES DE TIMOR-LESTE

Neste capítulo, propomo-nos dar uma visão dos principais dados históricos que, na perspectiva adoptada neste trabalho, mais contribuíram para a conformação actual da sociedade timorense, em torno de quatro momentos cronológicos de referência, momentos-chave da história de Timor-Leste.

As quatro balizas cronológicas que, para efeitos deste trabalho, definiremos são as seguintes:

1º Período – Desde a pré-história até ao início do séc. XVI. É o longo período sem história escrita;

2º Período – Séc. XVI a 1975, da chegada dos Portugueses a Timor à sua saída do território;

3º Período – 1975 a 1999, o período da ocupação Indonésia;

4º Período – de 1999 até à actualidade, o período mais internacional da história do país.

Os sinais de rompimento de cada período relativamente às etapas precedentes nem sempre são claramente visíveis e nem sempre se encontram devidamente documentados. Algumas contingências explicam a situação. São elas: a existência de estudos que fornecem informações (bastante) contraditórias; a falta de cadastros e de testemunhos escritos sobre esses momentos, que apenas são comprovados por dados recolhidos oralmente; a destruição de documentos e registos que pudessem contribuir para a história de Timor-Leste, que ocorreu durante o curto mas destrutivo período da guerra civil, massivamente executada pelas duas partes beligerantes, os pró-indonésios e os pró-independentistas, e em que ambas as partes têm grande responsabilidade.

2.1. O primeiro período: da pré-história ao século XVI

O primeiro período, de ? 40.000 a.C. até ao século XVI é o do instante mais longo e menos conhecido da história de Timor-Leste, mas nem por isso menos importante: o passado, mesmo remoto, pode explicar parte da sociedade do presente. Este período estende-se desde a Pré-história até ao início do séc. XVI. É o longo período sem história escrita, estudado apenas sob o ponto de vista da Antropologia e da Arqueologia.

Em termos de documentação escrita, a mais antiga referência que até ao momento se sabe existir remonta ao ano de 1250 d.C. (dinastia Yuan), onde os Chineses, numa escritura denominada *Chu-Fan-Chi*, mencionam o comércio de madeira de sândalo com Timor (DURAND, 2006: 493; ROWLAND, 1992: xxxix). Temos também a primeira referência europeia feita em 1276 pelo aventureiro veneziano Marco Polo, que mencionou o comércio de sândalo nos portos chineses de Saiton (DURAND, 2006: 493). Em 1346, o viajante magrebino Ibn Batuta mencionou o comércio de sândalo em Sumatra (DURAND, 2006: 493), pelo que se especula que poderia estar relacionado a Timor, e, em 1350, temos a primeira menção explícita a Timor, que aparece no texto chinês de *Tao-I-Chih-Lueh* (DURAND, 2006: 493). Do séc. XIV até à entrada em cena dos Portugueses na região do Sudeste Asiático no séc. XVI pouco mais se sabe.

Timor tem sido, desde a Pré-história, local de convergência e de encontro de povos de origens culturais, linguísticas e raciais distintas. Por ser o último reduto que separa o conjunto de ilhas a que pertence da plataforma continental australiana, o mar parece ter funcionado como acesso e passagem para outras paragens quando as distâncias não eram demasiado longínquas, numa altura em que as glaciações atingiam o seu pico máximo, permitindo que a passagem de ilha em ilha fosse feita a pé ou em muito curtas navegações. Mas o mar foi sobretudo uma grande barreira quando essas distâncias se prolongavam bastante, dificultando eventuais navegações, tal como parece ter acontecido entre a costa sul timorense e a costa norte da Austrália, separadas pelo Mar de Timor. As numerosas culturas que convergiram para Timor acabaram por ser como que obrigadas a conviver na mesma ilha e a adquirir soluções para a coexistência. No entanto, apesar de parecer uma contradição, viverem na mesma ilha não significou que existissem profundas interacções entre as diferentes raças e grupos étnicos timorenses, não havendo por isso grande mistura nas línguas. A questão básica para essa situação singular, atendendo a que o espaço territorial de Timor não é grande, parece estar porém na topografia, por ser muito montanhoso, e no facto de a densidade da vegetação das florestas ter também impossibilitado uma generalizada interacção dos grupos populacionais. Portanto, a geografia e a selva timorenses funcionaram como reais obstáculos fronteiriços entre os diferentes grupos etnolinguísticos, originando, também, padrões de povoamento caracteristicamente esparsos. Estes factos poderão, em parte, explicar a presença de tantas línguas distintas em Timor, mesmo quando originárias de uma mesma família linguística numa região tão diminuta. Por esses motivos, os territórios da ilha acabaram por proporcionar

espaços constituindo nichos sociais de *habitat* culturais distintos. Actualmente, segundo dados oficiais serão entre 15 (COSTA, 2001: 59) e cerca de 30 (THOMAZ, 2002 *apud* BATOREÓ: 52) as línguas autóctones presentes em Timor-Leste (sobre este assunto ocupar-nos-emos mais adiante).

Obviamente que a noção de isolamento implícita à questão das línguas será relativa. O registo arqueológico tal como a observação dos colonizadores europeus indicam-nos que, de algum modo, grupos de âmbitos culturais e linguísticos diferentes estabeleciam relações entre si, por razões que podiam ir desde interesses “estratégicos” ou de alianças no sentido de dominarem outros grupos, ao estabelecimento de laços familiares exógenos, tendo em vista o aumento do poder e da riqueza material da família, do clã ou da tribo. As alianças, encontros e contactos entre os diferentes grupos humanos terão certamente estabelecido processos de aculturação e de desculturação, resultando na emergência de novos padrões de cultura.

As descobertas no campo da arqueologia indicam que populações australóides estiveram na origem dos primeiros assentamentos humanos na ilha (ROWLAND, 1992: xxi). Timor poderá ter sido um dos sítios de passagem, uma das rotas de migração antes desses grupos chegarem ao continente australiano e terem dado origem aos actuais aborígenes australianos, numa época em que a Austrália se encontrava ligada à Nova Guiné por terra. Até ao momento, os mais antigos vestígios humanos presentes em Timor remontam há 40 000 anos (RUHLEN, 1996: 157 – 160).

As evidências arqueológicas, linguísticas e fenotípicas apontam para o facto de os timorenses partilharem inúmeras afinidades com os povos vizinhos. Timor é um repositório de influências onde todas as culturas circundantes terão em vários graus convergido à ilha. Na cultura oral, material e nas características fisionómicas são perfeitamente destrincháveis nos actuais timorenses largos traços de populações papuas da Nova-Guiné e de semelhanças com os aborígenes da Austrália. De entre as populações do Sudeste Asiático, os Timorenses, a par dos Negritos das Filipinas, dos Papuas, com os quais possuem bastantes afinidades linguísticas e étnico-raciais, e de mais umas relativas minorias étnicas, são dos poucos que saem fora dos parâmetros étnico-linguísticos que enquadram a imensa maioria dos povos malaio. As línguas actualmente faladas em Timor provêm da família austronésia, oriunda do Sudoeste Asiático e da família malaio-polinésia, proveniente do Pacífico Sul (RUHLEN, 1996: 157 – 160). Em Timor encontram-se também, embora em menor grau, vestígios das línguas

vedo-australoides, cujos membros mais, próximos localizam-se no sul do Subcontinente Indiano e no Continente Australiano (AMCAIC, 1937: 17 – 18).

A expansão austronésia em direcção ao Sudeste Asiático a partir do sul da China deveu-se ao advento neolítico iniciado há 8 000 anos. As provas arqueológicas que corroboram esta tese são o cultivo do milho-miúdo no delta do rio Amarelo (*Huang He*) e o cultivo do arroz no delta do rio Azul (*Yangtsé*) e remontam ambos sensivelmente à mesma época. Dois mil anos depois, já essa cultura neolítica abandonava o continente e tinha começado a colonizar as ilhas da região, espalhando-se pelas actuais Filipinas, Malásia, Nova Guiné, Java e Timor, indo alcançar Madagáscar ao largo da costa sudeste de África (RUHLEN, 1996: 157 – 160).

A corrente neolítica originalmente proveniente da China terá chegado por volta de 3 000 a.C., difundida por povos de cultura austronésia (RUHLEN, 1996: 157 – 160). Provavelmente esses distantes austronésios, ao passarem a colonizar as ilhas do Sudeste Asiático, ter-se-ão de algum modo cruzado com as populações aborígenes pré-existentes nessas ilhas, pelo que já não seria o elemento austronésio primordial que terá chegado a Timor, mas sim o produto dessa mistura que é classificado como o ‘elemento malaio’. Com a chegada dos austronésios deu-se um processo cultural que iria transformar o modo de vida dos primitivos aborígenes timorenses. Levaram para Timor as técnicas da domesticação das plantas, fizeram-se acompanhar de alguns animais domesticados e inclusive do tipo de tecnologia que lhes permitia talhar instrumentos de pedra polida e a habilidade para fabricarem peças em cerâmica. Posteriormente, por volta de 1 000 a.C., outros fluxos migratórios induziram a novas mudanças culturais, tecnológicas e provavelmente também ao nível das estruturas sociais. As escavações arqueológicas efectuadas em Baucau e Venilak revelaram a introdução de novos animais domésticos – o cão, a cabra, o gato e o búfalo de água. A tecnologia de fundição dos metais foi introduzida mais recentemente, há cerca de 2 000 anos, como atestam os espólios de bronze e de ferro postos a descoberto (ROWLAND, 1992: xxi). Aparentemente, este último estágio de desenvolvimento mental parece não ter sofrido mais alterações até à chegada dos Portugueses no início do séc. XVI, quando encontraram povos que praticavam uma agricultura de subsistência e sem a utilização do arado (MENEZES, 2006: 107). À luz do conhecimento actual, percebemos que eram culturas com aspectos neolíticos nas quais a utilização de instrumentos em pedra era ainda muitíssimo frequente, embora já conhecedoras da tecnologia de fundição do bronze e do ferro. Tratava-se, portanto, particularmente dum conjunto de populações

de cariz pré-histórico e de cultura essencialmente austronésia (ROWLAND, 1992: xxi – xxii).

Convém perceber que relativamente às investigações sobre a Pré-história não existem certezas absolutas. O que existe são conjecturas que poderão ou não ser confirmadas (às vezes apenas temporariamente) por futuros trabalhos de investigação no âmbito da Antropologia e da interacção com outras disciplinas do conhecimento científico, como a Linguística, e que poderão vir a produzir novos conhecimentos. Sobre os processos culturais ocorridos no passado, de aculturação, desculturação e de transculturação, ficarão em aberto hipóteses, especulações, modelos de avaliação e conclusões que futuras descobertas possam vir a trazer, com a adição de novos elementos.

Há 2 000 anos teve início a expansão cultural indiana em direcção ao Sudeste Asiático. Esta corrente civilizacional foi a última que ocorreu antes do advento europeu nesta região da Ásia e fez-se sentir energicamente por praticamente todo o arquipélago malaio. Porém, no extremo sul, na região de Nusa Tenggara, não teve a mesma força e expressividade que exerceu nas ilhas de Java e Bali (ROWLAND, 1992: xxi – xxii). Presentemente, parte do sul de Java e a totalidade de Bali tornaram-se os últimos redutos do Hinduísmo na Insulíndia. O acantonamento dos hindus malaio nessas duas ilhas teve como causa a expansão islâmica e o subsequente domínio de praticamente todo o arquipélago por essa religião. Contudo, nem mesmo o Islamismo, apesar da sua devastadora expansão, alcançou a vizinha região de Nusa Tenggara Timur.

Antes da vinda dos Portugueses pensa-se que existiriam duas grandes tribos que dominavam outros grupos menos poderosos. Todos eles seriam mais ou menos independentes uns dos outros, contudo, capazes de formarem alianças onde procuravam dominar os grupos que elegiam como rivais. No fundo, seriam alianças tácticas, que tinham em vista interesses como a posse da terra e a obtenção de impostos. Todavia, não existia a divisão ocidente-oriental que a presença portuguesa acabou por estabelecer (MARCOS, 1995: 28 – 29). Os habitantes originais do lado ocidental da ilha eram conhecidos como os Atoni (que se designavam a si mesmos por *Atoni Pah Meto*) e possuíam uma economia baseada na agricultura de subsistência (ROWLAND, 1992: xxii). Era a província do Servião, comandada pelo régulo de Senobai. Do lado oriental, existiam os Belo, sob a tutela do régulo de Behale. Seriam portanto estas as duas tribos mais poderosas da ilha (MARCOS, 1995: 28 – 29).

As estruturas sociais dos Timorenses, essencialmente de cariz medieval, assentavam num sistema de transmissão de estirpes hierarquizadas, em que, no topo da pirâmide social, sobressaía a linhagem do régulo (o *liurai*⁴) ou chefe tribal e na base ficavam os serventes e os escravos (SOUSA, 2001a: 183 – 194). Os povoados indígenas sob a tutela de um *liurai* eram constituídos pelos *sucos* (conjunto de aldeias), cada um deles com o seu chefe. Os chefes de suco e os *liurai* estabeleciam-se na categoria da nobreza. Eles eram os *dato* (nobres), os proprietários da terra, que usufruíam de regalias relacionadas ao seu estatuto como o pagamento do *rain ten* (imposto) (MARCOS, 1995: 28 – 29).

2.2. O segundo período: o período português

O segundo período inicia-se no século XVI e prolongou-se até 1975. É um período crucial e inicial da História de Timor, aquele em que ocorreu o primeiro embate com a cultura e sociedade europeias. Os contactos linguísticos produziram processos de transmutação cultural que foram preconizados directamente por Portugal e pela Holanda. Esses contactos linguísticos reflectiam o poder da influência que a cultura europeia exerceu durante cerca de cinco séculos naquela região do globo. As línguas portuguesas e holandesa desempenharam pois um papel na transmutação cultural que não se fez sentir só nas alterações das línguas indígenas, mas também a nível comportamental.

A presença dos primeiros Europeus desencadeou processos de aculturação e de desculturação que eram imputados às sociedades indígenas, que se foram tornando cada vez mais frequentes e decorrendo em várias fases, que se prolongam até aos dias de hoje, envolvendo intercâmbios, dominação (unilateral), sobreposição de populações e que acabaram por originar processos de transculturalidade.

A colonização em Timor durante os primeiros séculos foi praticamente sustentada por mercadores-soldados que constituíam apenas os habitantes sazonais europeus. Assim que obtinham os produtos que desejavam, partiam para outras paragens. Só os frades dominicanos é que se fixariam mais ao local. Portanto, inicialmente Timor apresentaria uma feição mais de cariz religioso onde a administração seria feita à medida dos missionários dominicanos (SOUSA, 2001a: 184).

⁴ Chefes tradicionais dos reinos. O *liurai* é o *dato* (membro da classe nobre) que, por direito de sucessão ou eleição, governa um reino. Cf. Costa, 2000, v.g. *liurai*.

Até ao princípio do século XVIII, os encontros entre Europeus e Timorenses resumiram-se a alguns contactos fortuitos. Aos Portugueses nunca interessou a expansão para o interior do território: o mercado do sândalo era perfeitamente proveitoso apenas com base nos assentamentos esporádicos na orla marítima. Os povoados nativos continuaram por isso a manter-se autónomos face aos Portugueses. Não houve desse modo, durante os dois primeiros séculos de presença portuguesa, uma autêntica colonização ou um estabelecimento formal por parte das instituições portuguesas no lado leste da ilha (RIZZI, 2010: 54). A única excepção a esses encontros esporádicos seriam os missionários religiosos, que se aventuravam mais além, na ânsia de conquistarem algumas almas para a sua causa.

Em 1516, os frades dominicanos estabelecem-se na ilha e tornaram-se nos primeiros colonos. Introduzem a língua portuguesa na orla das suas missões. Contudo, se pretendermos aceitar o estabelecimento dos religiosos dominicanos como um verdadeiro acto de colonização, então ela terá tido o seu início em 1561, quando estes, oriundos de Solor, se instalaram em Timor dando início à conversão ao Catolicismo de alguns grupos de mauberes (VIANA, 2008: 3). Juntemos também o facto de, em 1562, os Portugueses terem erguido um pequeno entreposto em Lifau (Oécussi) para controlarem o comércio do sândalo (ROWLAND, 1992: xxiv) e o facto de em 1566, os próprios dominicanos terem construído outra fortaleza na ilha de Solor, localizada na aldeia actualmente denominada *Lewayong* (GARCIA, 2001: 8). Esta última revelou-se uma base estrategicamente muito importante, pois a partir daí os Portugueses repeliram os ataques dos Muçulmanos e lançaram-se em expedições que se foram tornando cada vez mais frequentes à ilha de Timor, sempre no intuito de controlarem o comércio do sândalo (ROWLAND, 1992: xxiv, xxxix).

Em 1597, chegam os Holandeses e iniciam-se os conflitos entre estas duas potências europeias (ROELOFSZ, 1962: 173 - 174), que acabarão por culminar na divisão da ilha em dois territórios. Entre os dois reinos europeus origina-se uma série de conquistas e de reconquistas e de guerras tácticas pelo domínio das estratégicas praças-fortes do arquipélago malaio. Os Holandeses tomam a fortaleza que os Portugueses tinham erguido na ilha de Solor (GARCIA, 2001: 8), que posteriormente é reconquistada pelo frade dominicano Miguel Rangel (GARCIA, 2001: 4, 8). Como consequência aos acontecimentos desencadeados, em 1640, os Portugueses consolidam a sua presença em Timor com a construção da fortaleza de Concordia em Cupão (Kupang) no extremo ocidental da ilha (CARDOSO, 2011: 33; GARCIA, 2001: 7;

ROWLAND, 1992: xxiv, xxxix), que os Holandeses conquistam oito anos depois (CARDOSO, 2011: 33; GARCIA, 2001: 7; ROWLAND, 1992: xxv, xxxix; THOMAZ, 2001: 118). Foi este o momento que determinou o início do domínio holandês, que passa a controlar a metade ocidental da ilha (FIÚZA, s/d: 4). O mote era o comércio do sândalo. Na Metrópole a dinastia espanhola dos Filipes é expulsa (1640) e Portugal recupera a independência. Apesar de as relações com a Holanda serem pacíficas na Europa (a Espanha era inimiga da Holanda), no arquipélago malaio as hostilidades continuavam tal como antes (AMCAIC, 1937: 9). Contudo, o estado de guerra aparentemente total entre ambos os impérios era pontuado por momentos de colaboração e de entreajuda, sobretudo quando as vicissitudes, por se encontrarem longe das suas metrópoles, a isso os obrigavam.

Em 1641 dá-se mais um revés para a coroa portuguesa. Os Holandeses conquistam a importantíssima e simbólica Malaca (GARCIA, 2001: 4, 7). O arcebispado, que congregava 22 igrejas unicamente missionadas pela Ordem de S. Domingos (FIÚZA, s/d), vê-se forçado a transferir-se para Lifau, situado no enclave de Oecussi em Timor. Essa movimentação de religiosos teve certamente efeitos positivos para as missões estabelecidas em Timor, pela circunstância de ter contribuído para o aumento de portugueses entre o pequeno número de colonos, mas terá também certamente provocado o aumento de impactos culturais entre os Mauberes.

Os Portugueses, uma vez estabelecidos em Timor e pretendendo subjugar as tribos nativas que persistiam em resistir, em 1642, numa acção punitiva, rechaçam a aliança entre as tribos dos Ue-Huki e Ue-Hali e estabelecem a divisão baseada na diferença das línguas entre os dois povos. Os falantes de tétum da parte oriental da ilha tornam-se no Reino dos Belos; o ocidente fica conhecido como o Reino de Servião. Foi essa separação então originada pelos Portugueses que ainda hoje se repercute na actual divisão política e na distribuição geográfica da ilha de Timor (ROWLAND, 1992: xxii – xxiii) e que está na origem do estabelecimento da noção de fronteira entre os nativos.

As já tradicionais rivalidades e escaramuças luso-neerlandesas que vinham a assomar desde há muito tempo na zona da Insulíndia têm em 1645 um breve interregno, quando as coroas de ambas as potências firmam um Tratado de Paz, que voltará a ser renovado em 6 de Agosto de 1661 (AMCIC, 1937: 7; MORAES e CASTRO, A. A. G. de, e CARDOSO, A. P. *apud* VIANA, 2008: 15, THOMAZ, 2001: 118). Porém, não obstante os pactos de paz com os Holandeses, a situação de guerra no arquipélago malaio permanece.

A partir de 1667, dá-se uma nova mudança de estratégia em termos de política administrativa dos territórios malaaios da coroa portuguesa. A capital das possessões do Sudeste Asiático (das ilhas de Larantuca, Sica, Paga e das Flores), dantes estabelecida em Larantuca, foi transferida para Lifau (no enclave de Oecússi) em Timor (AMCIC, 1937: 9).

Os Portugueses continuaram a ser assolados por constantes percalços causados pela rivalidade comercial e militar com os Holandeses e pela contínua resistência dos indígenas que, constantemente desencadeariam várias revoltas (FRANÇA, 1897: 256 – 257; SOUSA, 2001: 184), algumas delas com o intuito de expulsarem permanentemente os Portugueses e de banirem o Cristianismo da ilha, como foi a revolta de Suai-Camenassa, que persistiu cerca de 50 anos até ser dominada. A presença dos Portugueses era incomodativa e tida como despótica pelos nativos, levou a que os régulos e os chefes de *suco* dessa região se unissem para se vingarem dos colonos lusos (VIANA, 2008: 5, 13). Sobre este acontecimento, Jaime do Inso refere:

Entretanto tudo foi decorrendo em paz, ao que parece, até ao ano de 1719, em que se deu a primeira revolta contra os portugueses após o célebre pacto de Camenace, no qual os conjurados beberam os sangues, uns dos outros, jurando extinguir os brancos que se acolheram a Lifau (...)

(INSO, 1939: 7).

De facto, as guerras e rebeliões eram uma constante para os Portugueses. Os Holandeses haviam conquistado as praças-fortes de Tidor e Amboíno, tendo posto fim à presença lusa nas Molucas (GARCIA, 2001: 6) e a tudo isto os Portugueses tinham ainda de juntar as revoltas dos indígenas (VIANA, 2008: 5) e dos topasses⁵. No ano de 1769, na sequência de um violento ataque por parte dos topasses, o governador Teles de Menezes viu-se obrigado retirar da fortaleza de Lifau (Oécussi) (FIGUEIREDO, 2004: 18; GARCIA, 2001: 7; PÉLISSIER, 2007:31). Aporta em Díli e acaba por fundar aí a nova capital do território e sede do governo na ilha (INSO, 1939: 73; GARCIA, 2001: 7; ROWLAND, 1992: xxxix; VIANA, 2008: 14; AMCAIC, 1937: 7).

⁵ Mestiços das ilhas vizinhas que foram introduzidos em Timor pelo Portugueses. ROWLAND, 1992: xxiv.

Posteriormente, já durante o século XX, em 1912, a revolta de Manufai, no sul do território, mais uma vez iria pôr em causa a permanência lusitana naquelas paragens (CARDOSO, 2007: 200). Esse foi o último grande conflito contra os indígenas, tendo-se conseguido desde então a quase pacificação do território (MATTOSO, 2001: 8). Nessa guerra, foi usada uma tática, até então inédita nas memórias da história militar, que consistia no uso de trincheiras para fechar o cerco ao inimigo. Só dois anos mais tarde, durante a deflagração do primeiro grande conflito mundial, é que se generalizou o uso de fossos em larga escala (INSO, 1939: 9).

O domínio no então Timor Português foi apenas interrompido pela invasão da coligação australiana e holandesa durante a IIGM. Portugal protesta veementemente perante a agressão ao seu território ultramarino, mas o Império não possuía capacidade militar nem logística para replicar o ataque. Pouco mais tarde, como resposta ao avanço dos dois países aliados naquela zona do Sudeste Asiático, o Império Nipónico, temendo um ataque às suas bases instaladas no Pacífico Sul, contra-ataca, expulsando os dois ocupantes da ilha, permanecendo no território de Timor Português de 1942 até 1945 (GOTO, s/d: 7 - 8). Findo o período da IIGM, Portugal voltou a assumir as suas funções de metrópole administrante do território.

Desde esse momento e até 1975, o facto mais importante ocorrido no Arquipélago da Insulíndia foi a proclamação da independência da Indonésia em relação à Holanda, em 1945. No Timor Português, apesar de algumas alterações em relação ao seu estatuto colonial, a situação não se alterou significativamente em relação ao período anterior à IIGM.

2.2.1. Processos de construção do colonialismo: estratégias de controlo colonial. Guerras de conquista e domínio

Para o entendimento do impacto colonial nas sociedades tradicionais timorenses, convém lembrar que os nativos se estruturavam em sociedades que comportavam classes sociais bastante diferenciadas. Era um sistema de feição medieval, em que os senhores da terra (*rai nain*) usufruíam de direitos e regalias (*rai ten*) negados à classe dos serventes e à classe dos escravos (MARCOS, 1995: 28 - 29; VIANA, 2008: 11). Era claramente uma sociedade que assentava numa economia de base escravagista (FRANÇA, 1897: 226; WALLACE, 2009: 12).

Foi apenas entre 1701 e 1702 que se concretizou formalmente a administração colonial portuguesa em Timor, sob o mandato do governador António Coelho

Guerreiro (ROWLAND, 1992: xxv, xxxix; VIANA, 2008: 15), que fixou durante três anos a sede do seu governo em Oecússi, onde viria a sofrer um longo cerco levado a cabo pelos Holandeses (SOUSA, s/d: 394; GARCIA, 2001: 7). Face ao escasso número de colonos portugueses no território, o governador iniciou uma astuciosa e inteligente estratégia de interferência cultural no seio das estruturas sociais dos indígenas. O colonialismo português começou a basear-se no estabelecimento de um sistema de alianças e vassalagens com as elites nativas (SOUSA, s/d: 397 – 398). A estratégia empregue passou pelo reconhecimento dos poderes tradicionais dos liurais, pelo estabelecimento de alianças táticas com determinadas tribos em detrimento de outras, resistentes ao domínio da Coroa Portuguesa, e pela interferência e alteração do *modus vivendi*, impregnando-o de valores culturais cristãos europeus (SOUSA, s/d: 397; SOUSA, 2001a: 188 – 190). O propósito era assegurar o domínio português controlando os nativos, o que basicamente consistiu em atribuir ficticiamente aos liurais, estatutos artificiais de dignidade social, equiparações a patentes militares (FRANÇA, 1897: 226; RIZZI, 2010: 55 – 56) e o “direito” de os régulos usarem o título de “dom”, o que fez com que, iludidos pela ardilosa deferência da administração colonial, comesçassem a tolerar um pouco melhor os Portugueses (VIANA, 2008: 20).

Este momento tem a sua importância pelo facto de ter assinalado circunstâncias que iriam marcar o início de importantes transformações culturais e sociais entre os nativos mauberes. Seria a partir dessa altura que as transformações culturais iniciadas pelos Europeus iriam influenciar os nativos como até ai nunca havia acontecido. Mas os processos de transformação terão sido demasiado precipitados, não dando espaço e tempo suficientes para os grupos nativos atingidos se adaptarem.

A elitização artificial de determinados grupos sociais tribais merece uma atenção mais detalhada pela importância estratégica que assumia para os “planos da colonização”. No plano social eram veiculados processos de aculturação e de desculturação que resultaram na transmutação dessas sociedades. Mas acima de tudo a colonização efectuava-se numa política de unificação do território realizada através de implacáveis guerras às tribos que teimavam em opor-se ao poder português – «a conquista foi feita através da cruz e da espada» (SOUSA, 2001a: 190).

Os Portugueses souberam efectivamente ter a sagacidade de governar sem que o “outro” desse por isso. Na verdade, conseguiram fazê-lo configurando nas linhagens tradicionais representativas do poder a sua influência, quer através do Catolicismo, quer, noutros casos, aceitando consensualmente as práticas sociais indígenas mesmo

que aos olhos portugueses parecessem odiáveis. Todavia, no caso das conversões ao Catolicismo, os novos persuadidos eram obrigados a aceitar o sistema jurisdicional português (SOUSA, 2001a: 190 – 191). O objectivo da implementação destes estratagemas de configuração social e de influências culturais portuguesas era o de simplesmente facilitar o domínio luso. A necessidade desenvolveu o engenho e foi dessa maneira, através das alterações às estruturas sociais dos indígenas, que a administração portuguesa, perante a carência de compatriotas ou de outras gentes de raça europeia, soube tão bem aproveitar as oportunidades que iam surgindo. As guerras constantes entre os nativos forneceram um bom filão de possibilidades ao nível de interferências e de controlo que os Portugueses habilmente usaram em seu favor. Efectivamente, “(...) as lutas entre timorenses foram atizadas ou aproveitadas pelos Portugueses como uma estratégia de dominação (...)” (MATTOSO, 2001: 9), algo que foi em parte conseguido através da introdução de um grupo de mestiços no seio da hierarquia tradicional e ao incrementar-se o seu peso social na maioria indígena. Não era contudo um processo controlado ou planeado de miscigenação.

Nas guerras contra os indígenas revoltosos, fizeram-se alianças tácticas com alguns *chefados* locais de modo a combater-se mais eficazmente os resistentes ao domínio português. Deste modo, só no princípio do séc. XX é que Portugal conseguiu, através de uma política inflexível de guerra de conquista, pôr um fim completo à resistência das tribos das montanhas (SOUSA, 2001a: 183 – 194). Foi depois das revoltas de Manufai ocorridas nos finais do primeiro quartel do séc. XX, que os Portugueses puderam finalmente dominar todo o território timorense (SOUSA, 2001a: 184; VIANA, 2008: 5, 14) e que finalmente se iniciou a colonização de outras zonas para além de Díli. Contudo, apesar de o território já se encontrar plenamente pacificado, não quer isso dizer que a colonização das zonas mais montanhosas tenha tido plena concretização. A colonização nas zonas isoladas e acidentadas foi meramente residual. Resumia-se a alguns contingentes militares de comunicações (SOUSA, 2001a: 184). De facto, a colonização no Timor Português não obedecia a um planeamento no sentido estrito e devidamente estruturado por Lisboa. Os interesses maiores eram a manutenção da colónia e os interesses económicos.

Os métodos usados pelos poucos colonos portugueses que impunham a “unidade”, a coesão e a organização da colónia consubstanciavam-se com medidas *sui generis*, que no fundo se enquadravam dentro de aspectos estratégicos e legítimos, tanto culturais como psicológicos dos Portugueses. As medidas *sui generis* passavam pelo

controle laboral e pela dissuasão coerciva, largamente usados, que na prática se traduziam por espancamentos e torturas quando as metas laborais e a taxaço do imposto não eram cumpridas pelos indígenas (DURAND, 2006: 211 – 213).

A colonização apesar de sobressair pela semi-desorganização e pelo alienamento social, contava, contudo, com uma administração implacável, porque, pela insistência dos métodos de controle social que aplicava, conseguiu quebrar em definitivo a resistência dos Timorenses.

Essencialmente é possível identificar três causas para a colonização portuguesa do Timor português: (i) a necessidade – Timor era uma possessão portuguesa, logo existia a necessidade da presença constante de gentes da Metrópole mesmo que em reduzido número; (ii) a obrigatoriedade – esta condição era uma consequência da necessidade de Portugal manter a sua posição no território; quem era designado para ir para Timor via-o como uma obrigação e um castigo e essa sorte cabia normalmente aos funcionários estatais e aos deportados; (iii) o oportunismo – eram poucos os que se aventuravam para tão longe; se havia que optar por ir para fora em direcção às colónias, dava-se antes de mais prioridade às províncias africanas, que eram bastante mais perto da Metrópole e possuíam, no caso de Angola e Moçambique, vários núcleos urbanos europeus. Relativamente próximo, existia a África do Sul, outro grande centro de colonização branca. No entanto, a oportunidade de ir para Timor-Leste era um factor que, apesar de menos importante comparativamente com as outras causas, não era de desprezar, sobretudo quando ligado à questão económica empresarial internacional, o que poderia funcionar como um incentivo para a deslocação de pessoas e bens em direcção ao território.

A miscigenação que ocorreu também em Timor foi uma consequência da colonização europeia quase exclusivamente masculina. Não era hábito os Portugueses, nomeadamente no início da expansão ultramarina, transportarem mulheres nas caravelas. As viagens prolongavam-se por muito tempo; por exemplo, uma viagem para a Índia chegava a demorar seis meses. E, se somarmos o tempo de permanência e ainda o tempo de regresso, para aqueles que tinham a sorte de conseguir regressar, haveriam de passar muitos anos até ao retorno à Pátria. Pensa-se que na realidade cerca de 80% dos portugueses que partiam para o Oriente não regressavam (FERRONHA, 1992: 96). A juntar a tudo isto, existiam também os hábitos culturais dos marinheiros que não aceitavam de bom grado mulheres a bordo, pelo menos nos primeiros tempos e em viagens de longa distância. A mulher europeia tinha o seu

papel social perfeitamente definido, o qual se resumia à esfera da casa e da família. Claro que sem a presença de mulheres de raça europeia por perto, o resultado não podia ser outro que não o de miscigenação (FERGUSON, 2011: 156).

Os degredados desempenhavam de maneira idêntica o mesmo papel que os marinheiros e comerciantes. Desterrados para o que era considerada como uma ilha-prisão, privados da presença das suas famílias ou de mulheres europeias, alguns proscritos acabaram por se cruzar com mulheres autóctones. Em nossa opinião foram essencialmente estes dois aspectos que estiveram na origem do cruzamento de raças entre homens europeus e mulheres nativas do Sudeste Asiático e não, como às vezes é hábito pensar-se, que os Portugueses teriam tendência para criarem mais empatias com os povos subjugados do que os outros Europeus. De modo algum. Era apenas uma resposta a uma necessidade básica e elementar humana face à constante falta de mulheres europeias. Essencialmente a ideia que suporta a tese da predisposição que alegadamente os Portugueses possuíam para cruzar-se com raças diferentes assenta na concepção bastante difundida durante o Estado Novo de que estariam imbuídos de um espírito humanista e universalista que os compelia a misturarem-se com mulheres de diferentes origens raciais. Mas pensamos que a explicação é na verdade um pouco mais terra-a-terra. Entre os discursos fabricados e adoptados pelo Estado Novo, contava-se o do luso-tropicalismo.

2.2.2. A teoria «luso-tropicalista»

Os estudos antropológicos sobre a população timorense começam a desenvolver-se a partir de 1953 com António de Almeida, médico de formação, que foi uma das figuras mais conhecidas e poderosas no que diz respeito aos estudos antropológicos das colónias portuguesas. Foi nesse ano que António de Almeida iniciou as suas investigações científicas no Timor Português. Descobre vestígios pré-históricos, analisa as divisões linguísticas dos nativos, esteve envolvido na produção de filmes, publicou dezenas de artigos e tornou-se membro da Assembleia Nacional, representando Timor.

António de Almeida baseou os seus estudos antropológicos sobre Timor na obra do renomado autor brasileiro Gilberto Freyre que tinha por título *O mundo que o português criou* (1940). Freyre advogava que os Portugueses eram um povo «miscigenador», que pautavam a sua presença física nos territórios descobertos e conquistados pela «apaziguadora» mistura biológica com as populações nativas. No pensamento de Gilberto Freyre, os Portugueses eram os responsáveis pela mistura que

grassava no Brasil, o que levaria ao entendimento, na sua ideia, de que os povos por eles subjugados, entre os quais haviam estado outrora os Brasileiros, estariam unidos cultural e sentimentalmente. Para Freyre, a colonização portuguesa assumiu contornos distintos de todos os outros modelos de colonização no aspecto em que os Portugueses dominariam as populações indígenas pela “técnica da miscigenação racial”, interagindo com as mulheres de outras raças, o que para Freyre constituiria uma mais-valia social e cultural. Gilberto Freyre designou estas ideias pelo termo «lusotropicalismo».

Apesar de a mistura de raças não ter sido apoiada pelo Estado Novo, a teoria de Gilberto Freyre serviu como instrumento de propaganda do regime para justificar o domínio português sobre as populações não europeias do seu império colonial. Depois da IIGM, com a emergência das independências das colónias africanas face às suas metrópoles coloniais da França e da Inglaterra, Portugal continuou a insistir em seguir a sua política de domínio colonial. Ainda nos anos 60 e 70 da centúria passada, Portugal precisaria de justificar a guerra nas colónias em África perante a pressão internacional. Ora, entre as várias armas propagandísticas do regime, a do lusotropicalismo vinha a acontecer bem e na altura certa. Na verdade o mito da miscigenação serviria mais os fins políticos do que propriamente sociais ou culturais, ou até mesmo os históricos.

Paradoxalmente, apesar de estas ideias terem sido usadas como recurso de propaganda do Estado Novo para justificar as políticas coloniais, nomeadamente perante a pressão das Nações Unidas, ainda hoje, no seio do regime pós-25 de Abril, elas continuam a fazer eco. Este facto poderá ter origem num dos grandes apoiantes da ideia de Freyre, o historiógrafo António Sérgio, um homem que se destacou pela oposição ao regime de Salazar ao veicular ideais democráticos que eram tão contrários ao Estado Novo. Por ter sido um democrata a apoiar a ideia de Freyre quando surgiu, talvez ainda hoje esta seja aceite, não obstante ter sido conveniente e estrategicamente aproveitada pelo Estado Novo. O certo é que esta ideia parece ter reunido consensos. Apesar de a teoria do luso-tropicalismo, pelo seu exotismo, ter tido alguma notoriedade entre um público com gosto por romances literários, não causou qualquer impacto nos meios académicos e científicos da época (SOUSA, 2001a: 186). Porém a ideia de Gilberto Freyre serviria justamente como tese para a colonização de Timor. Era de toda a conveniência dar a entender que a colonização se efectuava de um modo apaziguador, moderado, baseado no igualitarismo e nos ideais do universalismo

cristão. Efectivamente, António de Almeida dará um grande apoio à ideia, baseado na assunção do etnocentrismo do homem português e da sua benemérita acção civilizadora (SOUSA, 2001a: 187). Incrementou políticas de educação em que inclusivamente se permitia aos indígenas terem acesso ao ensino secundário, oferecendo a oportunidade a alguns de poderem vir a estudar em universidades da Metrópole (SOUSA, 2001a: 187).

2.2.3. Quem eram os colonos e o que motivou a presença portuguesa em Timor?

Do séc. XVI a 1975, portanto, durante o período português, os colonos eram essencialmente constituídos por dois grupos: religiosos, funcionários públicos da administração colonial, militares, alguns homens de negócios e deportados, por um lado, e por outro, um variado tipo de populações oriundas da China, da Índia, de África e das ilhas vizinhas daquela zona do Sudeste Asiático (SOUSA, 2001a: 183 – 194). Desse modo, a colonização no Timor Português decompunha-se em dois segmentos principais quanto à sua proveniência: um europeu e outro não europeu, este último, aglutinando elementos africanos e asiáticos. O primeiro, era claramente o socialmente mais importante e oriundo da Metrópole, apesar de os Europeus terem constituído sempre uma minoria em termos populacionais. Podemos então sintetizar as estruturas sociais no Timor Português durante a fase colonial como sendo: (i) a tropa – escassos e flutuantes contingentes de militares da marinha e do exército; (ii) a Igreja – com especial incidência para a Ordem dos Dominicanos e mais tarde da Companhia de Jesus; (iii) a administração colonial – a função pública por excelência, essencialmente constituída por um pequeno número de administrativos; (iv) o governo colonial – também função pública, mas em número ainda mais restrito que os administradores coloniais; (v) os deportados – constituídos por políticos oposicionistas, por criminosos de delito comum e homicidas. Em vários momentos da história colonial de Timor, era este último grupo que constituía a maioria da colonização branca no território.

Contrariamente ao que se passava em África, cabia aos elementos do Exército, da Marinha de Guerra e à Igreja desempenharem o papel de colonizadores. Eles eram sem dúvida o elo mais importante da administração colonial portuguesa no território. No quadro geral, os colonos eram constituídos por vários conjuntos relativamente heterogéneos, tanto no que se refere à proveniência étnico-racial, como ao tipo de funções que desempenhavam. Do conjunto metropolitano, os deportados, formavam uma classe distinta entre os colonos. Representavam uma parte muito importante da

população europeia naquele território, mas não resolviam nem os problemas da administração nem eram em número suficiente para colmatarem a falta gritante de elementos metropolitanos. Os condenados ao degredo ajudavam, se bem que forçadamente, a colonizar uma terra para a qual geralmente pouca gente queria ir.

“A colónia era mais para exilar excitados e revoltosos, metropolitanos e africanos, do que para desenvolver (...)” (SOUSA, 2001b: 138). Timor, servia também para receber os criminosos políticos proscritos das colónias africanas e particularmente de Macau (DURAND, 2006: 211). Em contrapartida aqueles que eram condenados pela prática de crimes no território do Timor Português eram enviados para o degredo em Macau, de onde geralmente também já não regressariam (DURAND, 2006: 211).

Durante séculos, os deportados foram sobretudo os criminosos que o Reino e o Estado Novo enviavam para longe e de onde a maioria jamais regressaria. Apenas como um exemplo entre outros, em 1931, foram “exportados” para a colónia nos antípodas 358 prisioneiros que embarcaram com destino ao degredo na sequência da revolução frustrada de 26 de Agosto desse mesmo ano que tinha como objectivo o derrube de Salazar. As deportações eram cíclicas, mas não constantes. Dependiam da vontade política dos governantes metropolitanos, quer durante o tempo da monarquia, quer durante o Estado Novo (MELO, s/d).

Quanto às medidas de coação impostas pela lei, os degredados ficavam confinados à circulação dentro de determinado limite, numa área que lhes era atribuída. Outros tinham de se apresentar em dias pré-determinados à autoridade portuguesa. Com o tempo, essas medidas coercivas iam afrouxando, permitindo aos condenados usufruírem de uma maior liberdade, acabando, de modo geral, em concubinato com as mulheres indígenas. O concubinato tinha origem na falta de mulheres brancas no território (ocasionalmente existiam algumas mulheres da família do governador ou de outros membros da administração); além do mais, o estigma social de condenado não ajudaria a uma possível integração num casamento com uma mulher metropolitana. Este é um facto importante, se pensarmos que os degredados incrementaram a classe dos mestiços e se pensarmos que os destinos actuais de Timor-Leste estão directamente ligados a esse facto. Apesar de não ser foco de grandes atenções e de ainda não ter sido alvo de investigações científicas de fundo, a emergência de uma classe mestiça tornou-se preponderante na formação da “personalidade” político-ideológica contemporânea de Timor-Leste. Formalmente, Timor-Leste é um reflexo do ‘aculturamento’ que se foi consolidando ao longo do seu

passado de cruzamento de culturas patente em muitos aspectos visíveis na sua sociedade moderna. As transmutações que resultaram em processos de transculturação propagaram-se por todo o território e expandiram-se atingindo todas as comunidades etnolinguísticas. Ainda assim, essa faixa de mestiços não é representativa da imensa maioria da população. Curiosamente, alguns dos seus descendentes fazem hoje parte da elite que governa o país.

O segundo segmento populacional de Timor tinha uma origem étnico-racial muito diversa e era constituído por sipaios, topasses e chineses. Descrever a história destas populações é também escrever sobre parte da história que os Europeus imputaram a Timor, já que esses “imigrantes” foram veiculados por motivo das políticas e decisões que obedeciam a interesses comerciais e de domínio. Particularmente os topasses foram protagonistas de inúmeros episódios e narrativas que envolveram decisões políticas, alterações à ordem da administração colonial e a guerras. Etimologicamente, o termo *sipaio* (*sipai* ou *cipaio*) provém do híndi *shipahi*, «soldado», ou do persa *siphae* «pertencente à cavalaria» (cf. s/a. 1941). Tanto para os Ingleses como para os Portugueses, os sipaios eram os nativos das suas colónias, que formavam o corpo de tropas auxiliares ao serviço do exército e por vezes também da polícia. Os sipaios começaram por ser os soldados indianos que serviam no exército da Companhia Britânica das Índias Orientais. Os corpos dos sipaios portugueses eram também recrutados entre os nativos da Índia. Mais tarde, os Portugueses, alargam o recrutamento aos indígenas africanos, especificamente aos de Angola (SOUSA, 2001a: 188).

Por seu turno, o termo *topasse* ou *topázio* parece derivar da palavra hindi *topi* («chapéu») e estaria ligada ao facto de as pessoas dessas comunidades usarem um chapéu como sinal de distinção em relação a outras comunidades. Outra versão conta-nos que a origem o vocábulo não será hindi, mas sim dravídica, língua na qual supostamente significaria «intérprete», *tupassi* (ROWLAND, 1992: xxiv). Os topasses eram um grupo de mestiços que se originou pelo cruzamento entre homens portugueses e mulheres nativas do Sudeste Asiático. Foram introduzidos em Timor com o objectivo de servirem como auxiliares num corpo de mosqueteiros, cujo propósito seria o de protegerem os interesses e de estenderem a influência portuguesa entre os chefados timorenses que se opunham à presença lusa, sobretudo nas zonas montanhosas do interior da ilha. Eram eles que actuavam como mediadores nas negociações do comércio entre os Portugueses, os Holandeses e os régulos indígenas,

dado que por razões culturais e raciais, pelo facto de possuírem ascendência nativa, lhes era mais fácil integrarem-se entre os autóctones timorenses do que aos Portugueses (DURAND, 2006: 103 – 104). Devido à sua natureza cultural entre dois pólos, o europeu e o sul asiático, representavam para os Portugueses uma interlocução privilegiada de negociação.

A introdução dos topasses em Timor foi um estratagema que a longo prazo veio a ter efeitos nefastos para a governação lusa. Passado pouco tempo, os topasses insurgir-se abertamente contra os seus senhores portugueses, que motivados pelo controlo do comércio do sândalo, desencadearam campanhas militares de controlo dos nativos. Rapidamente cresceram em número e influência nos territórios sob o domínio dos Portugueses. Em 1600 já seriam à volta de 12 000 indivíduos. Em 1705 os topasses insubordinaram-se e tomaram as rédeas do poder ao terem lançado um violento ataque à fortaleza de Lifau. Daí em diante, assumiram-se como os únicos a governarem aquela região e tornaram-se no novo poder social entre as várias tribos e aldeias nativas, em particular na zona ocidental de Timor. Os topasses principiaram igualmente uma guerra com os Holandeses com o objectivo de os expulsarem, mas foram derrotados e os Neerlandeses aproveitaram a oportunidade para aumentar o seu poder e influência no ocidente da ilha. Presentemente, os topasses extinguíram-se como entidade étnica e cultural. Perderam a sua importância e desapareceram como grupo, diluindo-se entre a massa nativa.

Os percursos migratórios que explicam também a presença de colonos chineses em Timor-Leste, têm origem no sul da China, nas regiões de Fu-kien e de Kuang-Tung e no passado estiveram relacionados com o comércio do sândalo (DURAND, 2006). O peso populacional dessa comunidade faz-se sentir um pouco por toda a superfície do Sudeste Asiático, onde antes da IIGM existiam 9 000 000 de Chineses contra 300 000 Europeus (THOMAZ, 2008: 81). Mais recentemente, o número de habitantes chineses no Sudeste Asiático rondará os 12 000 000. Eles constituem largos segmentos das populações de muitos países do sul da Ásia. Na Malásia constituem 40% da população e geram 60% do PNB (Produto Nacional Bruto). Na Tailândia e no Camboja representam 5% da população e no caso da Tailândia, apesar de serem em número relativamente reduzido, monopolizam 90% do comércio de retalho. A sua importância para a economia dos países onde se inserem é de facto enorme (THOMAZ, 2008: 74 – 75). Daí questionar-se quem é que realmente terá colonizado o Sudeste Asiático (THOMAZ, 2008: 81).

O Quadro 1, abaixo, visa representar esquematicamente a composição dos colonos de Timor durante este período histórico.

Europeus Essencialmente portugueses constituíam a minoria dos colonos	Não Europeus Eram maioritários entre os colonos
Tropa	Topasses (mestiços das ilhas do Sudeste Asiático)
Igreja	Sipaios (indianos + africanos)
Administração e governo colonial	Chineses (provenientes do sul da China)
Deportados	

Quadro 1. Quem eram os colonos?

Globalmente, podemos concluir que o processo de colonização acelerou as mobilidades sociais entre os indígenas. Pelo que ficou anteriormente mencionado, não existia qualquer modelo de colonização. Esse hipotético “modelo” obedeceria mais ou menos a este género de padrão: seguiam alguns cidadãos da Metrópole que constituíam os órgãos decisores e administrativos e que nalgumas épocas, dependendo da necessidade da administração portuguesa, geralmente por motivo de guerras ou revoltas, eram acompanhados por nativos das colónias africanas ou de outras possessões da Ásia. A introdução de populações exógenas tinha também como objectivo serem usadas como mão-de-obra, essencial para os trabalhos nas grandes plantações do café, da copra e da borracha (THOMAZ, 2008: 167 – 171). Sobre esse período da colonização, há pouca informação acerca dos sistemas sociais então existentes, tanto das populações exógenas, como das sociedades e culturas timorenses. Neste campo, Timor foi e ainda é pouco estudado, estando de momento a perder-se a oportunidade de se recolher informação que nalgumas zonas mais isoladas ainda persiste mais ou menos intacta e quase não influenciada pelos Europeus. Actualmente as influências exógenas que se fazem sentir sobre as populações leste-timorenses devem-se à presença dos milhares de funcionários das mais diversas origens sócio-étnico-culturais do planeta que a ONU, as ONG e outras organizações internacionais dispõem no território. No âmbito da galopante globalização que se está a efectuar sobre as populações da ilha, é provável que num breve espaço de tempo todo esse manancial informativo e de matéria-prima de investigação sociológica e cultural se venham a perder em definitivo.

2.3. O terceiro período: o período Indonésio

O terceiro período, de 1975 até 1999, é o período indonésio, que durou 24 anos. Deu-se como corolário directo dos acontecimentos revolucionários ocorridos na Metrópole, que levaram à queda do Estado Novo e à consequente proclamação da independência do Timor Português.

Em Agosto de 1975, a UDT tomou o poder. Opondo-se-lhe, a FRETILIN iniciou uma guerra civil que causou mais de 3 000 mortos. Apesar do cessar-fogo estabelecido entre a UDT e a FRETILIN, a guerra civil endureceu e o governador português, Lemos Pires, abandonou Díli (ROWLAND, 1992: xl). O pequeno grupo de militares e administradores que constituíam os colonos, que optaram por ficar, desocuparam o território de Timor e refugiaram-se na ilha de Ataúro, situada ao largo da baía de Díli (FIUZA, s/d: 5).

A FRETILIN entretanto assume o controlo do conflito armado civil e declara unilateralmente a independência, proclamando a República Democrática de Timor-Leste em 28 de Novembro de 1975. No mesmo dia a UDT e a APODETI (Associação Popular Democrática de Timor) proclamam a associação com a Indonésia (ROWLAND, 1992: xl; FIUZA, s/d: 6).

Devido ao revés sofrido, as forças da UDT refugiam-se em Timor Ocidental, pedindo a colaboração da Indonésia a fim de intervir militarmente face à tomada de assalto ao poder por parte dos pró-esquerdistas da FRETILIN. Como resposta aos sangrentos conflitos que eclodiram entre as facções beligerantes, a Indonésia, politicamente apoiada pelos Norte-americanos e perante a cúmplice passividade da Austrália (HULL, 2001: 80 – 92), em Dezembro de 1975, inicia a integração do lado oriental da ilha, que iria perdurar durante quase três décadas (MATTOSO, 2001: 9). São lançados ataques por terra, pelo mar e pelo ar (FIUZA, s/d: 6; ROWLAND, 1992: xl). É a anexação do Timor Português à Indonésia, que se torna na sua 27^a província (FERNANDES, 2007: 92). Timor entra assim, abruptamente, na sua nova fase histórica, que haveria de deixar marcas culturais e sociais muitas vezes mais profundas do que aquelas que os Portugueses conseguiram durante quase cinco séculos de permanência na ilha – subitamente inicia-se a ruptura com o passado português.

Durante a ocupação indonésia deram-se vários processos sociais de transmutação, nomeadamente, na população rural, no controlo dos habitantes ao deslocarem-nas para áreas urbanas, e na implementação da língua bahasa.

Praticamente quase toda a população da ilha foi obrigada, nuns casos, e noutros apenas instada, a mover-se das suas aldeias nas montanhas para zonas de cotas geográficas mais baixas e para junto da orla marítima. Estas deslocações em massa originaram importantes transformações em muitos dos hábitos sociais dos povos timorenses. O afastamento das aldeias, forçado ou não, implicou outra consequência, a do abandono do modo de vida tradicional, que tinha subsistido durante milhares de anos. Abandonaram-se estruturas tradicionais, alteraram-se padrões linguísticos e sobretudo a cultura e religião animista sofreram, paradoxalmente, forte influência do Catolicismo.

Os sinais de mudança que se traduziram nas emergências de rupturas culturais e sociais que assomaram nesse período encontram-se reconhecidos por importantes acontecimentos, e que foram:

- (i) o abandono precipitado da administração colonial portuguesa;
- (ii) a instalação de uma nova administração colonial (indonésia) que de um modo abrupto se instalou entre os leste-timorenses;
- (iii) a interdição da língua portuguesa que repentinamente, é substituída pela língua bahasa indonésia;
- (iv) alguma lixiviação cultural em relação ao passado histórico português, mas não total;
- (v) a introdução de colonos javaneses e balineses que povoam e promovem alterações socio-culturais;
- (vi) o facto de as autoridades indonésias estabelecerem medidas de controlo populacional através da deslocação compulsiva de pessoas.

A saída de cena da administração colonial portuguesa ofereceu um espaço oportuno para a anexação do território e a consequente colonização Indonésia. Uma vez instalada, a nova administração colonial consolida a ocupação, alicerçada na autoridade militar, na imposição da nova língua oficial (bahasa Indonésio), e na assistência económica que dava ao seu novo território (CARDOSO, 2011: 29). O uso da língua portuguesa tornou-se proibido pelo facto de estar relacionado com o anterior poder ocupante, mas também pelo facto de os Timorenses a usarem como forma de resistência passiva. Além do mais, o português era também usado pela guerrilha (HULL, 2001: 80 – 92). A administração Indonésia preocupou-se em implementar medidas a fim de instituir eficazmente a língua bahasa, ao desenvolver amplos

projectos de escolarização, promovendo a cultura javanesa de um modo muito mais vasto do que os Portugueses tinham conseguido com a sua própria cultura.

Durante a ocupação indonésia era hábito, por razões político-administrativas e de controlo territorial, deslocarem-se as populações das montanhas para as zonas costeiras, de modo a domina-las mais facilmente. Os diferentes grupos etnolinguísticos eram intencionalmente postos a viver num mesmo espaço territorial com o objectivo de se esbaterem as diferenças entre eles e de se estabelecerem confusões culturais (e linguísticas). As autoridades indonésias acreditavam que, ao desenvolverem esse tipo de estratégias, desestabilizariam as estruturas sociais. Oportunamente, essas desconjunções sociais seriam então reestruturadas segundo padrões estabelecidos, que garantiriam a unidade dos leste-timorenses à restante Indonésia. Para tal, a administração colonial indonésia incentivava diligentemente e organizava as camadas mais jovens da população em agremiações e clubes onde se utilizava exclusivamente a língua bahasa, onde se desenvolviam actividades lúdicas, onde eram enaltecidas as virtudes da Indonésia Unida e onde se facilitava a mobilidade dos jovens para se graduarem com cursos superiores em Jakarta ou Kupang. Contudo, a resistência das populações em misturarem-se foi grande, preferindo manterem-se apartadas umas das outras. Presentemente, no distrito de Covalima-Suai, uma região maioritariamente habitada pelo grupo etnolinguístico falante do tétum ainda é possível observar-se que uma parte substancial dos falantes de *bunak* não compreende o tétum, isto apesar de no passado recente ter-se tentado coercivamente o esbatimento das diferenças culturais, étnicas e linguísticas entre os distintos grupos.

Os Indonésios pautavam-se pela presença omnipresente em tudo o que eram povoados indígenas, que tomavam proporções de feudos do exército. Essa característica feudal moderna era realizada através do despotismo ubíquo com que o exército e a polícia exerciam as suas funções administrantes. Todo o tipo de acções arbitrárias era permitido sem praticamente qualquer tipo de sanção ou consequência, o que gerava um fosso enorme entre a população e os ocupantes. Era assim que os ressentimentos causados sustentavam facilmente o apoio à resistência armada (HULL, 2001: 80 – 92).

Nesta época, deu-se de facto uma cisão em relação ao período português. A ruptura quase total com o passado colonial, histórico e social foi quase instantânea. Das instituições legadas pelos colonos portugueses apenas restou a Igreja Católica. No entanto, e apesar das limitações impostas, os Indonésios nunca apagaram por completo

a presença simbólica portuguesa, representada nos monumentos que se encontravam espalhados pelo território e nas estruturas históricas arquitectónicas que atualmente ainda perduram. A língua portuguesa, apesar de proibida, e apenas falada por uma minoria da população, assumiu-se como uma importante arma para a resistência ao ocupante indonésio.

2.4. O quarto período: o período internacional

Este é o intervalo de tempo mais internacional de sempre da história de Timor, que se prolonga até ao presente. A influência cultural causada por deslocções populacionais exteriores a Timor, ocorridos nestes últimos 13 anos, e representadas pelos contingentes estrangeiros estacionados na ilha, suplantaram os 500 anos de interferências que ficaram para trás sob domínio português e os 24 anos de domínio indonésio. As novas populações são particularmente constituídas pelos milhares de membros a trabalhar nas organizações internacionais – ONU, ONG e forças militares australianas e neozelandesas (STLCR, 2002). Esta tem também sido a época em que se tem assistido ao regresso dos refugiados da guerra civil pós-1999, que, depois da desanexação, foram viver para Timor-Ocidental e ao regresso daqueles que estiveram na diáspora. A juntar a este facto, continuam as migrações e deslocções internas de pessoas, sobretudo em direcção à capital, em Díli.

O decorrer deste quarto período indica que existe uma natureza de características distintivas e determinantes dos agentes que concorrem para a fractura brusca com o passado indonésio. A emergência de novos comportamentos culturais e sociais surge em consonância com os parâmetros da modernidade. Também o novo panorama populacional resulta de situações de transformação e de evolução que estão a decorrer no *corpus* da estrutura social, tais como:

- (i) em 1999, a desanexação de Timor-Leste da Indonésia, expresso pelo referendo realizado sob tutela da ONU; marca o início da ruptura com o período de domínio indonésio;
- (ii) intervenção mandatária da ONU e subsequente instalação de bases militares estrangeiras no território;
- (iii) declaração da independência a 20 de Maio de 2002 (restauração da independência);

- (iv) a ONU assume a responsabilidade pela segurança e pela orientação para o Estado de direito; as leis e a Constituição foram baseadas no Direito e Constituição portuguesas;
- (v) comunidades estrangeiras influenciam e promovem alterações socioculturais;
- (vi) adopção do tétum e do português como línguas oficiais, e do inglês e do bahasa como línguas de trabalho;
- (vii) adopção do português como língua de ensino;
- (viii) os meios de comunicação sociais reflectem sobretudo a opinião de uma minoria com formação educacional obtida fora de Timor e reproduzem as pretensões da elite mestiça;
- (ix) planos de transição e impactos nas sociedades locais: de sociedades tradicionais e multi-étnicas para uma sociedade única e modernizada (monolitismo étnico e social segundo os padrões internacionais ou ocidentais veiculados pela ONU e suas congéneres);
- (x) contacto com populações estrangeiras com recursos significativos e estabelecimento de novos padrões de consumo.

2.5. Consequências linguísticas da história de Timor: o multilinguismo timorense

Timor-Leste é, como a maioria dos países do mundo, um país multilingue, facto que não pode surpreender se se tiver em conta a sua história, da qual se apresentou uma breve síntese. Efectivamente, o plurilinguismo em Timor-Leste é um facto com origem no seu longínquo passado e que se mantém até ao presente.

As línguas autóctones de Timor-Leste provêm de duas famílias linguísticas distintas, a melanésia, originária da Papuásia, e a austronésia, originária do sul da China, que, em vagas sucessivas, terá penetrado na ilha aquando dos processos de neolitização. O seu número não é assunto consensual e varia de autor para autor. A título de exemplo e como já foi anteriormente referido, Costa (2001: 59) avança que o número de línguas actualmente faladas em Timor-Leste é de 15; para Hull (2004 *apud* BATORÉO 2009: 52), existem 16 línguas autóctones, que esse autor classifica como sendo 12 de origem austronésia e quatro de origem melanésia; de modo semelhante Gunn (2001: 17) sugere que existem também 16 línguas, 13 das quais faladas em Timor-Leste e as outras no território de Timor-Ocidental. Craven e Langeraar (2006: 64 – 65) afirmam a existência de 17 línguas; para Carvalho (2001: 65) são 18 as línguas nacionais

timorenses e para Thomaz (1998 e 2002 *apud* BATORÉO 2009: 52) existem no território 30 línguas. Ainda de acordo com *The Ethnologue*⁶, o número de línguas listadas para Timor é de 20, sendo 19 línguas vivas e uma com nenhum falante vivo conhecido.

No Mapa 2, pode observar-se a distribuição de línguas pelo território.



Mapa 3 – Mapa de Timor-Leste que inclui as regiões administrativas e as zonas por onde se distribuem as línguas (THOMAZ 2002: 171), *in* BATORÉO 2009: 52.

Estabelecer o número de línguas faladas num qualquer país ou território não é tarefa fácil, pois os critérios para tal são de índole variada e nem sempre são apenas critérios linguísticos os que prevalecem nessa operação. Entre os critérios linguísticos, o mais importante a ter em conta é o da mútua inteligibilidade: quando dois falantes usam sistemas linguísticos mutuamente ininteligíveis, entende-se que falam línguas distintas, enquanto se assumirá que falam a mesma língua se a inteligibilidade for preservada. Mas, a par de critérios linguísticos, e muitas vezes sobrepondo-se a eles, são factores políticos, históricos, culturais, económicos, entre outros, aqueles que prevalecem na hora de determinar oficialmente o número de línguas falados num determinado país ou região (cf. CALVET 2002).

Mas se o multilinguismo prevalece no terreno, ele é também consagrado, ainda que em menor escala na letra da lei timorense. Assim, segundo a Constituição da República Democrática de Timor-Leste, de 2002, no ponto 1. do seu Artigo 13.º,

⁶ <http://www.ethnologue.com/> [consulta efectuada em Novembro de 2012].

referente às línguas oficiais e às línguas nacionais, determina-se que “O tétum e o português são as línguas oficiais da República Democrática de Timor-Leste”. Ainda no ponto 2 do mesmo artigo consagra-se ainda que “O tétum e as outras línguas nacionais são valorizadas e desenvolvidas pelo Estado”.

Uma língua oficial é uma língua utilizada no quadro das diversas actividades oficiais de um estado, legislativas, executivas e judiciais, assim como é a língua usada no ensino. Tendo em conta que o português terá tido fraca implantação no Timor Português, dado o tipo de colonização exercido e acima referido, e tendo em conta que o tétum é uma das muitas línguas autóctones do país, poderá questionar-se, num primeiro momento, a escolha destas duas línguas oficiais e, num segundo momento qual o uso efectivo destas línguas no país. Para encontrar as razões para tal, é preciso olhar para o passado recente timorense.

No período de ocupação indonésia, a situação política e social alterou-se, nomeadamente o (re)posicionamento das línguas. O português foi proibido e o bahasa foi instituído como a língua oficial da nova 27^a Província Indonésia (HULL, 2001: 81). Em poucos anos, o bahasa tornou-se extensivo a praticamente todos os estratos da população da antiga colónia portuguesa (GUNN, 1997: 2), desempenhando um importante papel de agregação da identidade timorense na cultura hegemónica indonésia (GUNN, 2001: 22). A sua rápida e eficaz expansão (ALBUQUERQUE, 2010: 272) alicerçou-se no programa de ensino promovido pela administração do governo local, nos anos 80 do século XX, programa encabeçado por Mário Carrascalão (HULL, 2001: 83), o governador nomeado pela Indonésia para Timor-Leste entre 1983 e 1992. O programa educativo incluiu o estabelecimento de escolas que iam desde a instrução primária até à edificação da *Universitas Timor Timur* (UNTIM), o ensino superior (HULL, 2001: 83). Além do mais, as mobilidades eram facilitadas e estimuladas de modo a agregarem-se as camadas estudantis ao sistema indonésio. No âmbito desses processos de aculturação e de assimilação, muitos timorenses beneficiaram de formação militar em Bali e Java (GUNN, 2001: 22) e de formação técnica e académica em Kupang e em Jakarta, onde facilmente eram concedidos graus de bacharel ou de licenciaturas. Regressando mais tarde a Timor-Leste eles constituíam uma mais-valia para as autoridades, que os beneficiavam com recompensas em postos administrativos do governo da província e de outros ligados ao aparelho de Estado.

Aos grupos etnolinguísticos mauberes, a nova administração indonésia esforçou-se, então, por impor a sua língua, só lhes permitindo falarem o bahasa indonésia

(HULL, 2001: 80 - 92), tornando esta, uma língua de imposição (MARCOS, 1995: 15). Além disso, perante as inibições criadas pela nova administração colonial, os autóctones viram-se repentinamente coagidos a prescindirem das suas marcas de ancestralidade identitária ao serem compelidos a escolherem novos cultos (o Islão, o Cristianismo e o Hinduísmo), desde que fossem oficialmente reconhecidas pelo Estado indonésio (MARCOS, 1995: 16).

Apesar de a língua portuguesa ter sido formalmente banida durante a ocupação indonésia, nalguns colégios e seminários religiosos, a aprendizagem da língua da colonização ter-se-á dado até Novembro de 1992, momento do incidente que declinou no massacre do cemitério de Santa Cruz (GUNN, 2001: 24). A Igreja Católica Timorense desempenhou um papel amplamente importante tanto na protecção aos seus membros mais próximos (daqueles que se reuniam em torno das missões ou que eram mais participativos para as causas da igreja), ao apoiar o povo em geral, e, de um modo inesperado, na defesa da identidade étnica, cultural e linguística dos timorenses. A Igreja como instituição agregadora reuniu à sua volta diferentes espectros políticos, ideológicos e diferentes comunidades etnolinguísticas. Soube galvanizar o tétum praça e o português como factores de identidade nacional e soube instrumentar as línguas como emblemas de resistência passiva, como sinais de distinção e de pertença, de união, de distinção de fronteira e como barreiras de defesa cultural perante o “outro” (o indonésio). As duas línguas, português e tétum, foram por isso transformadas em agentes de identidade étnica, por encerrarem em si a cultura, o viver do quotidiano e a essas línguas ser atribuída uma dimensão simbólica. Foi também e só durante a ocupação indonésia que o tétum se expandiu com bastante vigor por quase todo o território ao ocupar o lugar do português na mensagem da evangelização (CARVALHO, 2001: 69). De facto, a proibição da língua portuguesa foi benéfica para a expansão territorial da língua veicular autóctone, que repentinamente foi alvo de um desenvolvimento acelerado, a fim de corresponder às suas funções como língua litúrgica (CARVALHO, 2001: 69). Apesar de o uso das línguas vernáculas indígenas ter sido marginalizado e excluído do sistema educativo nos programas de ensino (HULL, 2001: 82), foi assim que, do eclipse da língua do colonizador europeu, se abriu um nicho de oportunidades para a mais falada das línguas nativas timorenses.

Também quanto ao número de falantes de português existem opiniões divergentes. Alguns investigadores estimam que, antes da independência, em 1975, o número de falantes do português andaria perto do número de convertidos ao

Cristianismo, na ordem dos 15% (Diana Andringa *apud* FEIJÓ, s/d: 74); segundo as estatísticas elaboradas pela UNTAET (United Nations Transitional Administration for East Timor), serão cerca de 11% (CARVALHO, 2001: 70); já Batoréo (2009: 51) defende que somente 5% da população a consegue falar. Costa (2001: 60), por seu turno, indica-nos que segundo os dados de um recenseamento realizado em 1997 pela ONU, apenas 2% dos 857 000 habitantes de Timor-Leste falavam o português.

Poder-se-á questionar as razões da fraca implantação do Português em Timor após quase cinco séculos de colonização. Na verdade, parece não ter existido uma política de disseminação ou de imposição da língua portuguesa em Timor durante o domínio colonial. Antes de mais, não foi à administração portuguesa que coube o papel de difusão da língua. Foram os missionários da Igreja Católica, que simultaneamente a difundiram com a fé religiosa (COSTA, 2001: 60), apesar da presença missionária portuguesa ter sido transversalmente pouco numerosa em toda a história de Timor. O português como língua de comunicação limitava-se a actividades e às funções de classe. Era falado entre os funcionários públicos, nas missões, nas forças armadas, entre a classe comercial e empresarial de Timor e por aqueles que viviam nos centros urbanos como Díli, ou nos centros dos concelhos onde os nativos já possuísem algum grau de aculturação. Eram esses os timorenses que procuram falar o português e os que procuravam ensinar aos seus filhos a língua⁷. O ensino era depois continuado nas escolas, sobretudo nas missões espalhadas pelo território. Era somente nesse tipo de situação muito particular que o português se posicionava como língua nativa. Em contraposição aos timorenses aculturados que transmitiam a língua portuguesa aos filhos como língua materna, as comunidades chinesas, islâmicas e outras aprendiam o português como língua estrangeira⁸. Contudo, nas zonas onde a presença colonial se fazia sentir pouco, nas regiões montanhosas do interior da ilha, o português como língua não tinha praticamente acesso. As razões, além do isolamento geográfico, prendiam-se com o facto de a administração nunca ter querido implementar uma política de ensino da língua através do envio de professores e da construção de escolas. Mesmo nas regiões onde existiam escolas, o terreno acidentado e a falta de estradas

⁷ Padre Francisco Fernandes, em *Português fora da Europa - Registos Sonoros* - <http://cvc.instituto-camoes.pt/hlp/geografia/som84.html>. (Gravações do Grupo de Linguística de Corpus do Centro de Linguística da Universidade de Lisboa). Bacelar do Nascimento, Maria Fernanda (org.), *Português Falado: Documentos Autênticos (Gravações áudio com transcrição alinhada)*. Lisboa: Centro de Linguística da Universidade de Lisboa & Instituto Camões. 2001 [CD-ROM].

⁸ *Idem*.

transitáveis não motivavam a deslocação de pessoas que a quisessem aprender. A distância também não ajudava porque as escolas mais afastadas podiam por exemplo ficar a quatro ou cinco dias de distância⁹. Estas dificuldades, acrescidas durante o período da monção de Verão, desmotivavam quem tinha vontade de aprender. Além do mais, a localização das missões constituía outro factor de desmotivação: estas eram também inacessíveis à maioria das populações e nalgumas o isolamento era tão elevado que uma viatura automóvel só lá ia uma vez por ano, geralmente, o carro do governador ou do bispo.

A difusão da língua foi sempre um acto de transmissão cultural e de aculturação e a Igreja foi a instituição mais audaz na exploração do território (FEIJÓ, s/d: 74) e veiculadora da cultura portuguesa, ao conseguir que os signos culturais europeus fossem passados de geração em geração. Como instituição, a Igreja soube veicular a cultura através da escolarização. Preocupou-se sobretudo com a preservação do Catolicismo a par da protecção da língua portuguesa e do desenvolvimento do tétum, desde o ingresso no ensino primário até ao prosseguimento a nível superior, fosse na carreira eclesiástica ou no ensino universitário (VIEGAS, 1998: 99). À igreja deve-se inclusivamente a elaboração de dicionários bilingues, a tradução de textos em português para o tétum e para outras línguas indígenas. Até ao fim do período monárquico, foi a única instituição que promoveu o ensino do português, pois o Estado encontrava-se afastado dessas funções. Só depois da Implantação da República é que a situação mudou, passando a administração colonial a ter a predominância na instrução da língua, ao criar as primeiras escolas (CARVALHO, 2001: 68). O exército também teve um papel pivô como promotor do tétum e do português por todo o território: ao transportar em simultâneo as duas línguas, promoveu a inter-acção entre elas. Essa circunstância proporcionou um significativo contributo ao desenvolvimento do tétum, que foi nesse âmbito apetrechado com vocábulos que explicam a modernidade.

Curiosa e paradoxalmente, é depois da independência de Timor, com a sua adopção como língua oficial, que se assiste a uma política forte de difusão do português em Timor e, sobretudo, do seu uso no ensino, política essa fortemente apoiada por Portugal, nomeadamente através do financiamento de envio de

⁹ Habitualmente os timorenses medem as distâncias em função do tempo que demoram a percorrer um determinado caminho. Mesmo no maior aglomerado urbano, em Díli, quando se pergunta a alguém a que distância fica uma rua ou outro local, é perfeitamente banal o interlocutor responder que o percurso distancia cerca de X tempo (percorrida a pé).

professores portugueses, formação de professores no terreno e disponibilização de materiais pedagógicos.

Por seu turno, o tétum, especialmente na sua variedade veicular, o tétum praça, é compreendido por grande parte da população timorense e constitui, por isso, actualmente, aquela que se pode considerar “a” língua timorense. A maioria dos grupos etnolinguísticos, num total de cerca de 80% da população, compreende de alguma forma o tétum praça (ALBUQUERQUE, 2010: 272). No entanto, a falta de normalização, de descrição e de desenvolvimento desta língua dificultam, ainda, o seu uso efectivo como língua oficial. De acordo com Costa (2001: 61), “Desenvolver uma língua significa torná-la capaz de servir os seus falantes em todas as situações de comunicação” e o tétum não apresenta ainda desenvolvimento necessário para desempenhar cabalmente o seu papel de língua oficial e de língua do Estado. O tétum, língua de origem austronésia, parece ter chegado à ilha de Timor há 4 500 anos (ESPERANÇA, 2001: 21). Na ilha de Timor, o tétum é originário da região de Ue-Hali, no actual Timor-Ocidental, a 30 km da fronteira com Timor-Leste. Esta é também a região de origem dos Belo, o povo que dominou toda a parte leste da ilha. O tétum belo, como também é conhecida a língua, será o tétum original (*térik*) e foi esse o tétum que os Portugueses encontraram quando contactaram com os primeiros timorenses do lado oriental da ilha. A moderna distribuição territorial do tétum está relacionada com as intervenções protagonizadas pelos portugueses em meados do séc. XVI ao terem estabelecido fronteiras artificiais entre os Ue-Heali e os Ue-Huki dividindo essa confederação tribal (ROWLAND, 1992: xxii).

Depois de estabelecida, a missão cristã portuguesa desenvolveu o chamado ‘tétum da igreja’ (COSTA, 2001: 61). Essa variedade do tétum que se começou a falar devido à presença portuguesa recebeu o nome de ‘tétum *díli*’ ou ‘tétum *praça*’. Por ter sido a língua do comércio e de entendimento comum ao universo dos timorenses (CARVALHO, 2001: 65), o tétum já antes da presença portuguesa se tinha tornado a língua franca (THOMAZ, 2002 *apud* ALBUQUERQUE, 2010: 271), que posteriormente os missionários portugueses souberam aproveitar para comunicarem com os vários grupos etnolinguísticos. O tétum praça foi portanto a língua que no contexto multilingue timorense era utilizada como um veículo de entendimento comum (ALBUQUERQUE, 2010: 270; COSTA, 2001: 61).

Além das duas línguas oficiais de Timor, a Constituição consagra, ainda, no seu Artigo 159.º, relativo a Línguas de trabalho, que “A língua indonésia e a inglesa são

línguas de trabalho em uso na administração pública a par das línguas oficiais, enquanto tal se mostrar necessário.” Sobre as razões da escolha destas duas línguas como idiomas de trabalho, o objectivo do governo timorense é que elas possam favorecer a cooperação, contactos e negócios com o exterior, dado que o destino de Timor-Leste de forma pouco provável será viável sem o auxílio dos dois poderosos vizinhos, basta para isso observar a situação geopolítica de Timor-Leste, geograficamente ancorado entre os dois gigantes económicos e militares, a Indonésia e a Austrália (BATORÉO, 2009: 55).

2.6. Síntese

Neste capítulo, apresentámos de um modo resumido, a história de Timor desde a chegada dos navegadores europeus até ao momento actual. Foram identificados e explicados os quatro momentos histórico-cronológicos de impacto nas culturas e sociedades leste-timorenses que se dividem em:

- (i) primeiro período – que se estendeu desde a pré-história[? 40.000 a.C.] até inícios do século XVI;
- (ii) segundo período – entre o início do Séc. XVI até 1975;
- (iii) terceiro período – ou ‘período Indonésio’, que decorreu entre os anos de 1975 e 1999, e que, apesar de relativamente breve, modelou substancialmente a sociedade leste-timorense;
- (iv) quarto período – ou ‘período internacional’, que se iniciou em 1999 e que se estende até ao momento actual.

O território que corresponde ao actual Timor-Leste foi, desde sempre, local de passagem e de assentamento de diferentes comunidades, com etnias, culturas e *modus vivendi* próprios. Apesar dos quase 500 anos de presença portuguesa, a marca desta cultura no território não é tão forte quanto seria de esperar, especialmente pelo tipo de colonização levado a cabo e pela distância a que se encontrava da Metrópole, tendo sido visto pelos Portugueses como lugar de desterro e assumido o papel de colónia-prisão. Em contrapartida, o impacto da ocupação indonésia foi muito mais forte na cultura timorense, apesar de o tempo de presença ter sido muito mais curto do que o da ocupação portuguesa, devido sobretudo a políticas aplicadas com dureza de desmantelamento da coesão interna e das culturas locais.

Se a história de Timor-Leste foi sempre feita de deslocações de populações e de encontros de culturas, é nos últimos anos, depois de 1999, que o país está a viver o seu período mais internacional e a sofrer os impactos mais marcantes da cultura e sociedade europeias e também ocidentais, assim como a sofrer mais rapidamente fenómenos de transculturação, devido à imparável globalização em curso.

SEGUNDA PARTE

3. EFEITOS DA GLOBALIZAÇÃO EM TIMOR-LESTE

Poderá afirmar-se que os processos de globalização em Timor-Leste têm em parte origem na movimentação e na deslocação de pessoas que, provindas de todas as partes do Mundo e integradas em organizações internacionais, são atraídas ao território a fim de participarem na sua “reconstrução”, mas sobretudo aliciadas por vantajosas perspectivas financeiras. É uma situação que não é apenas recente. Anteriormente, já os Descobrimentos e Conquistas portuguesas tinham tido uma inequívoca motivação económica, atraindo a deslocação de Europeus para essa parte do mundo.

Em si, a globalização, tem agido como um veículo de transporte, propagando pessoas, produtos e bens de várias partes do planeta, que confluem para o território de Timor-Leste. Essas populações exógenas vêm integradas *laboralmente* através das organizações internacionais – ONU e ONG, missões militares e diplomáticas –, como conselheiros e especialistas, e como membros de empresas de bens e serviços.

3.1. Globalização e etnicidade

As primeiras nações emergidas da modernidade nasceram fora dos Estados europeus, mas foram constituídas por gentes europeias e fruto do legado colonial europeu. Esta circunstância encontra-se particularmente patente nas nações do Novo Mundo que, na altura, se ergueram conduzidas pelo ideário iluminista da revolução francesa. O acontecimento recente da independência política de Timor-Leste resultou simplesmente da vontade exercida pelo poder internacional, configurado pela ONU, e não de circunstâncias que outrora erguiam novas nações, nem se deu por condições relacionadas com movimentos culturais das elites intelectuais timorenses.

Timor-Leste não é um Estado-nação, mas sim um País que o tenta ser, uma vez que surge inserido num conjunto de nações identitárias (etnolinguísticas) com uma longa existência, assente em tradições muito anteriores às Descobertas e Conquistas dos Portugueses e dos Holandeses.

O sistema de ideias políticas, económicas e sociais leste-timorenses distinguem-se por possuírem uma agenda condizente com o modernismo modelado pelas Nações Unidas, que tutoria ainda os processos de mudança de região colonizada para o de Estado-nação. Nas medidas de modernização e internacionalização, não deixam de

estar (sub)implícitas, mesmo que não intencionalmente, uma construção da identidade ocidental europeia face à actual identidade “maquinada” dos Timorenses. As “ajudas humanitárias” apresentam-se como parte dessa identidade humanista, que surge quase como uma substituição da “missão civilizadora” de outrora, as quais têm alimentado imagens desvalorizadoras e deturpadas da realidade cultural e social dos timorenses e anuladoras da possibilidade de um reconhecimento justo e igualitário.

Caracterizar socialmente um Estado que surge indelevelmente em contexto de globalização conduz-nos também às circunstâncias em que se define a sua identidade étnica. O surgimento da consciencialização étnica timorense emergiu sem dúvida devido às experiências da diáspora, pelos contextos em que inevitavelmente tiveram de desempenhar o papel social de imigrantes, que modelaram a mentalidade daqueles que regressaram a Timor-Leste e se juntaram à edificação do moderno Estado. As circunstâncias de emigração / imigração têm a sua importância por se terem revelado como dado que marca actualmente a edificação do Estado timorense.

A fim de perceber-se, num sentido lato, o que é que caracteriza socialmente as comunidades etnolinguísticas timorenses, convém antes de mais analisar e focar alguns aspectos conceptuais respeitantes a este tema que são, sobretudo, os conceitos de ‘etnicidade’ e de ‘identidade étnica’. A pertinência desses conceitos surge na medida em que a etnicidade em sociedades “multiculturais”, ou melhor, multilingues, se tem tornado uma marca da expressividade das diferenças.

Deste modo, tem todo o interesse o conceito de ‘etnicidade’ (desenvolvido na Escola de Chicago nos inícios do séc. XX), por se ter assumido como um âmbito específico da análise sociológica referente às relações que se estabelecem, em contexto migratório, entre os diferentes grupos étnicos num determinado território de acolhimento. Os estudos da Escola de Chicago chamavam a atenção para o facto de as ideologias imperantes da época, ancoradas no etnocentrismo e numa então “desejada homogeneidade cultural” – o assimilacionismo –, em que os migrantes, deslocados teriam que abandonar os seus costumes, passando a pautar o seu comportamento pelos valores e normas da sociedade receptora (PEREIRA, 2007: 46), e o “melting pot”, que seria a mescla das várias sociedades, étnica, racial e culturalmente díspares, que uma vez misturadas formariam um produto único e novo (PEREIRA, 2007: 46). Contudo, estas teorias provaram ser socialmente falaciosas “chamando a atenção para o carácter efémero das ideologias até então dominantes, assentes no etnocentrismo e numa desejada homogeneidade cultural – o «Assimilacionismo» e o «Melting Pot» (VIEGAS,

1998: 71). O conceito de etnicidade tem pois interesse por ser uma área específica da análise sociológica (VIEGAS, 1998: 74 – 78) referente às relações que se estabelecem em contextos migratórios entre diferentes grupos étnicos num determinado território de acolhimento e na sequência das deslocações populacionais postas em marcha anteriormente pelos indonésios.

Desta forma, como identidade étnica temos a consciência colectiva que anima o grupo alicerçada em heranças culturais cuja proveniência, histórica, linguística e de etnicidade (práticas culturais e de características de fenótipo) que têm origem num mesmo espaço territorial e são partilhadas pelos membros do grupo (GIDDENS, 1992; PEROTTI, 1993/94 *apud* VIEGAS, 1998: 68-69). A identidade étnica representa doutro modo a consciência voluntária funcionando como um agente agregador da comunidade e “ (...) do confronto com a sociedade receptora (...)”. É uma necessidade surgida face àquilo que o grupo percepção como o perigo da assimilação (VIEGAS, 1998: 69).

Normalmente, no início dos percursos migratórios, a consciência étnica não existe, ela só se evidencia mais tarde, quando o indivíduo ou o grupo já estão estabelecidos no seio da sociedade de acolhimento e quando se enfatiza o sentido de diferença e se interage com elementos do grupo exterior, ou seja, com os membros de outras sociedades, autóctones ou não (VIEGAS, 1998: 68 – 69). A identidade do imigrante é espoletada “(...) através do confronto com a sociedade receptora (...)” e é a partir da situação de confronto com a sociedade de acolhimento “ (...) que ele vai tomando consciência da sua identidade étnica e da necessidade de preservá-la face à eventual assimilação” (VIEGAS, 1998: 69). É lícito afirmar-se que consciência e identidades étnicas são necessidades sociais de afirmação, quando se negoceia a permanência e a presença identitárias num território desconhecido e perante um grupo estranho.

Outra característica interessante dos Timorenses em contexto de comunidade etnolinguística (quando imigrados em Portugal) consiste no carácter não permanente da sua estadia, ao contrário do da maioria dos imigrantes provenientes das ex-colónias africanas. Apesar das políticas de reagrupamento familiar que começaram a fazer tese na Europa e da persistência de más condições económicas nos seus países de proveniência, que poderiam potenciar a presença dessas comunidades em território nacional português, mesmo depois da desanexação de Timor-Leste da Indonésia, a grande maioria dos Mauberes optou pelo regresso à sua terra de origem.

O regresso dos imigrantes timorenses a Timor-Leste significou igualmente o transporte de novas ideias e de maneiras de pensar, de comportamentos e de atitudes que se diferenciam das dos timorenses que ficaram em Timor-Leste, mas que necessariamente influenciaram e continuam a influenciar e a originar novos padrões de comportamento quando em contacto com os habitantes locais.

3.2. A globalização e o sistema monetário leste-timorense

O sistema monetário no então Timor Português chegou a ser o florim holandês, dado o posicionamento geográfico e a influente acção económica da Companhia das Índias Holandesas, concomitante com a decadência do poderio militar e económico de Portugal. Depois de um período de cerca de 100 anos no auge como super-potência mundial, o declínio português iniciou-se em finais do séc. XVI, abrindo espaço para o avanço de outros rivais europeus, nomeadamente dos Holandeses, que acabaram por se impor economicamente (ROELOFSZ, 1962: 173). No Timor Português após esse período áureo, devido ao constante estado de penúria económica e à má gestão, a administração colonial para assegurar as transações económicas com o exterior, viu-se obrigada a usar o florim holandês, colocando a colónia muitas vezes em situação de dependência e de subalternização à moeda estrangeira.

Quando ficou sob a jurisdição administrativa de Macau em 1869, a administração colonial do território timorense tentou mudar a situação ao estabelecer o uso da moeda que então vigorava em Macau, a pataca macaense, para o uso comum nas duas colónias. A pataca foi introduzida no território de Timor em 1880, com o objectivo de pôr fim à situação de sujeição em relação ao florim holandês. A cotação monetária que então se estabeleceu foi a de uma pataca para 2.40 florins holandeses. Apesar de a moeda macaense se ter rapidamente expandido pelo território, cinco anos mais tarde a sua circulação foi proibida por ter sido introduzida à revelia da Metrópole. Mas, volta no entanto, a ser reintroduzida em 1891, desta vez com a cotação de uma pataca para 2 florins holandeses (AMCAIC, 1937: 17). Em 1894, a sua circulação torna-se finalmente legal e reconhecida pela Coroa Portuguesa. Os funcionários da administração do Estado passaram então a ser pagos naquela moeda. No entanto, mesmo quando em 1896 o território se torna administrativamente num distrito autónomo e independente da colónia macaense (VIANA, 2008: 14), continuou a manter formalmente, para além da pataca, paralelamente, a circulação do florim holandês, que continuava ainda a ser usado (AMCAIC, 1937: 17 – 18). Mais tarde, a pataca manteve-se como moeda única,

mas somente para as exigências internas da colónia. Para as transações e negócios com o exterior, ao nível da exportação e importação ou outro tipo de negócios, o sistema monetário escolhido pela administração portuguesa passou a ser o dólar de Hong-Kong. Porém, o seu câmbio não dependia das autoridades portuguesas, mas sim da cotação indexada pela colónia inglesa.

Formalmente a pataca era regulada por um fundo monetário a cargo do Banco Nacional Ultramarino, o qual foi estabelecido pelo Decreto-Lei nº 23071, de 30 de Setembro de 1933 (AMCAIC, 1937: 17 - 18). Anteriormente à publicação do mencionado decreto, curiosamente, também circularam na colónia de Timor moedas mexicanas e chinesas. Na última década de oitocentos foi introduzido no Timor-Português o dólar mexicano (AMCAIC, 1937: 17 - 18). O motivo prendia-se unicamente com a falta de moedas oriundas da Metrópole. Foi pois, simplesmente a carência do dinheiro português que obrigou o governador Lopes Lima a pôr em circulação a moeda mexicana (THOMAZ, 2008: 46).

Entre os anos de 1912 e 1930, os registos alfandegários de Díli dão-nos conta de importantes importações de patacas de prata e de moedas chinesas em prata e cobre, efectuadas em nome do Governo da colónia, do Banco Nacional Ultramarino e por particulares. Somente nos finais da década de 30 do século XX é que os dólares mexicanos ficaram praticamente fora de circulação. A razão para tal foi o teor de prata do dólar mexicano ser maior do que o poder de compra na colónia. As moedas chinesas de prata de vinte cêntimos e as de cobre de um cêntimo terão sido introduzidas em Timor provavelmente por imigrantes chineses oriundos da província de Kwantung e na década de 30 do século XX (AMCAIC, 1937: 17 - 18) encontravam-se em circulação por toda a colónia, dado que a imigração chinesa também se encontrava igualmente dispersa pelo território.

Após 1975, durante o tempo da administração Indonésia, a moeda que circulou foi a rupia indonésia, que se manteve em uso até ao período da desanexação em 1999.

Actualmente, depois da segunda independência, foi dada a preferência ao dólar norte-americano como sistema monetário de Timor-Leste (CARDOSO, 2011: 17), facto a que a presença da ONU não será certamente estranha, dado que os seus funcionários são exclusivamente pagos na moeda norte americana. Simultaneamente, o grande afluxo de pessoas exteriores a Timor-Leste a trabalharem para a ONU e para as ONG, pagos em dólares, fomentou o aparecimento de mercados paralelos, um para os autóctones e outro para os internacionais, com custos e preços completamente

dissemelhantes. O mesmo produto, quando adquirido por um trabalhador internacional, poderá usufruir de um preço inflacionado em cerca de 100 a 200% em relação ao de um indivíduo autóctone. Díli era até 2010 uma das cidades mais cara do planeta em termos de custo de vida. Mas só para os internacionais.

3.3. A globalização e a aplicação da democracia

Porque é necessário “democratizar” uma sociedade ou determinados grupos humanos que desde há milhares de anos têm vivido naturalmente segundo os seus próprios sistemas sociais? Valerá a pena inocular o conceito de ‘democracia’ numa aldeia nativa de Timor-Leste ou da Papuásia? Essa operação obedecerá a que fins? Será para dar mais “liberdade”, justiça e equidade aos oprimidos que vivem sob chefaturas ou regimes opressivos e aniquiladores das vontades da população?

De modo geral, a natureza humana, mesmo a ocidental, não é profusa em oferecer algo sem ter por fim um objectivo em troca. A democratização veiculada pela globalização e propagada pelas grandes organizações internacionais ou transnacionais, como a ONU, demais ONG e pelas nações mais poderosas, é dogmaticamente implementada nas pequenas sociedades tradicionais do Terceiro Mundo. E isso vai gerar custos para a tradição. Obviamente muitos dos preceitos que sustentam as tradições irão ser aniquilados, obrigando as pessoas de readaptarem-se a novas realidades (GIDDENS, 2000: 49 – 50). No fundo, trata-se da mesma atitude de interferência em uso desde os primeiros contactos entre os Europeus e outros povos. O que difere é a maneira como actualmente se executa essa tarefa.

Se, por um lado, a expansão da ideia de democracia é uma necessidade gradualmente sentida por alguns povos, impelida pelo progresso das comunicações a nível mundial (GIDDENS, 2000: 69), por outro lado, existem sociedades, que, pelo seu relativo isolamento ou alheamento em relação à sociedade global, ainda não assimilaram essas ideias (GIDDENS, 2000: 72). Inclusive para povos que ainda vivem bastante arreigados ao seu modo de vida tradicional, essa concepção é absolutamente estranha. Actualmente, na modernidade globalizante, a ideia de democracia, em que todos os membros da população podem tomar parte nas decisões políticas, tem-se tornado realmente bastante sedutora.

A chave para a democratização das sociedades do Terceiro Mundo parece estar num determinado aspecto: a assimilação dos ideais ocidentais, através da apropriação de conceitos que com o tempo se vão tornando desejáveis e que se pensa vir a resolver

toda uma série de questões relacionadas com a funcionalidade das sociedades (GIDDENS, 2000: 72), principalmente quando ligadas à economia.

No âmbito da globalização, a ideia de democracia acaba por não reconhecer as fronteiras dos Estados-nação, como aliás toda uma série de outros conceitos ligados à modernidade, à internacionalização do capital e à propagação das comunicações por todo o globo (GIDDENS, 2000: 69 – 80). A democratização ao nível global sofreu uma reviravolta precisamente a partir do último quartel do século XX, iniciada na Península Ibérica com a queda dos regimes franquista e salazarista (FUKUYAMA, 2001: 269; GIDDENS, 2000: 71). No entanto, nem todas as democracias são realmente verdadeiras democracias, onde a liberdade de expressão e de respeito pelos direitos de opinião sejam realmente cumpridos. Esta problemática em particular pode ir desde o simples défice de democracia até situações mais inclusivas de autoritarismo explícito. O espectro e os modelos de democracias pode ser por isso bastante alargado e diferenciado de sociedade para sociedade. É o caso da UE e das Nações Unidas, que presentemente exercem uma forte influência sobre as sociedades leste-timorenses e que, contudo, não são o melhor exemplo de organizações que se pautam por sistemas e estruturas claramente democráticas (GIDDENS, 2000: 79). A título de exemplo, na Europa, o modelo para a escolha do cargo de Presidente da Comissão Europeia, o mais alto cargo de responsabilidade dentro das instituições da União, é efectuado por designação pelo Conselho da União, também este constituído por membros não eleitos directamente pelos cidadãos europeus, porém, com base num sistema de votos por “maioria qualificada”, o que na prática significa que Estados diferentes têm pesos políticos diferentes. Ademais, a eleição para o cargo de presidente do Conselho Europeu é, de modo análogo, obtida por uma “maioria qualificada”, mas, ao contrário do cargo para a presidência da Comissão Europeia, para este posto não há tão-pouco aprovação do Parlamento Europeu. No entanto, estes são organismos que insistem em dizer-se absolutamente democráticos.

Actualmente no cenário internacional que se desenrola em Timor-Leste, a UE e a ONU são largamente responsáveis e diligentes na transmissão de ideais ocidentais, entre os quais a expansão da democracia. Esses conceitos actuam como mudanças estruturais nas sociedades timorenses, que por sua vez propiciam o estabelecimento de novas ideias e de sinergias favoráveis a transmutações culturais e sociais no seu seio (GIDDENS, 2000: 79 – 80). Neste caso, democratizar é sinónimo de modernizar, mas também de ocidentalizar (IANNI, 1996: 60). Mas também é colher dividendos, favores,

influências ao nível de decisões, importância diplomática, preponderância política, benefícios estratégicos e económicos, enfim toda uma série de mais-valias que as nações mais desenvolvidas possam auferir.

A democratização de sociedades que nunca sentiram qualquer desejo de fazê-lo parece ser a chave-mestra para se atingir outros fins amplamente mais desejáveis para o Ocidente, como por exemplo englobar essas sociedades em amplas redes da economia de mercado e estrategicamente coincidentes com os vastos recursos naturais que alguns países do Terceiro Mundo possuem. A globalização tem de facto uma enorme capacidade de transformar e de acelerar processos que levam à mudança dos cenários populacionais e culturais, em suma, das sociedades. Porém, os desafios da sociedade global perante a actualidade são os mesmos que se colocam quando desenvolvidos antes a uma escala nacional (GIDDENS, 2000: 37).

3.4. A globalização e a ideia de modernização

Desde o fim da IIGM, quando o Ocidente Europeu e particularmente os EUA passaram a dominar praticamente o resto do Mundo, as ideias de modernização, desenvolvimento, evolução e progresso têm sido o principal objectivo perseguido pelos países do Terceiro Mundo e em Vias de Desenvolvimento (IANNI, 1996: 59). As transformações resultantes exercidas sobre as mais variadas sociedades por todo o planeta, desde formas tribais a nações, culturas e civilizações, passaram a ser estimuladas a modernizarem-se conforme os moldes e as doutrinas sociais, culturais e civilizacionais baseados na economia e estabelecidos pelos Europeus e pela América do Norte.

Para essas sociedades, o estabelecimento da modernização traduz-se essencialmente em economia de mercado, na execução de prerrogativas de igualdade e na implementação de sistemas democráticos (IANNI, 1996: 59) com desenvolvimentos bastante dissemelhantes de sociedade para sociedade, o que por outro lado conduz ao desnivelamento das estruturas sociais outrora equilibradas segundo as suas próprias tradições (IANNI, 1996: 59). Exemplos desta assunção poderão ser encontrados em algumas políticas *modernizantes* como o nasserismo, o castrismo, o maoísmo, o populismo, o socialismo, o comunismo e nas mais variadas reformas e revoluções que foram implementadas desde o pós-IIGM até ao presente momento (IANNI, 1996: 59). Mais recentemente, a este rol de designações juntou-se o ‘capitalismo liberal’ e a

‘democracia’. A própria actuação e conduta da ONU sobre os países em crise ou subdesenvolvidos reflecte sobretudo os dois últimos pressupostos.

A ONU e as suas diversas organizações afiliadas têm promovido com grande afã mudanças estruturais importantes junto a essas sociedades desprotegidas e cada vez mais dependentes do Ocidente e da economia global. Dantes, as sociedades viviam segundo os seus próprios padrões culturais, praticamente livres de interferências externas, nas quais o ambiente cultural e o ecossistema social se equilibravam. Actualmente, com o advento do internacionalismo, no que se refere à economia, política, cultura, educação e em todas as esferas sociais onde se possa alcançar, as intervenções provocadas pelas organizações transnacionais dão-se a níveis galopantes.

O rol de estímulos e de produção de iniciativas das corporações, ONG e demais conglomerações transnacionais passa por promover acções do âmbito de desenvolvimento, de ajuda, caridade, incentivo e orientação, induzindo à modernização, reformando e modelando essas sociedades para o seu próprio bem e tudo segundo os moldes do Ocidente europeizado e americanizado (IANNI, 1996: 59 – 60).

Por sua vez, as empresas oportunamente instaladas no terreno vão também reforçar e dinamizar as prerrogativas internacionalistas da economia liberal-global, induzindo e promovendo os valores, ideias e normas *modernizantes*. Parece existir portanto um papel de reciprocidade e de interajuda entre a ONU e organizações afiliadas e os papéis de reformulação e de inovação que se tornam decisivos e irreversíveis quando operados pelas empresas transnacionais (IANNI, 1996: 59 – 60).

Outro factor decisivo e com poderes muito acima desses países são os meios impressos e electrónicos que, organizados em redes internacionais, transnacionais ou planetárias, exercem papéis determinantes e influentes junto das elites políticas e empresariais ao (re)formularem, difundirem, alterarem, legitimarem poderes, valores e ideias quase sempre estranhas à cultura desses povos, e que vão no sentido de alterarem os seus padrões de vida em direcção à modernidade (GIDDENS, 2000: 69; IANNI, 1996: 62).

Entenda-se que modernização a uma escala global é sempre uma aplicação de poderes e valores sociais e culturais concebidos pelo Ocidente Europeu e Norte-americano (IANNI, 1996: 60). Eles exprimem sobretudo uma estrutura organizativa modelada no sistema anglo-saxónico. Os processos de transculturação que então surgem como resultado da influência de elementos de outras culturas não têm

necessariamente de passar pela negociação. Existe antes de mais uma imposição, se bem que adornada pela aparente livre escolha das vontades populares dessas sociedades do Terceiro Mundo e pelo sempre presente discurso protecionista, pacificador, incentivador, de apoio, das sociedades desenvolvidas e detentoras de poder de transformação sociais (IANNI, 1996: 60). Deste modo, nas sociedades do Terceiro Mundo facilmente se instalam alterações aos elementares princípios das tradições, novos conceitos sociais e culturais são introduzidos (e são reformulados outros tantos), que passam pela liberdade, pela igualdade e pelo estabelecimento de contratos sociais completamente estranhos aos autóctones. As economias de subsistência transformam-se em economias de mercado e transmutam-se padrões culturais, morais e religiosos.

3.5. A globalização e a estrutura familiar

Actualmente, a causa mais importante para os processos da globalização que se dão em Timor-Leste é a dependência em relação aos mercados internacionais da sua economia e de todas as estruturas que a alicerçam. Muitas das mudanças socioculturais que se dão no seio das sociedades tradicionais e dentro das fronteiras do Estado timorense são influenciadas directamente por via da globalização. Concepções de vida que pareciam eternas e que faziam parte de longínquas tradições são agora repentinamente alteradas e novos conceitos vão-se entalhando dentro das sociedades em vias de modernização. O surgimento de conceitos igualitaristas e o advento do feminismo, onde até há pouco tempo era impensável acontecer, são apenas dois exemplos que podemos utilizar como caso de estudo para percebermos o que se está a passar com a cultura e sociedades leste-timorenses.

As observações da transformação do desempenho de papéis sociais na estrutura familiar das sociedades timorenses fornecem-nos um exemplo que serve como padrão de análise do impacto que a cultura e sociedade europeias causam em sociedades cujos mecanismos de defesa e protecção são bastante frágeis e tão diferentes dos Europeus.

Esse igualitarismo, novo na sociedade, que se assemelha às estratégias que foram artificialmente impostas no passado pelos Portugueses (RIZZI, 2010: 55 – 56), tem, no caso dos matrimónios, obrigado a uma redefinição dos papéis dos cônjuges, produzindo conflitos no desempenho de funções sociais que actualmente ainda estão longe de serem sanados (MARÍN, 1979: 92)

Objectivamente, os padrões da cultura tradicional estão a alterar-se, transmutando-se rapidamente, não dando tempo para adaptações, em parte por se ter alargado o espectro da educação escolar às novas gerações e ao permitir-se uma melhor instrução para as mulheres com as consequentes passagens para uma maior movimentação social e independência económica. Num curto espaço de tempo as alterações causadas nas tradições têm estado a transmutar importantes papéis sociais, como por exemplo a passagem do patriarcalismo para o igualitarismo.

Sobre a conflitualidade de papéis parentais (independentemente do local do Mundo onde possa ocorrer), Stephens (*apud* MARÍN, 1979: 92) elaborou uma interessante observação, ao comparar o modelo tradicional de casamento não-Europeu com um modelo Ocidental. Ele diz que há muito menos probabilidades de um casamento tradicional (sobretudo patriarcal) falhar do que um ocidental, pelo facto de se ir para um casamento com os papéis (secularmente) definidos. Ambos os esposos, já sabem o que os espera, sabem qual o papel que irão desempenhar para o resto das suas vidas, ao passo que num casamento ocidental, de modo geral, os cônjuges vão para o compromisso sem ainda saberem bem que papéis vão mesmo desempenhar, não importa o grau de intimidade que já possam ter antes do casamento. Intimidade não significa gestão dos papéis conjugais numa vida a dois, nem significa necessariamente o sucesso no casamento. Desse modo, os divórcios são apenas o reflexo do conflito de papéis ou da sua falta de definição (MARÍN, 1979: 92) que tanto têm caracterizado as sociedades europeias do pós-IIIGM, actualmente propagados pelo planeta através da globalização.

Há apenas duas ou três gerações, quando as pessoas contraíam matrimónio, sabiam o que estavam a fazer, pois eram em grande parte reguladas pelas tradições e pelos costumes. Essa regulação era uma condição *sine qua non* e canónica, extensiva a todos os membros da sociedade. Os casamentos tradicionais continuam obviamente a existir; no entanto, em sociedades onde começam a aparecer princípios de mudanças, existe o pressentimento de que as pessoas não sabem o que estão a fazer, precisamente porque os padrões que caracterizam o casamento e a família estão a modificar-se (GIDDENS, 2000: 37). Os indivíduos, ao exercerem esses papéis agora modificados, estão a partir do zero como se fossem pioneiros à descoberta de novos caminhos e de novos nichos sociais. É perante essas condições de incerteza e de relativa insegurança que se gera o risco, independentemente de eles terem ou não consciência disso (GIDDENS, 2000: 37).

Actualmente, é muito comum observar-se em Timor-Leste que os processos acima descritos, começaram gradualmente a fazer parte do quotidiano e da vivência social dos Timorenses. Esses processos fazem-nos desarticular-se das suas tradições austronésias e melanésias em que o homem tradicionalmente é o detentor da autoridade e dos bens da família. Conviver com os novos papéis de um momento para o outro tem estado a provocar desarticulações nas estruturas familiares e estas, por serem a base que alicerça a estrutura social, vão por sua vez desequilibrar o espectro mais alargado de todo o grupo (social). Tanto quanto nos é dado a conhecer, estes processos não estão ainda documentados e a sua percepção resulta, por isso, da observação directa no terreno.

3.6. A globalização e a pobreza

Após ter observado pessoalmente, em missão de trabalho internacional, durante cerca de um ano, parte da sociedade timorense e posteriormente ter estudado relatórios e bibliografias que analisam o problema da pobreza em Timor-Leste, proponho-me debater e refutar a opinião da maioria dos analistas que entendem categoricamente que a pobreza é um facto transversal à maioria da população, como fica evidenciado, por exemplo, no excerto abaixo:

Metade da população timorense vive abaixo do limiar da pobreza para as necessidades básicas, que é de \$0.88 (dólares americanos) por pessoa por dia, e não se têm verificado melhorias desde 2001.

*In: "Erradicar a Pobreza Extrema e a Fome em Timor Leste"*¹⁰

Esta afirmação é apenas uma entre muitas que transmitem com frequência quase sempre a mesma ideia, a de que parte substancial da população leste-timorense vive de facto muito abaixo do limiar da pobreza. Este tipo de parecer, tantas vezes veiculado como opinião, formata e orienta posteriormente outras opiniões no sentido de se corroborar constantemente a ideia de que a pobreza em Timor-Leste é endémica.

Não é pois incomum encontrarmos em obras nacionais e estrangeiras autores que percepcionam e avaliam as sociedades tradicionais de Timor-Leste, e do Terceiro Mundo em geral, como sinónimo quase absoluto de subdesenvolvimento e de pobreza. Essas avaliações limitam-se a focar exclusivamente os indicadores económicos e a

¹⁰ Sítio web da ONG portuguesa Vida: <http://vida1.planetavida.org/paises/timor-leste/objectivos-do-milenio-para-timor-leste/erradicar-a-pobreza-extrema-e-a-fome-em-timor-leste/> [consulta efectuada em Junho de 2012].

excluir outro tipo de lógica que vá ao encontro de uma explicação cultural alicerçada nas estruturas sociais tradicionais, nomeadamente factores como a existência de capital social que, diferindo daquele que é sustentado pelo Ocidente e por ser muito próprio e característico dessas sociedades, é difícil de identificar. Ele existe e, no entanto, não é de modo algum sequer contabilizado. Desde logo surgem questões:

- O que é que significa realmente a pobreza neste país?

- Quais os padrões usados para a avaliar?

- Existe algum paradigma de apreciação da pobreza, ou essa apreciação obedece meramente a percepções, entendimentos ou tomadas de conhecimento que nos remetem para ideias erróneas, sobretudo baseadas no prisma pelo qual o Ocidente Europeu vê, ou pretende ver, a questão?

O ponto de partida para esta pesquisa foi o de tentar compreender o que é a pobreza em Timor-Leste, como é que ela é percebida e como é que a criação de capital social pode contrariar a ideia tão assente de escassez material e de outras condições sociais.

3.6.1. A percepção da pobreza

Para se compreender o “problema” da pobreza em Timor-Leste, ter-se-á de passar pela observação e pela análise da sociedade e das suas componentes culturais, focando a questão do enquadramento do tipo de trabalho desenvolvido dentro da comunidade e da obtenção do capital social, ou seja, a relação do capital social com o espaço, o território e a cultura. No fundo é um propósito sociológico. Para a sua compreensão temos primeiro de definir, para além do objecto de estudo (a pobreza), qual o tipo de perspectivas a serem usadas para avaliar a pobreza (se a europeia ou a cultural autóctone), quais os conceitos básicos a serem utilizados e estabelecer uma adequada metodologia de investigação, tendo sempre em atenção o que diz a cultura sobre o assunto (MARÍN, 1979: 5).

Circunstancialmente, a avaliação do grau de riqueza e de pobreza das sociedades tradicionais timorenses pelos internacionais que vivem no território parece estar mais relacionada com o conhecimento superficial que se tem dos hábitos e vivências da população, do que propriamente ter sido alicerçada em dados objectivos, tendo em conta os parâmetros sociais e culturais próprios da região. A complexidade de fenómenos relacionados à pobreza “explica a diversidade de perspectivas em que o mesmo pode e tem vindo a ser definido” (COSTA *et al*, 2012: 20). Avalia-se a pobreza,

sobretudo pelo que é imediatamente visível. Dito de outro modo, é o que sobressai como primeiro plano que é de imediato equacionado, mas que nem sempre transmite consistentemente a realidade (COSTA *et al*, 2012: 20 – 25). As mudanças rápidas que se estão a dar actualmente nos padrões de comportamentos e hábitos da população (MENEZES, 2006: 175) não permitem, por outro lado, uma avaliação explícita e clarificadora da pobreza.

Teremos de considerar que os autores dos estudos relacionados com a pobreza, os internacionais membros da ONU e ONG, observadores, conselheiros, formadores, professores, técnicos, etc., são também uma variável importante. Há que equacionar que factos como a experiência de vida, a educação, a escolaridade e, acrescente-se, a formação académica da maioria dos especialistas e avaliadores actuam (em parte) como um molde pré-formatado face ao entendimento que possam ter sobre os assuntos culturais, sociais e económicos de Timor-Leste. Em maior ou menor grau, todos os indivíduos de um corpo social estão debaixo do prisma da formatação que começa logo à nascença com o processo de socialização (MARÍN, 1979: 5 – 6) e que são inerentes a todas as sociedades humanas. O que vai depender e marcar a diferença são os processos culturais, que obviamente serão diferentes de sociedade para sociedade. Por provirem de âmbitos culturais distintos dos de Timor-Leste, os autores dos estudos relacionados com a pobreza tendem a privilegiar os aspectos mais relevantes e directamente relacionados a si (COSTA *et al*, 2012: 20 – 25), porquanto o observador traz impressões do seu passado (agenda ideológica), que de alguma forma influem no estudo objectivo do assunto sociológico. Essas impressões irão sempre, de alguma forma influir nos resultados das observações. As opiniões e a agenda ideológica do investigador (em áreas científicas como a sociologia e a antropologia social) irão portanto acabar por reflectir-se nas conclusões e resultados do estudo. Por pouco que seja e por mais que desse facto se tenha consciência, ou mesmo quando dele nos damos conta, dificilmente nos conseguimos manter completamente imparciais em relação ao assunto em análise.

As noções e pré-noções de como são as coisas, como é que elas actuam, de como se devem comportar, são dadas pelo âmbito cultural em que se vive e pela educação que se recebe. Este é um processo contínuo que nos acompanha por toda a vida. O indivíduo é tanto mais permeável aos processos de formatação cultural e educacional quanto menor for a idade e por conseguinte quanto menor for a capacidade de racionalização e reflexão. Nem por isso se deixa completamente de lado o que nos foi

imposto pelos outros (pais, escola, ambiente social, etc.). Abstrairmo-nos por completo é uma tarefa difícil, mas que devemos enfrentar se pretendermos obter resultados científicos sobre as nossas abordagens (MARÍN, 1979: 6).

O entendimento do tema da pobreza passa por isso pela análise dos padrões culturais e sociais. Ao circular-se por uma qualquer aldeia ou pequena cidade de Timor-Leste, verificamos que grande parte das pessoas aparentemente nada faz, parecendo preferir o ócio, o que, aos olhos dos ocidentais que trabalham no território, parece indiciar que, por detrás desse estilo de vida, existam problemas sociais relacionados a uma elevada taxa de desemprego, falta de iniciativas laborais, escassez de oportunidades, aliados a uma inércia endémica muito característica da maneira de estar dos Timorenses. Não é obviamente desse modo que os autóctones habitualmente se vêem e se enquadram. Mesmo após séculos de colonização e de tentativas de introdução de medidas específicas e de normas, de modo a padronizar qualquer processo social ou actividades dos indígenas de Timor, ainda assim, será forçoso olhar o “outro” constantemente como um necessitado social, só porque à partida não possui as mesmas oportunidades de vida do Ocidente. Então, temos que as percepções e até mesmo os raciocínios aparentemente tidos como lógicos e científicos, sobretudo no âmbito das ciências sociais e humanas, conduzem o observador a leituras e conclusões (por vezes) erróneas. Frequentemente, apesar de ser susceptível de induzir em erro, o modo de se reconhecer a pobreza consiste em avaliar as condições de vida, assente na observação. Será esse o aspecto que directamente determina o entendimento geral da pobreza (COSTA *et al*, 2012: 20 – 21). É quase sempre essa a ideia que defendem mesmo pessoas com anos de experiência em missões internacionais, civis ou militares. Mesmo que se seja rigoroso e competente, aqueles que desempenham o seu trabalho no terreno ou no palco de operações deixam-se induzir pelo que é aparentemente mais óbvio, sem descortinarem verdadeiramente o que são a cultura, os hábitos e a psicologia das populações observadas.

Indicadores como a alimentação, o modo de vestir, as condições habitacionais e as circunstâncias de saúde são geralmente usado como sinais demonstradores de nível de riqueza ou de pobreza (COSTA *et al*, 2012: 20 – 26), mas são também extremamente subjectivos por estarem directamente ligados a costumes culturais e sociais muito distantes dos das sociedades ocidentais. Normalmente o que se pensa é que os hábitos criados pelos Europeus são os mais correctos, os mais apropriados, os mais saudáveis e equilibrados. Dito de outra forma, o pensamento vigente entre os internacionais é que

praticamente tudo que seja autóctone e sirva como indicador de avaliação de riqueza ou pobreza, por não estar à altura do que foi criado pela civilização ocidental, corre o risco de ser sumariamente taxado como pobre.

A título de exemplo, a economia de subsistência dos Timorenses encontra-se assente na criação de animais domésticos e na agricultura desenvolvida nos parâmetros tradicionais. Quando a agricultura é feita de modo extensivo, os terrenos usados são conquistados à floresta através do método de queimadas e cultivados durante dois ou três anos, após o que são abandonados. Só depois de quinze ou vinte anos de intervalo é que voltam novamente a ser cultivados. Mas isso não significa que as rudimentares técnicas utilizadas no cultivo traduzam improdutividade. Apesar do rendimento da produção ser relativamente baixo para os moldes ocidentais, ele é absolutamente normal para os padrões timorenses e suficiente para prover o sustento da família. Naturalmente, como os Timorenses nunca desenvolveram as suas sociedades para o consumo de excedentes, também nunca tiveram necessidade de acumular superfluamente a produção e rentabilizá-la através do capital ou de qualquer outro sistema económico (e também nunca tiveram necessidade de inventar sistemas económicos de troca indirecta). No aspecto da alimentação, é corrente os autores dos estudos que se debruçam sobre os hábitos sociais e culturais dos Timorenses qualificarem como desadequado o tipo de nutrição, por ser baseada quase exclusivamente no arroz, em farináceos, pobre em proteínas (THOMAZ, 2008: 225 – 227) e pouco variada em produtos vegetais. As informações recolhidas em 2003 no âmbito do Levantamento Demográfico e de Saúde indicavam que o valor nutricional da população era inadequado e que 46% das crianças com idades abaixo dos cinco anos possuíam peso abaixo do normal (CPCN, 2006: 13). No caso do arroz, este cereal, apesar de ter um baixo teor energético, representa a base da alimentação da generalidade dos povos asiáticos e encontra-se extremamente arraigado nos hábitos culturais, além de ter uma importância fundamental para a economia dos leste-timorenses (CARDOSO, 2011: 24). Muito dificilmente um timorense ou outro asiático abdicaria da sua alimentação diária com base no arroz por esse hábito estar tão enraizado na sua cultura.

Certamente que alguns factos culturais dos Timorenses poderão parecer lastimáveis a um europeu habituado a outro tipo de alimentação, hábitos de higiene e maneira de encarar a vida. Mas há que perceber que, tirando os indivíduos aculturados, tal modo de vida é apenas uma adaptação ao meio natural que os

circunda, de aproveitamento dos recursos naturais, que desde sempre faz parte do dia-a-dia dos leste-timorenses (cf. THOMAZ, 2008), integrando a sua cultura e tradições.

Outros indicadores usados para se avaliar a pobreza em qualquer contexto e usados também como parâmetros na avaliação dos índices de desenvolvimento são a elevada mortalidade infantil (13.5 por milhar de pessoas em 2004) (CPCN, 2006: 6) e as condições de higiene e sanitárias, que estão bastante longe das metas europeias. Relativamente à mortalidade infantil, acontece que sob o ponto de vista da tradição cultural, para os Timorenses, os filhos são vistos como uma fonte útil de mão-de-obra e não como no Ocidente, em que actualmente se olha para os filhos cada vez mais pela perspectiva sentimental-emocional do que pelo lado material. Na tradição cultural dos Timorenses ter muitos filhos (actualmente a taxa média de fecundidade ronda os 6.5, segundo os dados de 2010) – (CPCN, 2006), é sinal de poder, de perspectivas de aumento de capital social e de prestígio social. Apesar de se estar a verificar a transformação da família tradicional como consequência da aculturação à modernidade, a “família extensa”, que normalmente é um grupo residencial, tem estado a transmutar-se para o tipo de família “grande multifuncional”, em que vários membros abandonam a residência para viverem dispersos pelos distritos, mas conservando ainda assim laços de entreajuda (envio de dinheiro ou de bens) (MENEZES, 2006: 176). Contudo, essa mudança na estrutura familiar tradicional tem propiciado o estabelecimento de redes de contactos a longa distância, onde os indivíduos deslocados em relação ao núcleo da família encetam estratégias, ora com os familiares, ora com outros indivíduos com os quais estabelecem laços de entreajuda e de reciprocidade, que até aí eram desconhecidos na sociedade timorense normalmente organizada em clãs ou com base na tribo/*suco* (aldeia).

O problema nos parâmetros de avaliação da pobreza está na comparação directa que se faz com os padrões de vida europeus (da plena modernidade) com os das sociedades do Terceiro Mundo. Obviamente ir-se-ão obter enormes discrepâncias entre sociedades tão distintas. E será essa forma de avaliar que entra geralmente em linha de conta para se definir o conceito de pobreza em Timor-Leste. Os próprios especialistas que estudam o assunto têm opiniões diversas quanto à pobreza. Para uma mesma situação podem existir duas diferentes opiniões, até mesmo contraditórias, pois “cada definição privilegia os aspectos que mais relevantes parecem ou mais directamente interessam ao autor” (COSTA et al, 2012: 20). A pobreza pode ser definida de diversos modos, mas terá de se ter em conta os diversos prismas culturais onde ela se insere.

Dito de um modo mais pragmático, as deduções que tiram a maioria dos “observadores” internacionais em Timor-Leste são as de um povo pobre, miserável, sem instrução, com uma falta gritante de acesso a bens básicos e essenciais, como o acesso a cuidados médicos imediatos, bens alimentares, entre outras coisas mais. Na realidade, tudo isso em parte é verdade, mas também é simultaneamente falacioso: depende do padrão ou da escala de avaliação que são usadas para medir esse alegado índice de “pobreza”. Quem observa a sociedade no seu estado natural, tradicional e verdadeiramente autóctone, apenas equipado com percepções e modelos de raciocínio europeus, o que é o mesmo que dizer da modernidade ocidental, apenas poderá tirar a conclusão de que são pobres.

De um modo mais concreto o conceito aceite pelas organizações internacionais e meios académicos diz-nos que a pobreza é:

uma inaceitável privação de bem-estar humano" (AMES, 2000 *apud* SERRA, 2000: 19) e mais concretamente que, "a privação fisiológica envolve a não satisfação das necessidades básicas de natureza material ou biológica, incluindo a inadequação da alimentação, saúde, educação e alojamento. Uma pessoa será, pois, considerada pobre se for incapaz de assegurar níveis suficientes de bens e serviços que satisfaçam estas necessidades básicas.

(AMES, 2000 *apud* SERRA, 2000: 19).

Esta definição de pobreza aplicada a países como Timor-Leste é claramente consequência de situações «pós-sociedades tradicionais», isto é, uma definição destas só pode entrar em linha de conta quando as sociedades tradicionais já foram atingidas pela modernidade e dela passam perduravelmente a depender. Usualmente, não são os Timorenses que se acham pobres, mas sim os especialistas internacionais ligados às ONG e à ONU que entram no território já com pré-noções perfeitamente estabelecidas, qualificam o que é a pobreza e determinam a sua generalização. A interpretação da percepção da pobreza está por isso muito associada às organizações internacionais e que são depois difundidas pela população autóctone, contribuindo para o aumento de um sentimento de transformação identitária.

Paralelamente, se fizermos o contraponto com os relatórios preparados por Timorenses que analisam a pobreza, percebemos que também estes não se distanciam muito dos relatórios que são concebidos pelos observadores internacionais. De modo

igual, os relatórios elaborados pelos especialistas timorenses, mencionam que as metas a serem atingidas pelo país terão de passar sempre pela valorização de ditames relacionados com a modernidade, de modo a atingir-se o progresso pleno. Por exemplo, os desafios estabelecidos pelo PDN (Plano de Desenvolvimento Nacional) (PED, 2011) passam pelo estabelecimento de metas de redução da pobreza em todos o país, sustentado pelo crescimento económico equitativo, pelas melhorias das condições de saúde, educação e bem-estar geral de todo o país. Mas existe uma incompatibilidade notória entre estes parâmetros a atingir em termos de desenvolvimento pelo estabelecimento da modernidade preconizado pelo Governo e a plena aceitação das mudanças por parte da população, que ainda não vê nem a utilidade, nem a necessidade de mudar valores e hábitos apenas para ter acesso a coisas com as quais ainda não está familiarizada nem lhe são necessárias.

Para as organizações internacionais, ONU, ONG, e para os governantes timorenses, o grande entrave ao desejável desenvolvimento tem sido os:

elevados níveis de pobreza, em especial em áreas rurais, onde há uma forte dependência continuada de agricultura de subsistência e vulnerabilidade; a escassez de alimentos; grande número de pessoas que ainda não dispõem de acesso a serviços básicos de qualidade adequada, incluindo educação, saúde, água potável e saneamento adequado; oportunidade de emprego produtivo em número insuficiente para uma força de trabalho em rápido crescimento; fraco sector privado e baixos níveis de investimento privado necessário para a criação de emprego; maus serviços de infra-estruturas, em combinação com uma urbanização rápida e recursos humanos inadequados e capacidades institucionais.

(CPCN, 2006)

Segundo a generalidade das prerrogativas dos relatórios da ONU sobre o problema da pobreza em Timor-Leste, os esforços para melhorar a vida e as condições de trabalho e de alimentação de 80% da população e o alcance da sustentabilidade alimentar dependem do correcto desenvolvimento do sector agrícola. A produção de alimentos, em particular do arroz, é insuficiente em muitos distritos de Outubro a Fevereiro, obrigando à migração sazonal dos membros masculinos mais velhos, que

rumam para as capitais dos distritos e em direcção a Díli, onde os migrantes esperam encontrar emprego de curta duração e melhor acesso aos alimentos (HRTJS, 2008: 6-10).

Segundo o Governo de Timor-Leste, o combate à pobreza como causa nacional passa pela promoção de um desenvolvimento equilibrado de medidas concretas assentes em iniciativas com as do Fundo de Desenvolvimento Local em vários pontos do território, que têm por objectivo estabelecer a ampliação de um conjunto de medidas de transferência de recursos nacionais para as comunidades locais através desse Fundo. Do mesmo modo, serão identificadas e reconhecidas as capacidades dos habitantes locais que interagem com as contribuições técnicas oferecidas pelo Governo. A intenção de aplicação dessas medidas é a de levar as pessoas à participação comunitária, à descentralização das directivas do Governo. Poderá ser um passo concreto no sentido de se estabelecerem medidas que visem a criação de competências sociais que conduzam ao capital social.

3.6.2. Pobreza, cultura e tradição

A criação de capital social é um aspecto que poderá funcionar como solução para se contrariar a pobreza, que é tão difundida pela óptica ocidental europeia. Se devidamente enquadrado com as tradições culturais, o capital social poderá ser uma mais-valia de modo a garantir a sustentabilidade das economias locais e simultaneamente proteger a cultura tradicional. O capital social não é somente um produto das práticas em redes sociais e exclusivos das sociedades desenvolvidas do Primeiro Mundo. De modo geral, qualquer sociedade humana possui capacidade de estabelecer as suas redes de relações inter- e extra-grupo ao criar contactos de proximidade com outros grupos e as prolongar para além do raio de acção e do espaço físico da comunidade. Claro que será muito mais fácil consegui-lo se já tiverem de algum modo atingido alguns parâmetros característicos da modernidade (TIESLER, s/d: 4). Mesmo no círculo dos “negócios menores”, como o são as actividades comerciais tradicionais efectuadas nos bazares ou nas ruas de qualquer vila ou cidade timorense, existe a possibilidade de as redes de relações potenciarem a criação e o aumento do capital social. Por outras palavras, o capital social poderá ser a solução para o que parece ser aos olhos da mentalidade ocidental a existência de bloqueios laborais que são o desemprego, baixos ordenados, trabalhar por conta de outrem, funções laborais pouco prestigiantes, e outros (MAPRIL, 2010: 3 – 4). Nessa medida, a construção de capacidades que visem o recurso ao capital social permite criar ou

investir em pequenos negócios comunitários (tendo em vista a tradição). Também o espaço / território da comunidade e o quotidiano cultural em função do processo organizacional e funcional interferem no aparecimento de capital social. O espaço rentabiliza o capital social na medida em que é agregador da comunidade e actua como *input* para a sociedade, como centro de encontros de trocas, permutas de experiências, potenciando funções sociais, onde são geradas funcionalidades comunicacionais e possibilita articulações intra- e extra-redes, estimulando e capitalizando as competências. O capital social desenvolvido pode então surgir de muitas formas, é uma estratégia para se sair da situação de aparente marginalidade (social) (MAPRIL, 2010: 3 – 4) e de aparente exclusão social que grassa por exemplo nos centros urbanos, como Díli. A obtenção de capital social poderá representar para as populações timorenses uma mais-valia de promoção de *status* e de obtenção de lucro económico, enquadrados dentro dos parâmetros das suas tradições face à cada vez mais incontornável modernidade globalizante.

Para um timorense, tradicionalmente, as noções de “pobreza” ou “riqueza” não estão directamente ligadas ao dinheiro, mas sim à capacidade de produção que a célula familiar possui, de maneira a cobrir as necessidades de subsistência. Outro aspecto importante de obtenção de capital (social) patrimonial, ou seja, de riqueza familiar, é a permuta que se faz com os bens – com os terrenos, os animais e o casamento dos filhos (tradicionalmente o – *barlake*¹¹ – os dotes dos casamentos funcionam como fonte de rendimentos a juntar ao capital da família). São esses os símbolos tradicionais de riqueza em Timor-Leste, quando considerados sob uma óptica cultural. Não identificar a tradição, a sociedade e a cultura como parcelas a serem equacionadas na avaliação da pobreza, tornará muito ilusórios e demasiado falaciosos os resultados das avaliações dos padrões de riqueza e pobreza.

No entanto, apesar de a pobreza ser um facto realmente existente, particularmente associada aos centros urbanos já culturalmente descaracterizados como Díli, são as organizações internacionais as responsáveis pela «produção» excessiva de pobres. Algumas das razões que estão na origem de avaliações generalistas e do inflacionamento dos números da pobreza encontram-se na não ponderação de parcelas como os factos culturais e sociais (e que deveriam entrar como

¹¹ *Barlake*: “casamento; contrato matrimonial (segundo os usos e costumes tradicionais), em que se assiste a uma troca de bens de valor equivalente entre a família dos noivos. Sin.: *Hafoli*. \ A família do noivo deverá dar búfalos, cavalos e *belak* [medalhão timorense], enquanto a família da noiva oferece porcos, *tais* [pano tradicional] e *mortén* [colar].” – Costa, 2000: v.g. *barlake*.

estimativas), e a fixação na cidade de Díli da maioria dos especialistas internacionais membros das ONG e ONU. Desse modo, distanciados da realidade da maioria rural da população e envoltos num ambiente aculturado, descaracterizado e em muitos casos já sincreticamente *transculturado* por influências internacionais, especialmente pelo Ocidente Europeu, torna-se difícil para a comunidade internacional distinguir com clareza o que é parte da cultura tradicional e o que já não é. Assim, a pobreza em Timor-Leste está sobretudo relacionada com a percepção dos internacionais e não com factos concretos próprias das culturas autóctones.

O principal papel dos zelosos funcionários internacionais que se ocupam dos programas de desenvolvimento económico, do combate à pobreza e à exclusão social é o de delinearem medidas e de traçarem projectos cujas metas a atingir serão a erradicação da pobreza, o estabelecimento de programas que visem promover medidas de igualdade do género, o combate à violência doméstica e o apoio de mulheres e crianças carenciadas. Mas a prontidão das organizações internacionais não é suficientemente acompanhada de incentivos à produção e à sustentabilidade, nem de outras medidas que visem a edificação de estruturas e de capacidades que possam tornar mais autónomo o público-alvo visado. Todas essas medidas poderão parecer à mentalidade e pensamento do europeu ocidental como as mais correctas, porém frequentemente não se equacionam as opiniões das populações locais sobre o que será melhor para elas.

3.6.3. Pobreza e passado histórico

As causas da pobreza em Timor-Leste não são novas. Elas têm de facto um princípio que originalmente não fazia parte das sociedades nativas, mas que devido à presença colonial europeia e à influência cultural exercida foi crescendo na sua forma. Actualmente, o que difere em relação ao passado colonial são os aspectos casuísticos, que mudam segundo o tempo, as políticas e o tipo de governação exercidos. Mas o certo é que a opinião abonatória sobre a existência da pobreza, uma vez emergida, nunca mais se desalojou de Timor-Leste permanecendo indelevelmente até ao momento actual.

Sob o prisma dos conceitos culturais do Ocidente Europeu existem numerosos pobres em Timor-Leste. No entanto, é muito frequente as pessoas possuírem diversas cabeças de gado e terrenos de onde podem tirar confortavelmente o seu sustento. A população animal é inclusivamente mais numerosa do que a humana. Contudo, os

Timorenses possuem estes animais não para consumo, mas sim como sinal de ostentação de riqueza e poder. Os animais, nomeadamente os de grande porte (gado bufalino, bovino, equídeo, suíno e caprino), são a tradicional moeda de troca dos *barlak*. Os Timorenses não têm o hábito de comer muita carne; na verdade raramente a comem, mesmo que possuam grandes quantidades de cabeças de gado e numerosas aves de capoeira (patos e sobretudo galinhas) (THOMAZ, 2008: 66 – 70). Os recursos alimentares são e sempre foram abundantes em Timor-Leste, apesar do seu aproveitamento nem sempre ter sido o suficiente (THOMAZ, 2008: 66 – 70), segundo a visão retórica dos Europeus. Já Wallace mencionava que a invulgaridade do clima era propícia ao cultivo do trigo com sucesso, mesmo a altitudes elevadas e que a obtenção de farinha e o fabrico do pão nada ficavam a dever aos do tipo europeu e americano. Ademais os nativos deixavam-se facilmente aculturar pelo uso de artigos de introdução estrangeira (WALLACE, 2009: 9) e adaptavam-se bem a reproduzirem culturas como a do milho, legumes, batatas, etc.

A corroborar esta questão sobre as raízes e a razão da pobreza terem uma ligação com o passado histórico, Wallace, fazia notar que na década de 80 do século XIX, a administração do Governo colonial do Timor Português era extremamente miserável, corrupta e que a falta gritante de desenvolvimento que se pudesse prolongar à colónia não parecia incomodar as autoridades da Metrópole. O descuido, mesmo depois de trezentos anos de ocupação, era manifesto. Wallace acusava inclusivamente as autoridades portuguesas de constantemente roubarem, saquearem e expoliarem os nativos, o que constituía uma das causas das constantes revoltas dos indígenas. Todos os funcionários do governo oprimiam e roubavam os indígenas o mais que podiam (FRANÇA, 1897: 226), descuidando inclusivamente as suas próprias condições de segurança como colonizadores. Por tantos serem os abusos, a qualquer momento seria de esperar que os nativos atacassem a cidade de Díli. Num dos exemplos de má governação que Wallace apontava aos Portugueses, ele refere que aquando de ameaças de cerco ou de aproximação dos indígenas revoltosos em direcção a Díli, os militares portugueses, prevendo a escassez de alimentos e o risco de fome que iriam suceder, açambarcavam das montanhas nas proximidades o que podiam encontrar. Para combater os rebeldes e prevenir a fome dos habitantes de Díli, a miséria e a devastação eram instaladas mais a montante, o que contribuía ainda mais para o sentimento de ódio contra os Portugueses (WALLACE, 2009: 13).

3.6.4. Pobreza e modernidade

Em Timor-Leste, verificamos a existência paralela de dois tipos de situações económicas. Actualmente existe uma pequena parte da sociedade que ainda vive segundo o seu modo de vida assente na economia de subsistência (apesar de serem cada vez menos os que vivem desse modo), produzindo pois praticamente toda a alimentação de que necessitam. Aquilo que não se produz é adquirido ou é trocado, nomeadamente nos bazares. Contudo, em termos de economia, a grande maioria da população, aculturada pelos padrões da modernidade, depende do capital monetário para adquirir os produtos de necessidade básica (ou até dos produtos supérfluos).

Os hábitos fortemente enraizados na maioria das vezes resistem aos avanços da modernidade. As tradições são de facto muito fortes e difíceis de abandonar, embora seja um processo que já esteja em marcha. Apesar das circunstâncias e factos concretos relacionados com a cultura e tradições se encontrarem muito enraizados, ainda assim, pensadores e membros das organizações internacionais insistem em que é necessário mudar os hábitos dos nativos para se contrariar a crescente corrente da pobreza, como aliás se pode observar pelos relatórios consultados.

Aposta-se então na educação escolar e em acções de formação no sentido de fazer mudar as mentalidades e de tornar a agricultura ou a agropecuária em actividades lucrativas e úteis à economia da terra (THOMAZ, 2008: 66 – 70), mas simultaneamente com a intenção de as pessoas progressivamente irem abandonando os hábitos que, na perspectiva ocidental, constituem uma barreira ao progresso.

A análise da situação económica de Timor-Leste após a restauração da independência mostra que o país tem feito uma boa recuperação devido ao crescente aumento e circulação de capitais de investimento estrangeiros. Os indicadores financeiros apontam que Timor-Leste tem estado a desenvolver-se financeiramente desde a desanexação da Indonésia e vai continuar essa fase de crescimento económico durante os próximos anos.

Em 2002 a economia leste-timorense começou a recuperar do retraimento que se seguiu à partida de vários milhares de membros da ONU e que artificialmente animavam a economia desde 1999. Registou-se inclusive um aumento significativo na produção de alimentos apesar da seca que afligiu a ilha nesse ano e que se prolongou até aos princípios de 2003. Em 2004 registou-se um pequeno retraimento da economia relacionado com a descida da criação do capital fixo e o valor acrescentado não petrolífero por pessoa caiu para cerca de 365 USD em 2004 – 2005 (CPCN, 2006). No

entanto, desde 2003 que se registava um aumento da capacidade produtiva interna que contribuiu para a diminuição da inflação doméstica e para a diminuição dos níveis de importações de bens alimentares. Entre os indicadores que ajudam a perceber o grau de desenvolvimento económico de Timor-Leste, estima-se que o PIB (Produto Interno Bruto) não petrolífero tenha crescido cerca de 2% em termos reais em 2005 e as previsões então elaboradas consideravam que o rendimento *per capita* previsivelmente iria aumentar acentuadamente em cerca de 900 USD (CARDOSO, 2011: 23 – 25).

Segundo os dados disponibilizados pelo Banco Mundial relativos ao ano de 2005, o rendimento *per capita* atribuído a Timor-Leste foi de 55 660 USD. Paradoxalmente, este valor situa Timor-Leste entre os países mais ricos do Sudeste Asiático. Comparativamente, no mesmo período, a Indonésia possuía 13 350 USD e a Malásia (um dos países economicamente mais estáveis do Continente Asiático) rondava os 55 326 USD *per capita* (CARDOSO, 2011: 23). Ainda em 2005, o PIB de Timor-Leste aproximava-se dos 349 milhões USD (CARDOSO, 2011: 23). É um valor bastante alto atendendo que Timor-Leste é constantemente referido em relatórios e em literaturas sobre a situação de desenvolvimento económico como um dos países mais pobres do Sudeste Asiático.

Em 2006 as previsões sobre a taxa de crescimento do PIB também foram positivas, esperando-se um aumento em cerca de 5% (CPCN, 2006). Segundo informações do Banco de Portugal, apesar de se ter registado um acréscimo da inflação em 2007, relacionado com o aumento da importação de arroz e o aumento do seu preço real em 70%, a partir de 2009 o valor inflacionado do arroz começou a declinar acentuadamente na ordem dos 7% (CARDOSO, 2011: 23 – 25).

Em 2008, Timor-Leste esteve entre as dez nações com o crescimento económico mais rápido (CARDOSO, 2011: 23 – 25). Apesar de em 2009 o crescimento económico ter tido um ligeiro recuo, o PIB não petrolífero alcançou estimativas positivas com valores reais na ordem dos 7,4% e com uma previsão de crescimento para os 7,5%, alcançando a posição cimeira do Sudeste Asiático. As previsões apontavam um crescimento de 0,4 milhões USD ao ano desde 2010 até 2015 do sector petrolífero e a economia não petrolífera sofreria um aumento de 600 USD *per capita* durante o mesmo período. As previsões financeiras indicavam que Timor-Leste se encontrava entre os dez países com o crescimento económico mais rápido do Mundo durante o ano de 2011 (CARDOSO, 2011: 23 – 25). Esta é a realidade que os números revelam e que contrariam a outra realidade explanada nos relatórios internacionais, de que Timor-

Leste continua a ser o país mais pobre de toda a Ásia. Os dados acima analisados são em tudo indicadores reais bastante positivos, que tornam Timor-Leste num país bastante atractivo para futuros investimentos nos próximos anos. Até 2020, espera-se virem a contribuir para a criação das condições básicas ao nível de infra-estruturas de educação e formação, saúde, produtividade agrícola, auto-suficiência, urbanização sustentável e outros sectores da indústrias e serviços. Todas estas positivas probabilidades são baseadas em análises que atribuem vantagens ao facto de Timor-Leste apresentar uma sociedade jovem, vibrante e dinâmica (mas que entra em forte contradição com a característica inércia dos Timorenses), capaz de estabelecer metas em conformidade com a modernidade. Talvez estas análises sejam sobretudo baseadas na circunstância de a economia petrolífera continuar a ser nas próximas décadas rentável, sendo desde já o suporte económico mais notável, constituindo uma fonte de receitas fundamental para o orçamento do Estado. Por sua vez financiará outros investimentos públicos e estruturais para o desenvolvimento de novos capitais, entre os quais o valiosíssimo capital humano. Quanto ao factor pobreza, em termos reais, entre 2007 e 2009 os indicadores dizem que existiu uma diminuição de 9% da pobreza extrema. De facto, de um estudo em que constavam 81 países envolvidos, os quais estiveram incluídos em 167 episódios de conflito armado, a taxa média de crescimento foi de 5% e Timor-Leste registou uma taxa de crescimento na ordem dos 15% desde 2006 (CARDOSO, 2011: 23 – 25).

O fenómeno da globalização implica o nascimento de sociedades de consumo, ansiosas por alcançarem os padrões de desenvolvimento, de modernidade e de sofisticação do Primeiro Mundo e, como tal, implica inclusive profundas alterações culturais e sociais. A globalização em si pode igualmente acarretar fenómenos localizados de aculturação que se operam devido à introdução de bens de consumo, pela veiculação de ideias que, por serem tão diferentes das da cultura de acolhimento, tornam-se a causa de desajustes socioeconómicos onde dantes havia equilíbrio. Mesmo em sociedades que, sob a óptica europeia, são tidas como subdesenvolvidas e onde já existiam formas de diferenciação profunda de poder aquisitivo, nasce o desejo de imitar o Ocidente. O que é europeu torna-se alvo de ambição e uma meta a atingir. As diferenças e desequilíbrios instalados notam-se tanto mais, quanto maior a distância a que se encontrarem essas sociedades dos parâmetros culturais e sociais europeus.

Para os Timorenses, receber a globalização na actualidade não será muito diferente da atitude com que no séc. XVIII e XIX as sociedades nativas das Américas

receberam a Revolução Industrial. A Revolução Industrial que consistiu num conjunto de transformações tecnológicas que tiveram um impacto directo no processo de produção, originaram uma capacidade de obtenção de excedentes que até então a Humanidade não tinha sido ainda capaz de produzir. Apesar de já não ter a mesma importância e de actualmente o seu sentido já estar ultrapassado para a Europa, foi uma etapa ou, se preferirmos, um estágio evolucionário de charneira, que teve o seu epicentro em Inglaterra durante meados do séc. XVIII, que se espalhou pelo continente e de seguida foi exportado para as colónias e ex-colónias europeias da América do Norte, Canadá, etc. (FERGUSON, 2011: 233 – 239). Para as comunidades europeias radicadas no Novo Mundo, por exemplo, não foi tão chocante receber as inovações industriais; no entanto, para os nativos dessas regiões, o choque com que receberam as inovações industriais foi enorme e não deverá ter sido menor do que aquele que sentiram quando, séculos antes, receberam pela primeira vez os Europeus. Timor-Leste não passou por uma revolução industrial, não teve nenhum pré-estágio que fizesse sentir menos o choque da globalização. Por não ter tido uma revolução industrial, não pôde nunca ter tido uma sociedade de consumo segundo os padrões da modernidade, já que a superprodução em massa só faz sentido quando se consome ou pelo menos quando se consegue escoar o produto, exportando-o. Os Timorenses sentem o impacto do fenómeno da globalização de maneira diferente dos Europeus. O seu modo de vida nunca se viu compartimentado pelos parâmetros impostos pela civilização ocidental *modernizante*, já que “civilização implica especialização de funções” (THOMAZ, 2008: 50).

Concomitantemente especializar pessoas e disponibilizar funcionalidades sociais, de trabalho e emprego, só se torna possível se se oferecer um ensino escolar e formação profissional adequados. O período colonial indonésio também o fez e ainda mais eficazmente. Os índices de alfabetização e de literacia têm aumentado substancialmente nos últimos anos desde que a ONU assentou arraiais em Timor (CPCN, 2066: 9 – 10). Mas desviar uma grande fatia da população jovem dos seus hábitos ancestrais significa que terão de ser providenciadas oportunidades de emprego, que terão de se conceber novos mercados de trabalho economicamente viáveis (especialização de tarefas) e toda uma série de infraestruturas, tais como segurança social, assistência médica, etc., que possam sustentar milhares de timorenses em conformidade com os parâmetros da modernidade, mas que em contrapartida já não produzem para a sua própria auto-subsistência. Significa também que terá de se

resolver o problema da produção de bens de consumo directamente relacionados com a agricultura e a agro-pecuária, de modo a colmatar-se a carência de toda uma série de pessoas que doravante já não trabalharão mais a terra, de onde tiravam a subsistência. Significa que para isso teria de haver a industrialização da agro-pecuária, o que está muito longe de acontecer (THOMAZ, 2008: 60 – 65). Desse modo, terão de se aumentar as importações de bens de consumo básico, o que significa aumentar a dependência do exterior. Desviar as camadas mais jovens do modo de vida tradicional significa atribuir-lhes outras funções sociais. Mas significa que terá de haver emprego compatível com uma nova classe alfabetizada que entretanto emerge, uma vez que haverá uma maior diversificação de oferta de mão-de-obra instruída. Ora, é precisamente aqui que surge o problema: criam-se impactos e expectativas culturais que ficam à partida gorados. As pessoas, uma vez desabitadas de subsistir segundo os seus hábitos e modos de vida tradicionais, terão obrigatoriamente de depender de outras fontes de rendimentos, que poderão ser monetariamente mais lucrativas, mas que são por esse motivo mais instáveis e arriscadas. O consequente abandono dos hábitos de subsistência estabelecidos nos moldes tradicionais torna muito difícil fazer com que regressem novamente para as suas tradições relacionadas com a agricultura, o que na prática compromete de facto a auto-sustentabilidade a que os timorenses estavam habituados. A pobreza também nasce desse desconjuntamento abrupto com o modo de vida precedente face às expectativas inoculadas pela cultura da modernidade (europeia e global).

3.7. Síntese

Ao longo deste capítulo foram equacionados os aspectos que em nosso entender se relacionam directamente com o fenómeno da globalização e que são as migrações e movimentação de pessoas, os contactos e transformações culturais daí advindos e a capacidade de influência das organizações internacionais presentes em Timor-Leste, nomeadamente as ONG e a ONU.

Os sistemas monetários leste-timorenses mereceram a nossa atenção, dado que o seu estudo nos ajudou a compreender que certos aspectos que caracterizam a internacionalização já eram de algum modo embrionários muito antes do fenómeno da globalização ter sido identificado nos anos 80 do séc. XX.

Vimos que a assimilação dos ideais ocidentais assenta sobretudo na adopção de dois valores – a ideia de modernização e a democracia. No que concerne à pobreza, a

intenção foi a de focar e de demonstrar a relação (inequívoca) que existe entre o fenómeno da globalização *modernizante* e a emergência da pobreza em Timor-Leste. Foi feito também o estudo de como modo-geral é percebida a pobreza e a relação existente com cultura, tradição, passado histórico e modernidade.

Ficou explícito que a cultura e a tradição são factores preponderantes para uma correcta avaliação dos parâmetros de riqueza/pobreza e que a definição de pobreza em Timor-Leste tem sido feita de maneira menos objectiva, como aliás se pode observar pelos longos, burocráticos, complicadíssimos relatórios e estudos monográficos sobre o assunto, nos quais as opiniões mais simples vão sempre no sentido de extrapolar e evidenciar a existência da pobreza.

O problema em avaliar-se a pobreza está pois relacionado mais com a percepção do que propriamente com a escassez monetária ou de outros meios. É também um problema de distribuição da riqueza, como ficou visto pelas observações *in situ* e suportadas pelo tratamento da informação enunciada nos relatórios.

Internacionalização, modernização e globalização entram em contradição com a tradição cultural. Internacionalizar e modernizar podem de facto significar riqueza, bem-estar social e económico, mas, como ficou demonstrado, podem também significar real empobrecimento.

4. TRANSCULTURAÇÃO NA ARQUITECTURA VISUAL TIMORENSE

O estudo apresentado neste capítulo pretende apenas ser mais um contributo para o conhecimento da sociedade timorense actual pela interdisciplinaridade que faz parte do tema que aborda o impacto da cultura e sociedade europeias em Timor-Leste. Por não ser um tema habitual, a experiência e os conhecimentos para estudar este assunto tão específico foram adquiridos com a prática de campo previamente desenvolvida na ex-colónia portuguesa de Timor ao longo de mais de um ano de serviço efectuado no âmbito da ONU. O contacto directo então obtido com as culturas mauberes entre 2010 e 2011 permitiu a compreensão do tema proposto, sem o qual alguns dos aspectos tratados não teriam sido possíveis. A missão internacional de serviço foi por isso fundamental para o recolher e assimilar de competências culturais que permitissem reflectir e posteriormente trabalhar também a nível bibliográfico sobre este assunto. Esta tarefa resultou da observação visual e posteriormente das leituras, que complementaram a maturação de ideias sobre os factos culturais próprios dos Timorenses e as notórias interferências europeias ocidentais nos costumes tradicionais.

O capítulo encontra-se dividido em 6 partes. Começamos por apresentar algumas das questões que constituem o fio condutor do estudo sobre a transculturação na arquitectura (visual) de Timor. De seguida, será equacionada uma possível definição de arquitectura tradicional timorense. Iremos analisar aspectos da cultura, identidade e transculturação, mais relevantes para o assunto em estudo, enquadrados numa lógica de espaço/território e da arquitectura. Serão comentados o trânsito e cruzamentos de culturas, ou seja, o impacto cultural que as migrações exógenas exerceram na arquitectura (visual) timorense e será debatido o tema da arquitectura tradicional timorense face à experiência urbana na modernidade e o seu simbolismo.

4.1. Ideias prévias

Uma das questões colocadas neste capítulo foi saber qual seria a matéria-prima com que se iria trabalhar dentro do parâmetro da arquitectura. Este capítulo tem por isso uma componente prática, baseada no espólio de fotográficas recolhidas pelo autor durante pouco mais de um ano no teatro de operações, em Timor-Leste. As imagens constituem a matéria-prima de trabalho e são observadas na perspectiva da cultura visual. A sua análise será feita em contexto de trânsito, de cruzamento de culturas e da globalização. Trata-se pois do exame das imagens fotográficas através do prisma da

transculturação. Apesar de as imagens sobre arquitectura timorense falarem por si, a sua interpretação levantou questões:

- A arquitectura timorense, tanto aquela que ainda se ergue nos moldes da tradição, como a que se encontra alterada pelas influências europeias e indonésias (o cruzamento de culturas), é uma forma de arte, ou apenas algo de meramente funcional, apesar de as alterações às suas linhas serem evidentemente inestéticas para os valores da cultura europeia?

- Que conclusões socioculturais podem ser tiradas do estudo feito através da sua visualização?

As observações dos traçados arquitectónicos dão-nos pistas, não só do estranho “exotismo” face à crescente interferência da modernidade, mas da singularidade dos seus significados. A narrativa visual (que se possa obter) através da leitura arquitectónica será uma história que se conta através da leitura da imagem. É assim que se tenciona construir o discurso – pela imagem. A narrativa visual possui obviamente a sua subjectividade de análise, pois, para se observar, estudar e comentar, é necessário ao observador possuir competências que permitam descodificar o discurso exigido.

As sucessivas influências culturais que se fazem sentir sobre as sociedades timorenses nos últimos anos têm estado a alterar consideravelmente os hábitos e modos de vida das populações, ao condicionar, em certa medida, escolhas, comportamentos e gostos. Muitas dessas mudanças passam pela transformação dos costumes arquitectónicos tradicionais cada vez mais destituídos das suas funções culturais e sociais, substituídos por comportamentos urbanísticos que são, do ponto de vista cultural completamente estranhos às tradições indígenas, porém, mais imediatos e “economicamente mais rentáveis” em relação à arquitectura tradicional. Estas alterações estão a deixar marcas indeléveis na paisagem urbana e na vida das populações timorenses.

Actualmente, já não existem praticamente espaços urbanos, sejam cidades ou mesmo aldeias, “intocadas”, ou, se preferirmos, livres da poluição visual provocada pela modernidade um tanto forçada a que os Timorenses têm estado sujeitos. Muita dessa contaminação é provocada pela conjunção caótica de materiais como betão, chapas de zinco, plásticos e de um indeterminado número de artefactos e objectos que visualmente influem cada vez mais na actual arquitectura timorense.

Grande parte desses materiais, colocados à disposição dos autóctones pelas organizações internacionais e ONG em missão humanitária naquele território, proporcionam as alterações que se estão a fazer sentir na produção da cultura material. Ademais, existe uma grande incapacidade das autoridades do país para protegerem o seu património cultural quer por falta de estruturas adequadas, quer por falta de formação e angariação de competências sociais. Paralelamente, num mundo cada vez mais globalizado, e apesar de assistirmos a um crescente interesse da valorização das diferenças e do socialmente distinto (cf. CENICACELAYA e BAGANHA, 2004), a importância da identidade não está ainda totalmente presente nem valorizada no que se refere à preservação da arquitectura tradicional em Timor.

A cultura visual é um campo de estudo que engloba vários conceitos da arte e da ciência, nomeadamente das artes visuais, da história da arte, e da antropologia, apoiando-se sobretudo em itens culturais suportados por elementos visuais. É uma disciplina que pretende ensinar a ler imagens e desenvolver soluções de comunicação através de ferramentas artístico-culturais e científicas. É a literacia da imagem, obtida através da observação e da análise. Para tal, a cultura visual exige ao observador que tenha competências culturais, habituação à questionação (como técnicas introspectivas) sobre as imagens ou fotografias, que são ferramentas primordiais, necessárias para a interpretação das imagens. Sem elas não há potencial crítico. Quando as imagens são de leitura universal, diz-se que são de leitura fácil, de leitura *transculturalável* – a modo de exemplo, ler a imagem da *Pietà* de Miguel Ângelo, será acessível a toda a gente, o que se vê é o que é. De modo geral, a arte clássica não necessita de intérpretes que nos ajudem a ler (superficialmente) o que observamos. Claro que, se quisermos fazer uma análise profunda ou com carácter de estudo, então teremos de nos auxiliar das competências previamente adquiridas ou de recorrer a um intérprete. Nós utilizamos a nossa memória para ler as imagens. Recorremos a ela e às imagens que a mente possui no seu repertório arrecadado. A mente tem arquivos de memórias de imagens e com elas vamos fazer uma associação com o que observamos. A experiência e o sucessivo acumular de conhecimento funciona como chaves de leitura.

O discurso arquitectónico abarca narrativas, pequenas e grandes, que vão contando a sua história, auxiliadas pela maneira como é observado o objeto (como uma imagem) e sob a perspectiva da comunicação. O discurso é pois simultaneamente um

acessório e uma ferramenta útil para a compreensão de sentimentos e atitudes que estão por trás das identidades.

Deste modo, este capítulo surge com o “objectivo de formar um pensamento crítico sobre imagens e representações materiais”¹², elaborado a partir da visualização de imagens fotográficas e que se articulam com os processos de transculturalidade. A leitura que se possa fazer, para além de pretender ser mais um simples texto contributivo para a cultura maubere, reflecte sobre o modo como a cultura visual timorense, ao nível da arquitectura, se articula com as interferências culturais exógenas, em particular com a europeia, e com as culturas oriundas da Indonésia, das regiões de Java e de Báli, respectivamente muçulmana e hindu, que se exercem sobre as sociedades autóctones timorenses. Além do mais, pretende-se que seja um documentário analítico sobre as imagens visionadas da arquitectura timorense, não esquecendo que, apesar de a cultura maubere conter manifestações únicas e ímpares, ela se insere num espectro mais amplo, naquilo que constitui a diversidade cultural do arquipélago indonésio.

A análise da arquitectura visual timorense no contexto da transculturação passa também pela avaliação da hipótese da cultura visual europeia, presente e patente em Timor ter sido “imposta” no âmbito dos processos da colonização e presentemente pelos processos da globalização. Paralelamente, questiona-se o facto de as imagens veiculadas através dos meios audiovisuais como a televisão, a Internet, a imprensa, entre outros, estarem a exercer igualmente um impacto como agentes de mudança e de transformação da cultura e dos modelos que estruturam a sociedade.

Definido o objecto de análise, teremos então de precisar directamente o tema a ser estudado. Trata-se de perceber a arquitectura timorense no espaço da cultura visual e da transculturalidade e de como se operaram o trânsito, cruzamentos e influências culturais que estão implicados nas alterações arquitectónicas, bem como a estruturação identitária e de agregação da comunidade em contexto de espaço/lugar e de arquitectura. É um tema que será aprofundado através da comparação bibliográfica, adoptando-se dois caminhos para o seu estudo que são as contextualizações históricas, sempre que existir pertinência para isso, o empírico, através da análise e da síntese das obras que versem sobre esta temática, e o analítico (racional e científico), que serão as conclusões obtidas.

¹²Ideia veiculada pela Professora Doutora Luísa Soares durante o Seminário de Cultura Visual e Transculturalidade.

O tratamento das fontes bibliográficas incidiu nomeadamente na consulta das duas obras consagradas e inéditas das ciências sociais e humanas de Ruy Cinatti, *Motivos Artísticos Timorenses e a sua Integração* (cf. CINATTI, 1987) e a *Arquitectura Timorense* (cf. ALMEIDA; CINATTI; MENDES, 1987), ambas circunscritas ao estudo da cultura material e social dos povos timorenses, e na adaptação do texto de Richard Williams (cf. RAMPLEY, 2005), dedicado ao estudo da arquitectura no campo de acção da cultura visual.

Os materiais bibliográficos sobre um tema tão exclusivo e ainda tão pouco estudado como é a cultura visual timorense são praticamente inexistentes e, como tal, não possibilitam uma clara contraposição de ideias ou de teses que lhes pudessem estar eventualmente associadas.

4.2. Definindo a arquitectura tradicional timorense

Em termos muito gerais a arquitectura pode ser definida como a arte de construção de edifícios com intuítos estéticos e funcionais, que acolhe simultaneamente aspectos e preocupações de estilo e artísticas. Para os gregos antigos, a arquitectura era a sabedoria de construir. Modernamente, a funcionalidade e a estética são os dois pontos fulcrais que alicerçam a arquitectura e são esses os pontos-chave ao cuidado do arquitecto. A arquitectura é também o método ou o estilo de construção que caracterizam uma civilização e uma época, produto da cultura social que tem por objectivo servir a sociedade dentro de uma multi-variedade de aspectos e funções. Do ponto de vista social trata-se da estruturação dos espaços e da resolução das dificuldades relativas à organização dos lugares e à satisfação das exigências do quotidiano dos indivíduos. A arquitectura é expressão de cultura e de relações plurais humanas¹³.

Num sentido mais restrito, circunscrito à cultura timorense, a noção de arquitectura engloba a construção de edifícios habitáveis, tendo em vista a sua funcionalidade (acomodar pessoas e animais) e é tecnicamente assente em princípios rudimentares de engenharia. A arquitectura tradicional timorense procura satisfazer as necessidades físicas e morais das pessoas ao proporcionar abrigo seguro, comodidade, se possível economia na construção, que, no caso da arquitectura tradicional timorense tem a ver com a poupança de esforços e de energia dispensados para a sua construção.

¹³ Informação construída a partir da entrada “arquitectura” da *Enciclopedia Universal Ilustrada Europeo-Americana* (Tomo VI). Madrid, Barcelona: Editores ESPSA-CALPE, SA.

É também um espaço e lugar de cultura onde a comunidade exprime a sua ideia de construir (ALMEIDA, CINATTI e MENDES, 1987: 26) e é uma expressão da cultura material.

A matéria-prima de construção das edificações tradicionais timorenses é inteiramente constituída por materiais de origem vegetal (ALMEIDA, CINATTI e MENDES, 1987: 26; THOMAZ, 2008: 268), amplamente disponíveis entre os recursos naturais da ilha. As casas são habitualmente construídas sobre estacas (THOMAZ, 2008: 268), variando a sua altura em relação ao solo conforme o estilo de técnica de construção da região onde se inserem. Observam-se contudo algumas habitações implantadas directamente sobre o solo, sem qualquer tipo de estacas a suportar-lhes a base da estrutura, mas estas representam apenas uma minoria do total das construções (ALMEIDA, CINATTI e MENDES, 1987: 26). O domínio europeu, nomeadamente o português, e a influência indonésia exerceram alguma influência na alteração dos estilos de construção e na introdução do tipo de casas alicerçadas directamente sobre o solo. As casas directamente assentes no solo, portanto sem estacas de madeira a elevar a plataforma que constitui a base da habitação, não são tradicionais da cultura arquitectónica dos grupos etnolinguísticos de Timor. Elas são uma introdução directa dos Portugueses e foram adoptadas por nativos, que as tentavam copiar atendendo à realidade dos estrangeiros (Portugueses).

As casas assentes directamente no solo, construídas, segundo a tipologia tradicional, em colmo e madeira, originalmente não tinham como função abrigar pessoas. Ninguém vivia nessas casas. A única funcionalidade que se sabe existir para elas é a de alojar os *malai* (estrangeiros) e de por vezes servirem como casas da guarda do *liurai*. Ainda mais excepcionalmente, algumas dessas casas poderiam desviar-se das suas funções de guarida para estrangeiros ou de vigia, sendo aproveitadas como casas de banho, o que traduz neste caso uma real aculturação de ideia da funcionalidade da casa. Colocar a casa de banho e a cozinha à parte, isto é, do lado de fora do resto da casa, é uma característica da «nova arquitectura» timorense, que encontramos actualmente um pouco por todo o território. Tradicionalmente, as habitações não possuem casas de banho, apêndice arquitectónico cuja funcionalidade é desconhecida para os Timorenses. Apenas a «cozinha», ou melhor, a lareira, onde se preparam as refeições, são dentro das casas.

O modelo português de casas, construídas em alvenaria e cimento não obedecia a nenhum estilo arquitectónico em especial, nem tampouco ia assentar as suas raízes na

cultura tradicional arquitectónica portuguesa. Elas eram de construção simples, rápida e económica. Para os Portugueses seria algo muito mais prático que as casas tradicionais timorenses construídas em madeira e fibras vegetais. A intenção dos Portugueses ao construírem essas casas era simplesmente a de servirem como habitação para os metropolitanos. Salvo as excepções que existem em todos os casos, os colonos não iriam viver em casas de tipologia nativa, dado que não eram adequadas ao cariz civilizador emanado da administração.

Posteriormente, durante o período de ocupação colonial indonésia, estes só propagaram o que já existia, mas de um modo muito mais eficaz e em grandes quantidades. O interessante desta questão é que a transculturação dos modelos arquitectónicos das casas timorenses iniciada pelos Portugueses foi amplamente expandida pelos segundos proprietários do território, mas com objectivos estratégicos que os Portugueses não contemplavam. Os Indonésios propagavam esse modelo de construção simples e rápida de modo a realojarem facilmente grandes quantidades de pessoas num lapso de tempo relativamente curto. Neste caso, as transculturações efectuadas já não eram só ao nível da cultura arquitectónica, mas sim ao nível das abruptas mudanças que efectuavam nas populações, ao forçarem-nas ou incentivá-las a deslocarem-se das suas aldeias nativas para aldeamentos construídos com o propósito de separarem populações idênticas e de modo a enfraquecê-las através da divisão. Era literalmente dividir para reinar. Ao fazê-lo estavam a desconjuntar as raízes ancestrais dos nativos e a enfraquecer os laços familiares do clã e, numa base mais alargada, a desarticular o sentimento de agregação social do grupo tribal.

Presentemente, depois da segunda independência, em 1999, devido à influência dos largos contingentes de pessoas das zonas mais díspares do planeta que se encontram na ilha ao serviço da ONU e de organizações internacionais, a construção de habitações apresenta cada vez mais profundas influências de estilos desconexos, elaborados numa base de improviso, com materiais “modernos” que na realidade são os desperdícios e o lixo produzido pelos internacionais a viverem em Timor-Leste.

4.3. Arquitectura e simbolismo: representação identitária e etnicidade

Qual o simbolismo da arquitectura timorense?

Para responder a esta questão optou-se por analisar a arquitectura tradicional timorense pelo prisma da arte e da funcionalidade. A casa (*uma*) um pouco à semelhança do que representa a árvore para a cosmogonia timorense, é a representação

do universo na terra (segundo Cinatti, é uma representação meso-cósmica), para o homem timorense (cf. CINATTI, 1987). Para os Belo, falantes de tétum, e para os Fatulukos, falantes de língua fatuluko, a casa representa o barco que os antepassados usaram quando aportaram à ilha. A lenda refere que, assim que o grupo de viajantes chegou a terra, virou o barco ao contrário de maneira que este propiciasse alguma protecção. Ao voltearem a embarcação, a quilha converteu-se no telhado, transmutando a funcionalidade outrora marítima da embarcação (cf. CINATTI, 1987). A embarcação, ao transformar-se, adquiriu outra nova função, desta vez como habitáculo que lhes providenciou abrigo e segurança. Doutra maneira, para os habitantes da região de Viqueque, a casa representa o búfalo. O simbolismo representado pelo búfalo está também ligado ao do crocodilo (*lafaieke*) (cf. CINATTI, 1987), o avô crocodilo é o antepassado dos Mauberes, que terá chegado à ilha a partir de outras ilhas situadas a oeste (no extremo sul da Insulíndia). O crocodilo que sulcava o mar alto há muito tempo transformou-se numa extensa língua de terra; deste modo, proporcionou ao seu povo um local para viver. É assim que através do mito os Timorenses explicam a sua presença como povo e a existência da ilha. Os mitos timorenses explicam toda uma série de coisas, factos e acontecimentos, entre as quais a função das habitações. O mito é o simbolismo que satisfaz a pretensão dos espíritos das pessoas. Conhecendo a cultura e as particularidades das sociedades timorenses, identificando o seu simbolismo patente nos mitos, a leitura visual da arquitectura fornece-nos informações sobre a história dos grupos humanos presentes no território.

O filo genético das populações timorenses com as das ilhas circundantes é indiscutível e coincidente com a produção da cultura linguística, das ideias, dos mitos e com a realização da cultura material. De modo análogo, pela observação do traçado da arquitectura das casas e da sua orientação (cf. CINATTI, 1987), é igualmente possível estabelecerem-se filios arquitectónicos com as casas de grande parte do Sudeste Asiático, que abrangem alguns limites mais a levante do Extremo Oriente, ainda dentro das fronteiras da cultura austronésia. A provar esses factos estão alguns topónimos de expressão geográfica, como Luzon, nas Filipinas e em Malaca (cf. CINATTI, 1987). Mas as genealogias arquitectónicas das casas timorenses vão até mais longe, ao Japão, onde, segundo o relato de A. Osório de Castro (*apud* CINATTI, 1987) existiria uma notável semelhança entre a casa sagrada (*uma lulik*) do régulo de Laga (localidade situada entre Baukau e Lospalos) e a das casas do interior do Japão, assente

sobre esteios, sustentando a meio uma plataforma em madeira, aberta, assenta um andar, coberto de um alto tecto em pirâmide irregular truncada, e encimada a truncatura por uma construção sobrepujante em forma de gondola, com, entre as quilhas, uma camara quadrangular. (...)

(CINATTI, 1987: 164).

Voltando á questão colocada no início do presente capítulo: a arquitectura timorense que ainda se ergue nos moldes da tradição, como a que já se encontra algo alterada pelas influências europeias e indonésias, é uma forma de arte, ou apenas algo de meramente funcional?

Recorramos então aos estudos de Ruy Cinatti e de Richard Williams para um melhor distinção e compreensão. Para Cinatti, é o estudo atento da habitação rural insular dos Mauberes que constitui uma verdadeira lição de adaptação ao meio ambiente. Na sua ideia, das construções timorenses, poderiam ser tiradas valiosas lições a ser aplicadas aos *habitats* urbanos de raiz não autóctone, que ele designava como os “princípios orientadores e inspiradores da arquitectura urbana” (ALMEIDA; CINATTI e MENDES, 1987: 11).

Habitar em espaços arquitectónicos é uma circunstância transversal à grande maioria das sociedades humanas, modernas ou arcaicas. Funcionalmente, nos espaços arquitectónicos desenvolvem-se as funções relacionadas com o quotidiano da comunidade, trabalho, casamento, o nascimento, a morte e de uma série de ritos e funções e actividades próprias de cada grupo. A importância social da arquitectura, relaciona-se também com o espaço territorial e pela maneira como influencia a vida das comunidades, impondo limitações, por um lado, e oferecendo novas soluções e oportunidades, por outro. A sua importância é essencial, quase capital. Estruturalmente, os espaços arquitectónicos definem os movimentos das pessoas que o habitam (RAMPLEY, 2005: 102 – 103).

É certo que sem a arquitectura não se vive a contemporaneidade. As edificações encontram-se extraordinariamente patentes em toda a modernidade, são incontornáveis, omnipresentes e fazem parte do quotidiano (RAMPLEY, 2005: 102 – 103). Este facto é válido também para as sociedades tradicionais, de modo que pode dizer-se que a arquitectura tem uma agenda pública ao serviço das sociedades, mesmo que construídas sob os moldes da tradição e do arcaísmo.

Não obstante a arquitectura moderna e urbana possuir uma linguagem com regras e codificações específicas e difíceis de serem plenamente entendíveis pela grande maioria do público, subsistem no geral muitos outros âmbitos de aplicação que poderão ser entendíveis aos “não iniciados”, originando outras leituras alternativas sobre o tema (cf. RAMPLEY, 2005). Resumidamente, como se pode ler e vivenciar a arquitectura visual? De facto, o domínio de competências culturais é útil para uma correcta e adequada leitura. A importância da arquitectura como imagem, sobretudo na pós-modernidade, outorgou à arquitectura visual valor simbólico, tendo vindo a criar uma linguagem visual própria desenvolvida sobretudo no período da modernidade e da pós-modernidade.

No âmbito da modernidade, a arquitectura está constantemente a oferecer novas possibilidades de leituras alternativas e discursivas – ela é símbolo, possui mensagem, logo, é discursiva. A arquitectura é também uma complexificação social, profissional (RAMPLEY, 2005: 107), um conjunto de símbolos, uma experiência social e urbana, cuja produção deverá obedecer a preocupações de harmonia (social), de modo a que possam ser frequentadas por uma infinidade de pessoas e disponibilizando-se a vastos contextos sociais (RAMPLEY, 2005: 102-103; CINATTI, 1987).

Ao contrário da grande maioria dos autores do mundo artístico, o arquitecto é um criador que trabalha com três dimensões e que precisa de auxiliar-se através das competências de outras artes para a realização do seu trabalho (RAMPLEY, 2005: 103). No exercício da sua função profissional, ele está no entanto condicionado por numerosos parâmetros que escapam à sua acção (RAMPLEY, 2005: 107). A arquitectura engloba muito mais do que apenas a produção material de uma ideia de uma única pessoa. Na verdade, há a ter em conta aspectos que podem influenciar os padrões artísticos concebidos pelo arquitecto (RAMPLEY, 2005: 107), como a localização geográfica, o espaço e *habitat* envolvente, a tipologia da construção em relação ao espaço circundante e disponível, e os custos, que, no caso de Timor-Leste, se traduzem por rentabilização dos esforços na procura dos materiais empregues para as construções e na quantidade de mão-de-obra necessária.

A arquitectura como criação e expressão artística pode ser manifestada de várias maneiras (RAMPLEY, 2005: 105 – 106), causando sempre alguma subjectividade ligada a diversos factores, como o são os estilísticos, os estéticos, os éticos, os criativos e principalmente a dependência da leitura do observador. Os exemplos dados das leituras arquitectónicas produzidas por Ruy Cinatti e Richard Williams demonstram

que apesar de separados no tempo e de ambas as teses se reportarem a contextos geográficos e culturais completamente distintos, ambas fornecem propósitos sociais e estéticos e que, segundo Williams, são as qualidades que devem estar sempre presentes no espírito do arquitecto (RAMPLEY, 2005: 108).

Aparentemente, o passado pluricultural dos Timorenses não está muito distanciado do presente no que se refere ao mundo multicultural actual onde se insere, com uma manifestação de vida em comunidade marcada pela influência de várias culturas austronésias melanésias presente na sua história desde a mais remota antiguidade.

A cultura é um facto social dinâmico e mutável, um *continuum* que, sob determinadas condições, se reformula transculturando-se (cf. ORTIZ, 1991). As transmutações culturais ocorridas foram originadas pelas diferentes migrações, as quais têm constantemente afluído ao território e proporcionam a ampla multiplicidade de aspectos culturais que estão actualmente presentes nas sociedades autóctones, ao exercerem aquilo que são as “redefinições” identitárias.

Os processos de transculturalidade já há muito que se fazem sentir em Timor-Leste. Este facto é perceptível na obra “*Arquitectura Timorense*” (1987) de Ruy Cinatti, coadjuvado por Leopoldo de Almeida e Sousa Mendes, dedicada ao estudo da arquitectura timorense. No livro encontra-se bem assente o desejo das autoridades portuguesas, em benefício da metrópole e pelo “bem-estar” dos indígenas, de se alterarem padrões de vida tradicionais em prol do desenvolvimento industrial e agrícola da ilha, o que era visto como uma circunstância inevitável a ter lugar nos anos mais próximos – a inevitabilidade do modernismo. Todavia, a Cinatti não era indiferente uma preocupação social, tendo em atenção as drásticas medidas de transformações culturais que iriam tomar lugar nos anos seguintes. Não era seu propósito desenraizar na totalidade o homem timorense do seu *habitat* tradicional, mas sim (re)enquadrá-lo harmoniosamente, colocando à disposição dos Timorenses

casas que, pelos materiais, pela sua organização interna e adaptação climática se afirmem como um organismo embebido de toda a realidade local. Tal critério, longe de despersonalizar a cultura timorense, atrofiando-a, antes a enriquecerá deixando-a afirmar-se livremente.

(ALMEIDA, CINATTI e MENDES, 1987: 11).

Tal era a ideia durante o período colonial português, a qual se ligava perfeitamente com as pretensões civilizadoras instituídas pelo Estado Novo.

Dos processos de transculturação sobrevivem “fenómenos reivindicativos”, mas também de resistência, relacionados com a identidade e que surgem quando o grupo é confrontado com outros grupos raciais, étnicos, linguísticos, culturalmente diferentes (ALBUQUERQUE *et al*, 2000: 13). É uma noção construída ao redor “de características objectivas e totalizantes”, desenvolvendo-se em detrimento das liberdades individuais. Deste modo, a identidade étnica surge como a matriz necessária para a formação da identidade cultural (que por sua vez pode assumir formas bastante diferenciadas da matriz étnica) (ALBUQUERQUE *et al*, 2000: 14). No entanto, a identidade cultural apesar de advir da identidade étnica diferencia-se, segundo Camilleri (*apud* ALBUQUERQUE *et al*, 2000: 3 – 11), pelo modo como as sub-identidades ligam os subgrupos e pelo modo como são mobilizadas em função das circunstâncias (sociais).

4.4. Trânsito e cruzamento de culturas na arquitectura timorense

A globalização aumentou, de um modo sem precedentes, os contactos entre os povos e os seus valores, ideias e modos de vida. As pessoas viajam mais frequentemente e mais extensamente.

In: PNUD, 2004: 85.

Actualmente, os processos de globalização em Timor-Leste devem-se à movimentação e deslocação de pessoas que são atraídas sobretudo por perspectivas financeiras vantajosas. Em si, a globalização age como um transporte, veiculando pessoas de várias partes do planeta que confluem para esse território. A capacidade de influência das organizações internacionais presentes no país é enorme, devido ao capital social aglutinador que encerram e também pelas próprias características organizativas inerentes a este tipo de instituições. Todas elas possuem um potencial de influência em maior ou menor grau como fazedoras de opinião e também pela capacidade de transformação do panorama populacional, cultural e social, atraindo a vinda de pessoas. Para além do mais, são igualmente detentoras de capacidade de influência política e económica junto às elites. Desse modo, os seus membros acabam por actuar como agentes de influências e de mudanças sociais, de transformações económicas e de alterações abruptas ao *modus vivendi* autóctone.

A globalização económica e os fluxos migratórios, pelos contactos que propiciaram entre diferentes grupos humanos, produziram mudanças e transformações profundas, afectando vastos âmbitos sociais dos nativos. O contacto com o “outro”, cedo ou tarde originou alterações que podemos designar como processos de transculturação. A deslocação de pessoas implica alterações dos comportamentos individuais e de grupo (cf. ORTIZ, 1991). O mesmo paralelo pode ser aplicado em relação às populações timorenses e às alterações muitas vezes profundas que se deram, e ainda se estão a dar, através dos fluxos migratórios, que alteram profundamente a paisagem humana em termos raciais/étnicos, culturais, religiosos e sociais. Concretamente, as transformações nalgumas comunidades etnolinguísticas timorenses estão a provocar alterações às percepções e entendimentos perante a cultura do “outro”. O “outro”, na verdade, é uma posição dualista e diacrónica. Todos os grupos podem ser o “outro” quando olhados por elementos exterior ao grupo. Assim, se para as populações autóctones os imigrantes são o “outro”, a sociedade de chegada é também ela percebida como o “outro” pelos grupos exógenos.

4.5. Imagens da Arquitectura timorense na actualidade



Foto 1. A arquitectura tradicional é sobretudo funcional e simbólica. A tradição oral inclui a casa nos mitos que explicam as origens dos mauberes. *Uma Lulik*. Casa sagrada. Só os anciãos (*katuas*) podem entrar na casa. Mais ninguém tem acesso, nem o chefe da aldeia. Quanto aos estrangeiros só com permissão podem aproximar-se para a fotografar. Aldeia de Kamenasa Fatuissi, Suai.



Foto 2. Casa tradicional timorense. Aldeia de Kamenasa Fatuissi, no Suai. Numa observação atenta percebemos que nesta habitação aparentemente construída segundo os padrões arquitectónicos tradicionais, existem elementos que nos indicam haver sinais de aculturação. Esses sinais são-nos dados pela técnica de construção das paredes que revestem a casa constituídas por ripas de madeira. As pranchas de madeira são um produto técnico que originalmente não se encontrava presente na tecnologia de construção autóctone. Este facto é um indício de apropriação da tecnologia material do colonizador europeu e posteriormente também do indonésio. Suai.



Foto 3. Arquitectura tradicional. Aldeia de Kamenasa Fatuissi, Suai.



Foto 4. De algum modo a cobertura das casas tradicionais parecem-se com um barco invertido. Casa com telhado em “quilha de barco”. O mito explica a função da casa e explica o porquê da semelhança com uma embarcação voltada ao contrário. Fatululik.



Foto 5. Outro exemplo de transculturação. O hibridismo patente nesta casa é muito interessante. A parte inferior da habitação é construída em tijolos e argamassa (materiais que foram primeiro introduzidos pelos portugueses e posteriormente pelos indonésios). A parte superior é uma incorporação do “estilo” arquitectónico legado pelos indonésios. Fatululik.



Foto 6. Transculturação: *Uma lulik* (casa sagrada) de linhas arquitectónicas tradicionais que sincretiza-se com um telhado em chapa de zinco ondulado. Fatululik.



Foto 7. Nesta fotografia observa-se outro exemplo de transculturação operada pela adopção de materiais da cultura ocidental europeia, neste caso de um telhado em chapa de zinco que incorpora a habitação sem o apoio de esteios verticais e encimado por um painel de energia solar. A habitação ao lado é de estilo arquitectónico timorense cujo telhado de colmo se encontra consertado com um pequeno remendo em material plástico. Maliana.



Foto 8. Casa tradicional do Suai - pertencente ao grupo etnolinguístico tétum. Aldeia de Suailoro.



Foto 9. Casa tradicional de Manututu – estilo de construção do grupo etno-linguístico galole. Manututu.



Foto 10. Curiosamente os mauberes nunca chegaram à invenção de um sistema de exaustão do fumo das lareiras – a chaminé. Aspecto da vida quotidiana numa casa tradicional. O fumo sai por entre as fibras de colmo que constituem o telhado da casa, o que não deixa de ser uma medida profilática por repelir os mosquitos propagadores de epidemias de malária e dengue. Suai.



Foto 11. As estacas das habitações são usadas como parte da estrutura dos teares de tecelagem para fabricarem os tecidos de panos tradicionais (*tais*) e os *sarongs* (peça de vestuário que consiste num pano de grande dimensão usado pelos homens e pelas mulheres enrolado em volta da cintura. Aldeia de Suailoro, Suai.



Foto 12. Casa tradicional. Tecelã a trabalhar no tear. As tecelãs de ambas as imagens vestem o tradicional *sarong*. Aldeia de Suailoro, Suai.



Foto 13. Interior de uma habitação. A matéria-prima utilizada na construção é inteiramente constituída por materiais de origem vegetal. Pormenor do entalhe do tecto de uma casa em que são visíveis as cordas fabricadas em fibra vegetal. Maubissi.



Foto 14. Ponto de amarração das traves de uma habitação em Salele.



Foto 15. Construção de uma casa tradicional. Pormenor de parte da estrutura constituída por troncos que vão suportar o telhado em colmo. Salele.



Foto 16. As casas palafitas possuem uma dupla função; a principal é a de salvaguardar quem a habita das torrentes das monções e dos ataques dos crocodilos (para as que se situam na orla dos rios ou do mar). A parte de baixo da habitação é usada para abrigar os animais domésticos. Aldeia de Suailoro, Suai.



Foto 17. Enxurrada causada pela monção de verão. Aldeia de Suailoro, Suai.



Foto 18. As imagens elucidam-nos acerca da eficácia das casas de arquitectura tradicionais perante as chuvas das monções. Aldeia de Suailoro, Suai.



Foto 19. Nesta foto, a habitação ao centro não se encontra assente sobre estacas (estilo arquitectónico introduzido pelos indonésios). Não estão adaptadas às condições climáticas adversas causadas pelas enchentes das monções. Aldeia de Suailoro, Suai.



Foto 20. Quotidiano numa aldeia da região do Suai.



Foto 21. Casa tradicional. Quotidiano numa aldeia do Suai. A casa tem muita importância para a vida das pessoas como elemento agregador da comunidade e de organização do espaço social.



Foto 22. No conceito de organização do espaço físico e social dos grupos etnolinguísticos timorenses não existe uma separação definida entre o mundo dos vivos e o mundo dos mortos. As tradições timorenses englobam vivos e defuntos no mesmo espaço físico. Suai.



Foto 23. As habitações da comunidade e as campas dos mortos coabitam no mesmo espaço. A campa que se vê nesta foto coexiste no mesmo espaço de um armazém. Díli.

4.5.1. Transculturação (visual): A influência Indonésia na arquitectura

A ocupação indonésia, além de ter sido responsável por alterações no tipo de construções habitacionais em Timor-Leste, conduziu também a vários processos de transmutação sociais, nomeadamente em termos de demografia rural, no controlo das populações, ao deslocarem-nas para áreas urbanas, e na implementação da língua bahasa. Grandes contingentes de populações que viviam nas montanhas foram obrigados ou aliciados, a troco de casas construídas pelas autoridades administrativas e com a dádiva de terrenos e de animais, a moverem-se das suas aldeias para zonas de cotas geográficas mais baixas e para junto da orla marítima. O objectivo dessas migrações forçadas dentro do território era o de cortar o contacto e abastecimentos à guerrilha. Estas deslocações em massa originaram importantes transformações em muitos dos hábitos sociais dos povos timorenses, ao passo que outros foram praticamente destruídos. O abandono das aldeias, forçado ou não, implicou outra consequência: o afastamento de estilos de vida tradicionais que tinham subsistido durante milhares de anos. Abandonaram-se estruturas tradicionais, alteram-se padrões linguísticos e sobretudo a cultura e religião animista sofreu paradoxalmente durante esse período forte influência do Catolicismo. Contudo, essa dinâmica de conquista e ocupação do território, apesar de ter sido realizada pelos Indonésios, foi uma estratégia assimilada através do contacto com os Europeus. Isso reflecte um processo de passagem indirecto de transmutação cultural, que, apesar de não ter sido preconizado directamente por nenhuma das duas potências coloniais que estiveram presentes na

Ilha, a Holanda e Portugal, reproduz o poder de influência que a cultura europeia exerceu durante cerca de cinco séculos naquela região do globo.



Foto 24. Uma casa de influência indonésia. O telhado em chapa ondulada (zinco) é uma simplificação por ser de instalação mais simples que os telhados de colmo. Suai.



Foto 25. Duas estruturas habitacionais, duas diferenças de estilo arquitectónico e que reflectem diferenças culturais. A da esquerda é de introdução Indonésia, a da direita é uma habitação tradicional timorense. Suai.



Foto 26. O contraste entre o antigo (a casa tradicional à esquerda) e o "moderno" representada pela casa em primeiro plano. Suai.



Foto 27. Duas habitações assentes directamente no solo construídas segundo a tipologia tradicional, em colmo e madeira e revestidas com canas de bambu. Este tipo de construção originalmente não fazia parte das tradições arquitectónicas dos timorenses. É uma apropriação da “linguagem de construção” do colonizador europeu e que incorpora actualmente a paisagem urbana timorense a par com as habitações de estilo tradicionais.



Foto 28. A funcionalidade das habitações timorenses: As casas sem estacas servem para alojar os *malai* (estrangeiros) e por vezes serviam como casas da guarda do liurai (régulo). Actualmente já não possuem essas duas funções, servindo para alojar animais e as próprias pessoas da aldeia. Suai.



Foto 29. Em segundo plano, por de trás da casa de arquitectura tradicional, de notar uma habitação em cimento e com telhado em chapa de zinco ondulado (influência indonésia). Suai.



Foto 30. Sinais de transculturação. Cabana de arquitectura tradicional envolvida por casas construídas com materiais metálicos, cimento e plástico. Suai.



Foto 31. Este tipo de habitação como a que se vê nesta foto (não assente sobre estacas), foram outrora uma introdução dos indonésios que tinha por fim o realojamento massivo dos habitantes das montanhas deportados para as zonas baixas e para as orlas costeiras ao mar. O objectivo era o de cortar o apoio à guerrilha maubere. Salele.



Foto 32. “Casa indonésia”. Fatumea.



Foto 33. Templo Hindu (balinês) de uma habitação privada dantes pertencente a indonésios balineses. Este recinto já não tem a sua função religiosa original. Presentemente, os novos habitantes (Timorenses de etnia Bunak) são simultaneamente animistas e cristãos. Suai.



Foto 34. Ruínas do templo Hindu do Suai, reflecte a influência balinesa. Actualmente a vegetação da selva circundante invadiu o recinto. Suai.

4.5.2. Transculturação (visual): A influência “internacional” na arquitectura

As sucessivas interferências culturais que se têm feito sentir sobre as sociedades timorenses nos últimos anos, têm estado a alterar consideravelmente os hábitos de construção e a influenciar o estilo de arquitectura. Neste último período histórico (pós-1999), que corresponde à desanexação da Indonésia, Timor-Leste sofreu mais mudanças nos seus cenários de arquitectura visual do que em todos os outros que o precederam. Há uma relação indiscutível entre globalização, deslocações humanas, transformações de hábitos sociais e culturais em Timor-Leste. A ONU e as numerosas ONG têm desempenhado um papel assaz importante na transformação dos cenários sociais das culturas leste-timorenses.

Os sinais de transmutação são presentemente também veiculados pela Internet e por outros meios audiovisuais que transmitem toda uma série de imagens apologéticas dos modelos culturais e sociais ocidentais europeus. Eles são simultaneamente destruturantes para, de seguida, (re)estruturarem a sociedade noutros aspectos.



Foto 35. Em Díli já não existem praticamente casas de arquitectura tradicional. Os estilos arquitectónicos com evidentes sinais de transculturação são actualmente os que predominam. Loja de serviço de internet em Díli.



Foto 36. Casa colonial de origem portuguesa. Maubissi.



Foto 37. Habitação moderna. Sede da ONG "Child Fund". É uma das muitas organizações não-governamentais que se encontra presente em Timor-Leste. A paisagem arquitectónica vai-se alterando paralelamente às alterações sociais estabelecidas pela implementação de medidas culturalmente distanciadas dos timorenses. Aldeia de Matai.



Foto 38. Casa que conta no seu estilo arquitectónico algum sincretismo cultural Ocidental e timorense. Díli.



Foto 39. Reflexos da modernidade na arquitectura. Díli.



Foto 40. Edifício de estilo arquitectónico árabe. Influência da cultura islâmica introduzida pelos javaneses indonésios. Mesquita de Díli.



Foto 41. Aspecto da fachada principal do edifício da embaixada australiana em Díli. Note-se que o estilo arquitectónico apesar de não ser timorense tende a respeitar a arquitectura tradicional austronésia.



Foto 42. Aglomerado habitacional. Grande parte dos materiais colocados à disposição dos autóctones pelas organizações internacionais em missão humanitária no território proporciona alterações na produção da cultura matéria. Díli.



Foto 43. Nesta foto pode observar-se contaminação de materiais aplicados à construção: betão, chapas de zinco, plásticos, entre tantos outros. Lojas de comércio em Díli.



Foto 44. Influências culturais? Simbolismo? Pormenor de uma porta de uma habitação nos arredores de Díli. Questionados os proprietários sobre o significado da figura, responderam que não sabiam; anteriormente a casa pertencia a uma família de indonésios. A suástica é um símbolo religioso hindu, que representa o sol, a sorte, a fortuna e sabedoria. Foi de facto levada para Timor pelos colonos balineses.



Foto 45. Sinais de aculturação. Pannel fotovoltaico para produção doméstica de energia eléctrica.



Foto 46. A desculturação arquitectónica é cada vez mais representativa nas urbanizações timorenses.



Foto 47. Pormenor da cobertura de casas em Díli em chapa de zinco ondulado. De observar as antenas parabólicas que transmitem através de imagens a globalidade *modernizante* aos Timorenses. Presentemente, a maioria das habitações de Díli encontram-se visualmente transmutadas face à arquitectura tradicional.



Foto 48. Reaproveitamento de materiais. O estilo desta embarcação encontra-se dentro da tipologia dos barcos desta região. No entanto, o respectivo flutuador lateral foi construído a partir de um tubo de plástico. Baía de Díli.



Foto 49. Um bairro “típico” de Díli.



Foto 50. Pré-fabricado. Instalações provisórias de uma base da polícia das Nações Unidas no Suai. Existem imensas instalações como esta espalhada por todo o território timorense. As organizações internacionais são quem mais contribui para o desfiguramento da paisagem urbana de Timor-Leste. Este tipo de conglomerados da modernidade providenciam um sem número de materiais aos autóctones que os utilizam para as construções das suas casas. Do ponto de vista estético e cultural é realmente bastante discutível o seu emprego, mas do ponto de vista economicista, em termos de esforço e de tempo é vantajoso, não necessitando os nativos de dispendar energias e de ajuda da mão-de-obra da comunidade como o faziam com as casas tradicionais.



Foto 51. Composto pré-fabricado das Nações Unidas, Suai.



Foto 52. Adaptação – o telhado de colmo desta habitação tradicional é reforçada com uma placa ondulada de zinco.



Foto 53. Casa construída de improviso com materiais exógenos (chapas de zinco, plástico e contraplacado).



Foto 54. Este edifício reflecte a arquitectura durante o período de colonial indonésio. Trata-se de um hospital oferecido pela administração indonésia às freiras filipinas da Ordem de S. Paulo no Suai.



Foto 55. Este edifício foi oferecido pela administração da UNMIT (ONU) à PNTL, substituindo a antiga instalação da polícia e que serve conjuntamente para aquartelar os funcionários da UNPOL no Suai.

4.6. Síntese

O estudo da arquitectura tradicional timorense está ainda longe de estar plenamente realizado. Sobre este assunto, Ivo Carneiro de Sousa afirma que “a antropologia da *uma-lulik* (casa sagrada) timorense está por fazer” (CENTENO e SOUSA, 2001: 17). Até mesmo nas suas formas em que já se encontram culturalmente transmutadas apesar das marcantes alterações ao seu estilo visual, não existem estudos que nos possam dizer algo mais sobre o tema.

Um dos principais objectivos deste capítulo foi apreciar e descrever a actual arquitectura timorense, para além da sua forma artística, como uma completa simbiose entre a arte, a funcionalidade, a tradição e a modernidade. A visualização das imagens e o exame sob a óptica do cruzamento de culturas, constituíram uma mais-valia na tentativa de se colmatarem as carências bibliográficas sobre um assunto tão específico como o que aqui é tratado. A elaboração deste capítulo foi por isso feita com base na construção de um discurso arquitectónico elaborado a partir da visualização de imagens fotográficas e que se relacionam com os processos de transculturalidade.

Neste estudo pudemos verificar que as alterações na arquitectura tradicional timorense se deram em três fases, cada uma delas coincidente com os três últimos períodos da história de Timor-Leste:

- a) As transformações arquitectónicas iniciaram-se devido ao contacto com os Portugueses, contudo de forma pontual e não iam além dos limites das áreas de residência dos colonos europeus. Resumiam-se essencialmente a transformações de estilo, ao abandono da técnica de construção sobre esteios

verticais em madeira e à adopção do estilo de construção da casa alicerçada directamente no solo (Foto 27).

- b) Essa tipologia de casas directamente implantadas no solo teve continuidade com a presença indonésia, que aproveitou e promoveu eficazmente modelos muito similares aos que existiam para efectuar construções de larga escala a fim de realojar uma grande quantidade de populações que eram intencionalmente deslocadas dos seus *habitats* tradicionais. Os materiais de construção começaram a mudar – introduziram-se chapas de zinco ondulado e o betão tornou-se mais corrente do que no tempo português (Foto 24 e 25).
- c) Durante o actual período internacional, como as imagens demonstram, os processos de alteração aos estilos arquitectónicos continuam, agora veiculados pelas comunidades internacionais presentes no território, a grande maioria a desempenhar funções em missões de ajuda humanitária em organizações e em empresas transnacionais. Estes processos causam aculturação e desculturação que resultam em transculturação. Os materiais de construção presentemente empregues são do mais variado tipo, muitos dos materiais encontram-se abandonados e dispersos pelo território. O acesso a matérias tão facilmente disponíveis, tem mudado a estética arquitectónica das urbanizações, particularmente em Díli, conferindo-lhe a aparência de subúrbio degradado (Foto 49).

Que conclusões socioculturais podem ser tiradas do estudo feito através da visualização da arquitectura Timorense?

Para um europeu ou ocidental, a arquitectura que ainda se ergue nos moldes da tradição, poderá transmitir valores estéticos, beleza, harmonia e equilíbrio com o meio ambiente. Para os Timorenses o propósito não será tanto esse. A função principal da casa está ligada à funcionalidade do dia-a-dia, portanto às actividades do profano e do sagrado. Apesar de existir para as actividades sagradas, a *uma lulik* (casa sagrada), a habitação familiar incorpora também elementos (sagrados) explicados pelo mito – o simbolismo da arquitectura timorense está ligado à génese do povo. A casa desempenha por esse motivo um importante papel social como elemento agregador da comunidade. Mesmo nos casos em que as habitações se encontram notoriamente

transculturadas (foto 5 e 6), elas não perderam a sua função catalisadora da comunidade. Porém, no grande aglomerado urbano que é Díli, a capital do país, essa função, pelo que foi directamente constatado, tem estado a perder-se. É nesta parte de Timor-Leste, a região mais urbanizada, que se dão em maior grau os processos de aculturação e de subsequente desculturação. Díli é o espaço/lugar/território onde a influência internacional na arquitectura gera os processos mais visíveis de transculturação – o trânsito e cruzamento de culturas na arquitectura, a alteração estética e a transformação dos comportamentos urbanísticos por influência de culturas exógenas oriundas de várias partes do mundo e causadas pela inclusão de materiais, também eles exógenos à tradição da cultura material.

CONCLUSÕES

Ao longo deste trabalho, descrevemos num primeiro momento, os principais marcos da história de Timor-Leste no que respeita ao contacto com outras culturas (capítulo 2), para, posteriormente, na segunda parte, darmos conta dos principais impactos que a globalização e o choque de culturas estão a ter em domínios como a vida familiar, social e económica dos timorenses (capítulo 3) e na configuração da actual arquitectura timorense (capítulo 4).

Foi neste último período histórico e social de pós-restauração da independência que Timor-Leste sofreu mais mudanças no seu cenário populacional do que em todos os outros que o precederam. Há uma relação indiscutível entre globalização e deslocamentos humanos para Timor-Leste. A ONU e as numerosas ONG têm desempenhado um papel assaz importante na transformação dos cenários sociais das culturas leste-timorenses. Contudo, convém perceber que neste caso particular os processos de globalização têm raízes temporalmente profundas, tendo a sua génese ocorrido aquando do encontro entre os Europeus e as várias culturas timorenses. Na realidade, em termos muito gerais, os processos globalizantes do presente não diferem muito dos do passado de colonização. Eles relacionam-se em muitos aspectos.

O Mundo, depois do advento da Internet, começou a sofrer súbitas alterações, passou a estar muito mais próximo, mesmo baseando-se numa realidade virtual. As mensagens de cultura do Ocidente Europeu são agora mais facilmente veiculadas em Timor-Leste e chegam a qualquer aldeia por mais isolada que esteja, como aliás algumas das imagens fotográficas apresentadas no capítulo 4 comprovam.

Os indígenas de Timor-Leste estão actualmente ligados à globalidade modernizante. Em grande parte, nos dias de hoje a televisão e a Internet cumprem de um modo muito eficaz o papel dantes desempenhado pelos livros e pelo imperialismo que se traduzia, por exemplo, em proibir os membros de um estado de falarem uma outra língua para além da oficialmente reconhecida, ou em “lixiviar” elementos da cultura que não estivessem de acordo com a agenda ideológica de construção de Estado. As imagens fortemente veiculadas pelos meios informacionais desempenham um papel unitário e de construção de identidades, atribuem e reinventam novas noções de cultura. A Internet é também um espaço privilegiado da transculturalidade, dado que é um processo de transvase de uma cultura para a outra, alicerçado na

desigualdade e na sobreposição de um conjunto de valores (europeus) em relação a outros, tidos actualmente como pouco prestigiantes.

Para os Timorenses, a cultura é também um lugar de resistência. Os alargamentos sociais, por terem sido postos, impostos, forçados, obrigados, e por terem sido externos ao quadro social normativo das sociedades indígenas, influíram directamente na erosão das suas culturas: tal foi o papel desempenhado primeiro pela cultura portuguesa e depois pela indonésia. Presentemente, os processos de aculturação e de desculturação dão-se através da modernização globalizante a que podemos assistir, veiculada pelas organizações internacionais e transnacionais presentes no país – a ONU e as diferentes ONG. Estas últimas constituem um variadíssimo leque de organizações que desempenham os mais diversos papéis de intervenção social junto às populações, em áreas como os direitos humanos (na perspectiva europeia ocidental), à implementação de medidas de combate à pobreza, à organização de medidas que visem obter a igualdade de género, à implementação de programas de desenvolvimento agrícola, ao apoio social e aos refugiados, à criação de orfanatos e de centros de apoio para mulheres vítimas de violência doméstica.

Concluído este trabalho, importa retomar as questões de pesquisa colocadas na Introdução e que guiaram este estudo:

- a) Porquê e como é que se deram esses impactos?
- b) Quais os objectivos que contemplavam os processos de aculturação implantados pelos Portugueses em Timor?
- c) Quais foram os aspectos mais importantes que advieram do contacto entre os Europeus e as sociedades nativas na ilha de Timor?
- d) Quais os efeitos que a cultura e sociedade europeias em particular, e também ocidentais, tiveram e ainda estão a ter nas sociedades leste-timorenses ao serem veiculadas através dos processos da globalização?
- e) Como é que a cultura e sociedade europeias, com os seus valores e noções, alteraram as sociedades leste-timorenses?

Os impactos da cultura e sociedade europeias no seio das culturas leste-timorenses deram-se por serem tão distintas e pela consequente destruturação das sociedades e culturas nativas que ficavam ao alcance dos europeus. Esse encontro, quicá fortuito, foi motivado por razões comerciais, a demanda das valiosas especiarias e das vastas riquezas naturais de que o Sul do Extremo Oriente era fértil. Em Timor, a principal razão que atraiu os Portugueses foi o comércio do aromático sândalo.

Naquela ilha não se produziam especiarias, mas ela tinha riquezas naturais bastante rentáveis sob o ponto de vista comercial – além do sândalo, o mel e a cera, constituíram um motivo pelo qual valia a pena tomar posse de Timor. Os motivos puramente geo-estratégicos à partida não interessariam, dado que a ilha se desviava muito das principais rotas do comércio das especiarias.

Os outros motivos, já secundários para a Coroa, foi a conversão das almas dos nativos à fé católica e à civilização. Efectivamente, os impactos culturais e sociais operados no seio das sociedades autóctones durante o período português deram-se sobretudo pela acção evangelizadora da Igreja.

Os Indonésios, ao contrário dos portugueses, exerceram o seu papel aculturador através de duas acções fundamentais: a deslocação forçada de populações e o desenvolvimento do sistema de ensino. Paralelamente, estas acções levaram ao reforço das comunidades timorenses enquanto povo único, à adopção do português como língua comum de resistência e à contribuição do tétum praça como uma verdadeira língua veicular e nacional. Na prática os Indonésios não apenas levaram a cabo a transculturação que os portugueses não conseguiram em quase 500 anos, como lançaram definitivamente os alicerces para a construção do ideal de nação timorense. Além disso, acabaram por reforçar o papel da Igreja Católica, agora erigida em religião de resistência.

Actualmente, os impactos dão-se de maneira bastante diferente daquela que os portugueses exerceram durante séculos em Timor e os Indonésios durante 24 anos. Vivemos no Mundo na era da globalização e é sobretudo através deste abrangente fenómeno que se transmite actualmente todos os impactos culturais e sociais em Timor-Leste. Não deixa porém de transparecer em Timor uma certa analogia entre a actualidade global e modernizante que está a ser inculcada aos Timorenses e o passado colonial e europeizador que foi veiculado pelos Portugueses. É certo que os tempos são outros e que os métodos como se actua sobre a cultura do “outro” também o são. Mas, tal como no passado havia a necessidade sentida pelos Europeus de levar a civilização a quem não a tinha, actualmente, e como ficou provado nesta dissertação, existe uma óbvia necessidade das organizações transnacionais (ONU e ONG) “oferecerem” a modernidade aos “necessitados” habitantes do Terceiro Mundo.

“Civilizar” e “modernizar” são dois conceitos que à primeira vista se distanciam, tanto no tempo como na maneira como se definem. De facto, aparentemente, nada têm a ver um com o outro. Civilizar os “outros” é um conceito em desuso, relacionado com

o passado, com as práticas coloniais de imposição dos desequilíbrios de relação e de convivência com os povos dominados, actualmente mal recebidas pela generalidade da opinião pública (mundial). A modernização é o acto de se levar o conforto, o desafoço material e de se elevarem os padrões de vida daqueles que se “situam” no Terceiro Mundo e que o Primeiro Mundo acha por bem atribuir.

De algum modo, parece-nos que, tal como no passado se civilizou, actualmente, moderniza-se. Obviamente que não existem hoje as imposições e atitudes arbitrárias que existiram no passado. E é basicamente aqui que reside a grande diferença, mas também a semelhança entre as duas noções. A missionação europeia era a chave para se civilizar e foi desse modo que se começou a alterar as sociedades nativas. Foi esse o princípio que levou durante quase 500 anos às mudanças que se deram entre os Timorenses. Contudo, elas não foram de imediato extensivas à totalidade do território nem a todas as comunidades etnolinguísticas. Nalguns casos demoraram bastante tempo a atingir os grupos mais isolados tendo-se mantido algumas comunidades efectivamente autóctones até ao início do séc. XX. Porém, já não existem sociedades autóctones no sentido em que as culturas são autenticamente nativas, isto é, sem influências exógenas.

A partir do estudo efectuado para esta dissertação, sentimo-nos compelidos a afirmar que a modernização parece efectuar-se na contemporaneidade sob os moldes da tradicional missionação. Não é a religião que se propaga actualmente, e não é esse o objectivo. Contemporaneamente, a maneira convicta como se oferece a modernização a quem não está no mesmo patamar civilizacional não difere muito da maneira convicta como no passado se oferecia a civilização a quem aparentemente não a possuía. Basicamente, modernizar e missionar consistem em dar ao “outro” aquilo que ele não possui. E o que se dá vai muitas vezes entrar em conflito com a ordem pré-estabelecida das sociedades ainda a viverem conforme as suas tradições. Tal como no passado, a negociação da cultura dá-se a níveis desiguais.

Ficou demonstrado que foi a interacção entre a cultura europeia, veiculada pelos Portugueses, com as culturas indígenas que esteve na origem dos processos de transculturação. Actualmente, os efeitos da interacção entre a cultura europeia e ocidental veiculada pela globalização traduzem-se em rápidas alterações aos padrões sociais e culturais, que ocorrem a um ritmo mais brusco do que aquele em que ocorreram durante o período português e posteriormente o indonésio. A globalização, como ficou visto na segunda parte, no capítulo 3, é sinónima de ocidentalização e de

modernização sob os moldes culturais do Ocidente Europeu e Americano. De facto, são os blocos regionais mais fortes do planeta, representados pela UE e pelos EUA, que exercem a maior influência. Não se pode, contudo, de modo algum desprezar a forte influência cultural de outras regiões/blocos ou centros decisores, como o dos vizinhos australianos e indonésios, que na realidade são quem aparentemente poderá vir a exercer no futuro mais influência cultural, linguística, económica e política em Timor-Leste.

Verificou-se, ainda, na pesquisa realizada, que são poucos os trabalhos sobre a história de Timor-Leste realizados por timorenses. Os trabalhos existentes são realizados por estrangeiros e muitas vezes mais não são do que compilações de ideias e factos de outros autores. Apesar de este trabalho se juntar aos dos estrangeiros que escrevem sobre Timor, espero ter contribuído com uma perspectiva original sobre o tema e que ele possa ser útil a quem se interessar por estas questões.

BIBLIOGRAFIA

- ALBUQUERQUE, Davi Borges. 2010. *Peculiaridades prosódicas do português falado em Timor Leste*. ReVEL, v. 8, n. 15, [www.revel.inf.br]. p. 270-285. Disponível em: http://www.revel.inf.br/files/artigos/revel_15_peculiaridades_prosodicas_do_portugues_falado_em_timor_lesite.pdf [Outubro de 2012].
- ALBUQUERQUE, R.; FERREIRA, L.; VIEGAS, T. 2000. *O fenómeno associativo em contexto migratório. Duas décadas de associativismo de imigrantes em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- ALMEIDA, Leopoldo; CINATTI, Ruy; MENDES, Sousa. 1987. *Arquitectura Timorense*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical. Museu de Etnologia.
- BATORÉO, Hanna J. 2009. *A Língua Portuguesa em Timor: de que forma deve o Ensino de português adaptar-se às diferentes realidades nacionais?* Universidade Aberta, Lisboa: *Estudos Linguísticos/Linguistic Studies*, 4, Edições Colibri/CLUNL, Lisboa. p. 51-61. Disponível em: http://www.clunl.edu.pt/resources/docs/revista/n4_fulltexts/4c%20hanna%20batoreo.pdf [Outubro de 2012].
- BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHURI, Kirti. 1998. *História da Expansão Portuguesa*. Volume 4. Lisboa: Círculo de Leitores e Autores. p. 481-485
- BRITO, Raquel. 1997. *No Trilho dos Descobrimentos. Estudos Geográficos*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses. p. 329-354.
- BRUTO da COSTA, Alfredo; BAPTISTA, Isabel; PERISTA, Pedro; CARRILHO, Paula. 2012. *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. 3ª Edição. Lisboa: Gradiva.
- CALVET, Louis-Jean. 2007. *Sociolinguística, uma introdução crítica*. 3ª Edição. São Paulo: Parábola Editorial.
- CÂMARA Jr., Mattoso, J. 1984. *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Editora Vozes. 11ª edição. p. 158.
- CARDOSO, Pedro (Coordenador). 2011. *Atlas da Lusofonia – Timor-Leste*. Lisboa: IPC – Instituto Português da Conjuntura Estratégica.
- CARVALHO, Maria José Albarran. 2001. *Panorama Linguístico de Timor. Identidade Regional, Nacional e Pessoal*. In: *Revista Camões*, nº 14, p. 65-79.
- CENICACELAYA, Javier; BAGANHA, José. 2004. *Arquitectura Tradicional e Sustentabilidade*. Bilbao, Lisboa. Disponível em: <http://www.jbaganha.com/pdf/pt/0201.pdf> [Junho de 2012].
- CENTENO, Rui; SOUSA, Ivo. 2001. *Uma Lulik. Casa sagrada de Oriente*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/site/default.aspx?qry=id03id1310&sum=sim> [Junho de 2012].
- CINATTI, Ruy. 1987. *Motivos Artísticos Timorenses e a sua Integração*. Lisboa: Instituto de Investigação Científica Tropical, Museu de Etnologia.

- COHEN, Robin. 2005. "Globalização, migração internacional e cosmopolitismo quotidiano". In, *Globalização e Migrações*. Organização de António Barreto. Lisboa: Imprensa das Ciências Sociais. p. 25-41.
- CORREIA, Mendes. 1943. *Raças do Império*. Porto: Portucalense Editora, p.582-622.
- COSTA, Alfredo Bruto da; BAPTISTA, Isabel; PERISTA, Pedro; CARRILHO, Paula. 2012. *Um Olhar Sobre a Pobreza. Vulnerabilidade e Exclusão Social no Portugal Contemporâneo*. 3ª Edição Gradiva.
- COSTA, Luís. 2000. *Dicionário de Português-Tétum*. Lisboa: Edições Colibri.
- COSTA, Luís. 2001. O Tétum, factor de identidade nacional. In: Revista Camões nº 14. p. 59-64.
- CRAVEN, David; LANGERAAR, Wine. 2006. (Coordenadores). *Timor-Leste National Statistics Directorate. Census of Population and Housing 2004. Atlas*. 1st Edition. Díli, Timor-Leste. Disponível em: <http://dne.mof.gov.tl/published/Census%20Atlas/ATLAS%20English.pdf> [Outubro de 2012].
- CRYSTAL, David. 1985. *A Dictionary of Linguistics and Phonetics*. London: Blackwell.
- DEVESAS, Tessalano; RODRIGUES, Jorge. 2007. *Portugal, o Pioneiro da Globalização*. Vila Nova de Famalicão: Editor Centro Atlântico.
- s/a. 1941. *Novo Dicionário Encyclopédico Luso-Brasileiro*. Porto: Lello e Irmão Editores.
- DURAND, Frédéric. 2006. *Timor: 1250 – 2005. 750 ans de cartographie et de voyages*. France, Thaïlande: Editions Arkuiris / IRASEC.
- DUNN, James. 1983. *Timor. A people Betrayed*. Auckland, New Zeland: The Jacaranda Press.
- ESPERANÇA, João. 2001. *Estudos de linguística timorense*. Aveiro: Editor SUL – Associação de Cooperação para o Desenvolvimento.
- FEIJÓ, Rui Graça. s/d. Os nomes dos Timorenses: Resistência à Indonésia e Construção de Identidade Nacional. p. 73-78. Disponível em: http://tlstudies.org/pdfs/chp_12.pdf [Julho de 2012].
- FERGUSON, Niall. 2011. *Civilização. O Ocidente e os Outros*. Porto: Civilização Editora.
- FERIN, Isabel. 2002. *Comunicação e culturas do quotidiano*. 1ª edição. Lisboa: Quimera.
- FERNANDES, Moisés Silva. 2007. *A Preponderância dos Factores Exógenos na Rejeição do Plano Português de Descolonização para Timor-Leste, 1974-1975*. Lisboa: Ministério dos Negócios Estrangeiros. Disponível em: http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/327/1/21028_ulsd_Moises_Fernandes.pdf [Julho de 2012].
- FERRONHA, António Luís. 1992. *Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda.
- FIGUEIREDO, Fernando Augusto de. 2004. *Timor. A Presença Portuguesa (1769-1945)*. Porto: Faculdade de Letras, Universidade do Porto.
- FIGUEIREDO, Fernando Augusto de. 2007. *Timor-Leste: relações entre o poder central e o poder local nos séculos XIX e XX*. In: Revista Oriente, n.º 18, p. 34-51.
- FILHO, Ismar e LIMA, Juliana. 2009. O Conceito de Aldeia Global de Mc Luhan Aplicado ao Webjornalismo. XXXII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. Disponível em:

- <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-1816-1.pdf> [Julho de 2012].
- FIUZA, Ricardo A. Malheiros. s/d. *Timor-Leste, o Nascimento de um Estado*. In, *Palestra feita na "1ª Imersão em Direito e Relações Internacionais", promovida pelas Faculdades Milton Campos e pelo Centro universitário Newton Paiva*. Disponível em: http://www.revistadir.mcampos.br/PRODUCAOCIENTIFICA/artigos/ricardo_malheirosfiuza01.pdf [Abril de 2012].
- FRANÇA, Bento. 1897. *Macau e os seus Habitantes*. Lisboa: Imprensa Nacional.
- FUKUYAMA, Francis. 2001. *Capital social e globalização*. In, *Globalização, Desenvolvimento e Equidade*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. p. 269 – 284.
- GARCIA, José Manuel. 2001. *A Presença Portuguesa nas Ilhas das Flores e Solor*. Lisboa: Academia de Marinha, Instituto Hidrográfico.
- GIDDENS, Anthony. 2000. *O mundo na era da globalização*. 2ª Edição. Lisboa: Editorial Presença.
- GIDDENS, Anthony. 2009. *Sociology*. 6th ed. Cambridge, UK: Polity Press.
- GIDDENS, Anthony. 2010. *Sociologia*. 8ª ed. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2010.
- GIRARD, Denis. 1975. *Linguística aplicada e didática das línguas*. S. Paulo: Editorial Estampa.
- GOTO, Kenichi. s/d. *Japan and Portuguese Timor in the 1930s and early 1940s*. Disponível em: <http://www.waseda.jp/gsaps/faculty/goto/pdf/goto02.pdf> [Janeiro de 2012].
- GUNN, Geoffrey. 1997. *East Timor and the United Nations. The Case for Intervention*. Asmara, Eritrea: The Red Sea Press, Inc.
- GUNN, Geoffrey C. 1999. *Timor Loro Sae. 500 years*. Macau: Livros do Oriente. p: 31-48.
- GUNN, Geoffrey. 2001. *Língua e Cultura na construção da Identidade de Timor-Leste*. In, *Revista Camões* nº14. p. 14-25.
- HORTON, Paul B.; HUNT, Chester. 1981. *Sociologia*. Brasil: Editora McGraw-Hill.
- HULL, Geoffrey. 2001. *Língua, Identidade e Resistência. Entrevista a Geoffrey Hull*. In: *Revista Camões* nº 14. p. 81-92.
- IANNI, Octavio. 1996. *Teorías de la Globalización*. 1ª edición. México D.F: UNAM (Universidad Autónoma de México, Siglo Veintiuno Editores).
- INSO, Jaime. 1939. *Timor – 1912*. Lisboa: Edições Cosmos.
- JOHNSON, Alan G. 2005. *The Blackwell Dictionary of Sociology*. London: Blackwell Publishing.
- LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. 2008. *La Culture-monde. Reponse à une société désorientée*. Paris: Odile Jacob.
- LOUREIRO, Rui Manuel. 2011. *Onde nasce o sândalo: os portugueses em Timor nos séculos XVI e XVII*. In: *Revista Camões* nº 14. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat_view/62-revistas-e-periodicos/69-revista-camoes/912-revista-no14-timor-lorosae.html?start=10 [Outubro de 2012].

- MAPRIL, José. 2010. "Banglapara: imigração, negócios e (in)formalidades em Lisboa". *Etnográfica*, vol. 14. p. 243-263. Disponível em: <http://etnografica.revues.org/284> [Maio de 2012].
- MARCOS, Artur. 1995. *Timor Timorense. Com suas Línguas, Literaturas, Lusofonia...* Lisboa: Edições Colibri.
- MARIA, Bernard Sta. 1982. *My People my Country*. Malaysia: Melaka - Johor Publications Department.
- MARÍN, António Lucas. 1979. *Introdução à sociologia*. Biblioteca de Conhecimentos Básicos. 4. Lisboa: Editorial Notícias.
- MARTINS, Susana. 2011. *Políticas e as práticas de profissionalização docente em serviço em Timor-Leste: um estudo avaliativo*. Dissertação de Mestrado. Área de Especialização em Avaliação / Ciências da Educação. Universidade do Minho. Instituto da Educação. Departamento de Ciências Sociais da Educação.
- MATTOSO, José. 2001. Sobre a Identidade de Timor Lorosa'e. In: *Revista Camões*, nº 14, p. 7-13.
- MEDEIROS, Carlos Alberto. 1992. *Difusão Geográfica da Língua Portuguesa. Atlas da Língua Portuguesa na História e no Mundo*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda. p. 90 - 117.
- MELO, Francisco Lopes. s/d. 1931: *O ano de todas as revoltas*. Disponível em: http://www.sgmf.pt/_zdata/PDF/ARQ/ESTUDOS/ARQ_EST_1931.pdf [Janeiro de 2012].
- MENEZES, Francisco Xavier. 2006. *Encontro de Culturas em Timor-Leste. (Contribuição para o seu estudo)*. Díli: Edição Crocodilo Azul.
- MUCCHIELLI, Jean-Louis. 2008. *La Mondialisation. Chocs et mesure*. Paris: Hachette Supérieur.
- MURTEIRA, Mário. 2003. *Globalização*. Lisboa: Quimera Editores.
- OLIVEIRA, Luna. 2004. *Timor na História de Portugal*. Volume I (Edição facsimilada da edição de 1949). Lisboa: Ministério da Educação.
- ORTIZ, Fernando. 1991. *Del fenómeno social de la transculturación y de su importancia en Cuba*. In: *Contrapunteo cubano del tabaco y el azúcar*. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales. p. 86-90.
- PALMEIRA, José. *O potencial de Timor-Leste na geopolítica da CPLP*. 7-45. Disponível em: http://tlstudies.org/pdfs/chp_07.pdf [Janeiro de 2012].
- PÉLISSIER, René. 2007. *Timor em Guerra. A Conquista Portuguesa, 1847 - 1913*. Editorial Estampa.
- PEREIRA, Agio. 2011. *Magazine Enjoy. Tourism and Business*. Díli, Timor-Leste: Edition 3.
- PEREIRA, Francisco C. 2007. *Associativismo migrante e participação cívica. Dinâmicas organizativas das associações de imigrantes angolanos, guineenses e europeus de leste na área metropolitana de Lisboa*. Dissertação de Mestrado em Relações Interculturais. Lisboa: Universidade Aberta.
- PINTO, Filomena. 2010. *A Percepção da Língua Portuguesa por Estudantes Timorenses do Ensino Superior Português*. Dissertação de Mestrado em Ciências da Educação, Especialização em Educação, Comunicação e Linguagem. Lisboa: FCSH,

- Universidade Nova de Lisboa. Disponível em:
<http://run.unl.pt/bitstream/10362/4820/1/tese%20final.pdf> [Janeiro de 2012].
- RAMPLEY, Matthew. 2005. *Exploring Visual Culture: Definitions, Concepts, Contexts*. Matthew Rampley Editions. Edinburgh: Edinburgh University Press. p. 101-115.
- RIZZI, Kamilla R. 2010. *A construção do Estado no Timor-Leste: colonização, ocupação e independência*. Disponível em:
<http://www.sumarios.org/sites/default/files/pdfs/49-184-1-pb.pdf> ;
<http://seer1.fapa.com.br/index.php/arquivos> [Janeiro de 2012].
- ROCHA, Carlos Vieira. 1996. *Timor. Ocupação Japonesa durante a Segunda Guerra Mundial*. 2ª Edição. Lisboa: Sociedade Histórica da Independência de Portugal.
- ROELOFSZ, Meilink M.A.P. 1962. *Asian Trade and European Influence in the Indonesian Archipelago Between 1500 and about 1630*. Netherlands: Martinus Nijhoff / The Hague.
- ROWLAND, Ian. 1992. *Timor. World Bibliographical Series*. Volume 12. Oxford, England: Clio Press.
- RUHLEN, Merrit. 1996. *A Origem da Linguagem*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- SALGADO, Maria Inez. s/d. *Herança Portuguesa na Ásia: Timor-Leste e seus desafios contemporâneos: educação e soberania*. Disponível em:
<http://www.revistacontemporanea.fe.ufpr.br/index.php/contemporanea/article/view/13/7> [Novembro de 2012].
- SANTOS, Domingos. 2010. *"A experiência de um Aprendiz de Português como Segunda Língua em Ambiente de Imersão"*. Tese Mestrado. Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação. p. 40. Disponível em: <http://biblioteca.fe.unb.br/pdfs/2010-11-241403Domingos.pdf> [Março de 2012].
- SEIXAS, Paulo Castro. s/d. *Portugueses em Timor-Leste: de intérpretes étnicos a intérpretes nas globalizações*. Porto: Universidade Fernando Pessoa. Disponível em: <http://homepage.ufp.pt/pseixas/artigospub/timor/Portugueses%20em%20Timor.pdf> [Março de 2012].
- SEIXAS, Paulo Castro. 2006. *Timor-Leste. Viagens, Transições, Mediações*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa.
- SERRA, António M. de Almeida. 2000. *Timor Lorosa'e: construir um novo país no limiar do séc. XXI. Propostas de estratégia e de políticas económicas de desenvolvimento*. Unidade de Estudos Asiáticos. CEsa / ISEG / UTL. Lisboa. Disponível em: <http://www.gov.east-timor.org/MAFF/ta200/TA207.pdf> [Março 2012].
- SERRÃO, Joaquim Veríssimo. 1990. *História de Portugal (1890 – 1910)*. 2ª edição, revista. Xº volume. Editorial Verbo. p. 270-273.
- SHOUTEN, M. J. 2011. *Atas do Colóquio Timor: Missões Científicas e Antropologia Colonial*. AHU. *Antropólogos neerlandeses e portugueses em terras de Timor* [RESUMO]. Universidade da Beira Interior. Disponível em: http://www.historyanthropologytimor.org/wp-content/uploads/2012/01/11-SCHOUTEN_MJ.pdf [Março de 2012].

- SILVA, Lurdes; Sousa, Carneiro. 2001. *Some facts and Comments on East timor 2001 Constituent Assembly Election*. Edição Centro Português de Estudos do Sudeste Asiático (CEPSA).
- SOUSA, Ivo Carneiro. 1997. *A história de Timor e a Presença Portuguesa na Insulíndia*. Porto: Exposição Biblioteca Central da Faculdade de Letras da Universidade do Porto (17-30 de Julho). p. 2-5.
- SOUSA, Ivo Carneiro. 2001a. *The Portuguese Colonization and the Problem of East Timorese Nationalism*. *Lusotopie*. Lisboa: Center for the Study of Southeast Asia (Cepesa, Lisbon). p. 183-194. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/carneirosousa.pdf> [Janeiro de 2012].
- SOUSA, Ivo Carneiro. 2001b. *Timor dos Malai Sira? Lusotopie*. Lisboa: Centro português de estudos do Sudeste Asiático (Cepesa, Lisboa). p. 135-140. Disponível em: <http://www.lusotopie.sciencespobordeaux.fr/sousa.pdf> [Janeiro de 2012].
- THE WORLD FACTBOOK Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/> [Janeiro de 2012].
- THINES, G e LEMPEREUR, Agnés. 1984. *Dicionário Geral das Ciências Humanas*. Edições 70.
- THOMAZ, Luís F. R. s/d. *A Descrição da Ilha de Timor de João Marinho de Moura* : 118-124. In, *Revista Camões* nº 14. Disponível em: http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/cat_view/62-revistas-e-periodicos/69-revista-camoes/912-revista-no14-timor-lorosae.html?start=10 [Outubro de 2012].
- THOMAZ, Luís Filipe. 1994. *De Ceuta a Timor*. 2ª edição. Lisboa: Difel editores.
- THOMAZ, Luís Filipe. 2008. *País dos Belos: Acheegas para a compreensão de Timor-Leste*. 1ª edição. Lisboa: Instituto Português do Oriente, Fundação Oriente.
- TIESLER, Nina Clara. s/d. *Muçulmanos na Margem: A Nova Presença Islâmica em Portugal*. IV Congresso Português de Sociologia. Hannover, Alemanha. Disponível em: <http://www.macua.org/MuculmanosemPortugal.pdf> [Maio de 2012].
- VIEGAS, Telma. 1998. *Migrações e Associativismo de migrantes: estudo do caso timorense*. CEMRI (Centro de Estudos das Migrações e das Relações Interculturais). Lisboa: Universidade Aberta.
- VIANA, Gervásio Vilela Ferreira. 2008. *O Papel das Alfândegas no Desenvolvimento do Estado. O Caso de Timor-Leste*. Dissertação Mestrado. Lisboa: Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa.
- WALLACE, Alfred Russel. 2009. *The Malay Archipelago. The land of the orang-utan, and the bird of paradise*. eBooks@Adelaide. Disponível em: www.historyanthropologytimor.org
http://ebooks.adelaide.edu.au/w/wallace/alfred_russel/malay/chapter13.html [Setembro de 2012]

Relatórios

- AMCAIC [Report of Allied Mining Corporation to Asia Investment Company, Limited]. 1937. *Exploration of Portuguese Timor*. Netherlands Indies: Kolff and Company.
- CEA [Timor-Leste: Country Environmental Analysis]. 2009. *Sustainable Development Department East Asia & Pacific Region*. World Bank. Disponível em: http://siteresources.worldbank.org/INTTIMORLESTE/Resources/TL_CEA_18_Aug09_Tetum.pdf [Novembro de 2012].
- CPCN [Combate à pobreza como causa nacional]. 2006. *Promoção de um Desenvolvimento Equilibrado e da Redução de Pobreza*. Governo da República Democrática de Timor-Leste. Disponível em: http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/relatorio_economico_governo_abr06.pdf [Outubro de 2012].
- HRTJS [Human Rights and Transitional Justice Section]. 2008. *Thematic Report on the Right to Food in Timor-Leste*. United Nations Human Rights. UNMIT. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Countries/UNMIT2008_Dec.pdf [Junho de 2012]
- PED [Plano Estratégico de Desenvolvimento de Timor-Leste. 2011 a 2030]. 2011. Díli, Timor-Leste. p. 4-25. Disponível em: http://planipolis.iiep.unesco.org/upload/Timor-Leste/Timor-Leste_Plano_Developimento_Estrategico_2011-2030.pdf [Novembro de 2012].
- PNUD [Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento]. 2004. *Liberdade Cultural num mundo Diversificado*. Disponível em: http://www.observa.ifcs.ufrj.br/relatorios/hdr04_po_complete.pdf [Janeiro de 2012]
- STLCR [A Segurança de Timor-Leste no Contexto Regional]. 2002. Coordenação: Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. IEI. Disponível em: http://www.ieei.pt/files/East_Timor_Report_final_pt.pdf [Janeiro de 2012]
- UN [United Nations]. 2000. *The United Nations and East Timor. Self-determination through popular consultation*. New York: Department of Public Information.
- UNDP [United Nations Development Programme]. 2002. *East Timor Human Development Report*. Díli: UN Agency house.
- UNFPA [United Nations Population Found]. 2010. *Population and Housing Census 2010. Preliminary Results. Timor-Leste*. Disponível em: <http://dne.mof.gov.tl/published/Census%20Preliminary%20Results%202010/English%20Census%20Preliminary%20Results%202010.pdf> [Novembro de 2012].

Sítios na net [Agosto de 2012]

BCTL (Banco Central de Timor-Leste):

<http://www.bancocentral.tl/index.asp>

Conselho da Europa:

<http://www.consilium.europa.eu/homepage?lang=pt>

Constituição da República Democrática de Timor-Leste:

<http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/Constituicao%20Timor%20Leste.pdf>

Comissão Europeia:

http://ec.europa.eu/index_pt.htm

DNE (Direcção Nacional de Estatística – Timor-Leste):

<http://dne.mof.gov.tl/>

Governo de Timor-Leste:

<http://timor-leste.gov.tl/?p=4144&n=1&lang=en>

Portal da UE:

http://europa.eu/index_pt.htm